



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 162 SÁBADO, 10 DE OUTUBRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 215 e 216/2015	5
2 – ATA DA 179ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2015	6
2.1 – ABERTURA.....	6
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	6
2.2.1.1 – Ofícios da Câmara dos Deputados	
Nº 601/2015, na origem, que comunica que o Projeto de Lei do Senado nº 162/2007 (nº 1.216/2007, na Câmara dos Deputados) foi sancionado e convertido na Lei nº 13.167	6
Nº 602/2015, na origem, que comunica que o Projeto de Lei da Câmara nº 67/2011 (nº 2.491/2007, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 13.168.....	7
2.2.1.2 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 316, 403 e 523/2013; 314/2014; e 445/2015	8
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 92 e 117/2015.....	8
2.2.1.3 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 386/2015, na origem, que comunica a ausência de S. Exª do País, em 8 e 9 do corrente, em viagem oficial à República da Colômbia.....	8
2.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial terça-feira próxima, às 11 horas, destinada a realizar o Fórum Inovação, Alimentação e Agricultura e a celebrar os 70 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), nos termos do Requerimento nº 987/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores...	9
2.2.3 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Críticas a vereador da cidade de Entre-Ijuís-RS por ter agredido o agente de trânsito Nahin Santos após ter sido flagrado estacionando em vaga destinada a pessoa com deficiência; e outros assuntos	9
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Homenagem ao Dia das Crianças e considerações sobre a importância do Marco Legal da Primeira Infância.	18
2.2.4 – Veto	
Veto Parcial nº 43/2015, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11/2015 (Mensagem nº 384/2015, da Presidente da República)	24
2.3 – ENCERRAMENTO.....	33
3 – PARECER	
Nº 75/2015-CN, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 415/2012.....	34
4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	37
5 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 140ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de agosto de 2015, publicada no Diário do Senado Federal nº 128, do dia subsequente.....	38
Ata da 144ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 26 de agosto de 2015, publicada no Diário do Senado Federal nº 132, do dia subsequente.	39
Ata da 145ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 27 de agosto de 2015, publicada no Diário do Senado Federal nº 133, do dia subsequente	160
SENADO FEDERAL	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	162

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	164
8 – LIDERANÇAS	165
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	167
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	182
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	192
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	240

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS	263
14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	277

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2015 (*)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 24/09, que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul, adotada durante a XXXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu, em 7 de dezembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 24/09, que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul, adotada durante a XXXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu, em 7 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º As despesas decorrentes da aprovação deste Decreto Legislativo ficam condicionadas à existência de dotação específica na lei orçamentária anual.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de outubro de 2015 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Decisão acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12 de junho de 2015.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2015(*)

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de outubro de 2015 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 22 de setembro de 2015.

Ata da 179ª Sessão, Não Deliberativa, em 9 de outubro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Medeiros e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 14 minutos e encerra-se às 10 horas e 24 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nºs 601 e 602, de 2015, da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do **Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007**; e **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011**, sancionados e convertidos nas **Leis nºs 13.167 e 13.168, de 2015**, respectivamente.

São os seguintes os ofícios na íntegra:

Of. nº 601/2015/PS-GSE

Brasília, 8 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.216, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 162, de 2007), que "Altera o disposto no art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.167, de 6 de outubro de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 602/2015/PS-GSE

Brasília, 8 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

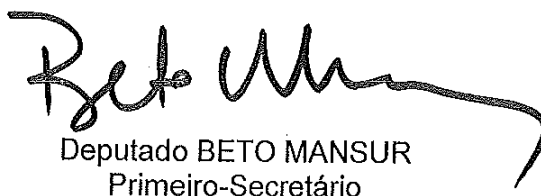
Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

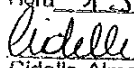
Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.491, de 2007, da Câmara dos Deputados (PLC nº 67, de 2011), que "Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 8/10/2015
Hora 15:23

Cidella Almeida - Mat. 264432

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 8 de outubro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 316, 403, e 523 de 2013; 314, de 2014; e 445, de 2015.**

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados, após revisão e publicação do texto final.

Encerrou-se em 8 de outubro o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei da Câmara nºs 92 e 117, de 2015.**

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

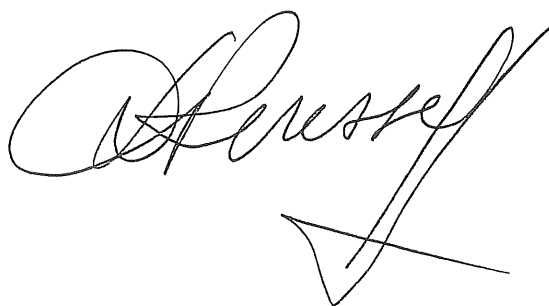
MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 386

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País nos dias 8 e 9 de outubro de 2015, em visita de Estado à República da Colômbia.

Brasília, 8 de outubro de 2015.



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para a sessão especial, a realizar-se terça-feira, dia 13, às 11 horas, destinada a realizar o Fórum Inovação, Alimentação e Agricultura e celebrar os 70 anos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nos termos do Requerimento nº 987, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Medeiros, antes de iniciar a minha fala, quero cumprimentá-lo. Estivemos juntos ontem, numa bela atividade do Congresso em Foco. Pretendo, na segunda-feira, com mais calma, detalhar a importância desse evento, que, numa articulação nacional, procura valorizar o trabalho do Parlamento. V. Exª ganhou dois prêmios, então, ficamos juntos. Tive a alegria de estar a seu lado. Ganhamos dois prêmios pelo nosso trabalho no Parlamento, ficamos no time dos dez Senadores que mais receberam prêmios. Fiquei muito contente, eu, V. Exª, não vou citar os outros, porque seria uma injustiça, já que não lembraria de todos aqui. Foi um evento do mais alto quilate, em que foi analisado o nosso trabalho, tanto nas áreas específicas em que trabalhamos como também no campo mais amplo da conjuntura nacional, e a nossa postura na Casa como Senador. De forma resumida, fiquei muito feliz por estar junto de V. Exª, entre os dez que receberam pelo menos dois prêmios naquela noite.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paulo Paim, eu fiquei mais honrado ainda por estar naquela foto, ao lado de V. Exª. Sem tietagem alguma, durante minha vida como sindicalista, desde a época de estudante, eu já admirava sua postura, e passei a admirar muito mais aqui. Não tenho dúvida de que aquele prêmio foi merecidíssimo por V. Exª. Talvez as pessoas não saibam, mas o primeiro a chegar e um dos últimos a sair do Parlamento é V. Exª. Eu, que estou chegando, teria a obrigação de fazer isso, para mostrar serviço, mas V. Exª já está aqui nesta Casa há muitos anos. Eu queria que o povo brasileiro soubesse o tamanho do Parlamentar que tem. V. Exª, eu já disse isso aqui nesta Casa, não é um Parlamentar só do Rio Grande do Sul. Se houvesse uma eleição nacional para eleger, com certeza V. Exª seria um dos Parlamentares eleitos, pelo trabalho que faz, pela coerência com que conduz sua vida política. Foi um prazer, uma honra muito grande ter recebido esse prêmio ao lado de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Pode saber que o respeito e o carinho pelo seu mandato é o mesmo de minha parte, e na terça-feira poderemos aprofundar um pouco mais a importância desse evento, que se realiza todo ano.

Mas, Presidente Medeiros, eu quero, primeiro, registrar aqui que esta semana recebi, aqui no cafezinho do Senado – onde V. Exª lembra, às vezes: “Dizem que o escritório do Paim é na primeira mesa à direita de quem sai do plenário” – uma representação da associação de mulheres portadoras da doença chamada LAM. Essa enfermidade rara e incurável ataca os pulmões das mulheres.

A Alambra solicitou que a doença LAM seja incluída no Projeto de Lei 7.713, de 2013, de minha autoria, e assim, também os portadores sejam beneficiados com a isenção de imposto de renda, como eu proponho nesse projeto, sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma, como acontece com os portadores de doenças reumáticas, neuromusculares, osteoarticulares crônicas e degenerativas.

Já estamos encaminhando a emenda. Quero aqui dizer às mulheres portadoras da LAM que já estou providenciando, com o Relator da matéria, que elas sejam incluídas com esse benefício e possam enfrentar essa doença, que, infelizmente, é rara e incurável, e sabemos que elas têm um gasto enorme para comprar os medicamentos.

Quero ainda, Sr. Presidente, falar um pouquinho no dia de hoje sobre um episódio muito, muito lamentável, que tem que ser lembrado, um verdadeiro absurdo que aconteceu anteontem na cidade gaúcha Entre-Ijuís. O fato é que um Vereador parou seu carro em uma vaga de deficiente e, não satisfeito com isso, agrediu o agente de trânsito Nahin Santos, que é presidente do Conselho Municipal de Trânsito do Município. O Vereador, no caso, César, resolveu dar chicotadas no agente de trânsito. Olhe bem, ele tirou um chicote que tinha no carro e resolveu chicotear o agente de trânsito. O objeto que ele usou era uma espécie de chicote com tira de couro usado no campo, como nós chamamos no Rio Grande, de relho. O servidor ficou com ferimentos, principalmente, nos braços, porque ele procurava se defender. Ficou assustado, com uma série de escoriações, e foi levado, inclusive, com denúncias à Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República, à Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, que eu presido, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa, em âmbito nacional, para que isso não se repita.

Diz o agredido:

“Eu estava conversando com dois moradores sobre o trânsito, quando levantei a cabeça e visualizei que vinha uma pessoa, e daí ele somente deu um grito e já veio com o relho. De pronto, já levantei os braços e me defendi”.

O Vereador reconheceu ter agredido, inclusive não negou que agrediu o servidor público Nahin, e justificou dizendo que tinha ficado irritado. Ora, se alguém ficar irritado com alguém vai sair de relho em cima da pessoa? O Vereador disse que estava irritado porque esse servidor havia publicado, na internet, uma foto do carro do Parlamentar ocupando a metade da vaga para deficientes físicos em frente à Câmara.

O Vereador disse:

“Ele tem postado coisas de meus colegas Vereadores e da minha pessoa, sempre tentando denegrir [segundo ele, eu não usaria esse termo nunca] os Vereadores e a Câmara. Isso foi acumulando. Na hora, eu tinha um relho. Nunca usei arma na minha vida. Então, passei a mão no relho e resolvi dar umas puxadas [puxadas, foi esse o termo que ele usou] nele, para ele não fazer mais esse tipo de atitude.”

Ora, ele estava fiscalizando, fotografou as placas dos carros que estavam no lugar dos deficientes. Isso é mais do que justo. Esse é o trabalho dele como fiscal. Então, a gente lamenta isso. Espero que essa denúncia feita aqui, no Senado da República, feita na Câmara, feita também pelos jornais das principais emissoras de TV, sirva de lição para esse Vereador, porque é inadmissível ele achar que pode resolver questões à base do chicote.

Quero aqui manifestar toda a minha solidariedade ao agredido e lamentar a posição desse Vereador, pois ele está violando os direitos humanos. As vagas para deficientes, idosos, gestantes são para uso exclusivo dessas pessoas. Eu fui o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência e também o autor do Estatuto do Idoso. Como é que no Brasil, em pleno ano de 2015, vamos ter um Vereador que entende que tem que agredir aqueles que querem que se cumpra a lei? É um absurdo! Ele errou duas vezes: primeiro, tem que ser multado por ter colocado o carro no lugar indevido, porque era uma vaga para deficiente; segundo, vai responder naturalmente por processo, que já foi instalado, por agressão a um agente de trânsito.

Sr. Presidente, eu quero ainda fazer mais um outro registro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. V. Ex^a, inclusive, é da área.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu gostaria de fazer esse registro aqui, porque seu pronunciamento traz à tona um problema que acontece no País inteiro.

Esses agentes de trânsito são pessoas que estão ali para organizar o trânsito – na verdade, estão ali para nos beneficiar –, e diariamente são espancados, agredidos e, às vezes, mortos. Temos vários casos pelo País em que agentes foram mortos por causa de uma multa de trânsito, porque está ali fazendo o trabalho dele, ou fotografando, ou fazendo o auto de infração.

Nós queremos muita organização no trânsito, mas o mais comum que existe é você ouvir falar que os amarelinhos – eles são chamados em alguns lugares de amarelinhos, em outros, de marronzinhos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A maioria gente simples, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exato, eles estão com indústria de multa, mas, na verdade, o que existe é indústria de infração.

Em determinado momento na década de 90, eu não lembro se foi a Unicamp ou se foi a Universidade de São Paulo, foi feito um estudo de que o total de infração que se cometia, por dia, nas ruas de São Paulo, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) através dos marronzinhos, não conseguia fazer as multas em um ano, ou seja, então, todos os outros 364 dias aquelas multas ficavam sem serem feitas.

Na verdade, existe indústria de infração, e algumas pessoas, quando são multadas, acabam agredindo aqueles agentes que estão ali para dar segurança no trânsito. Muito bem lembrado, Senador Paim, porque esse é um problema de que o Brasil precisa se livrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, eu quero primeiro dizer que o seu aparte é um aparte qualificado, porque V. Ex^a foi policial rodoviário, se eu não me engano e tem dado uma contribuição enorme nesta Casa sobre essa questão. Quando eu trago esse exemplo lá de Entre-Ijuís, trago não com alegria, trago com tristeza, ao constatar que fatos como esse ainda acontecem no Brasil. E V. Ex^a ampliou essa denúncia que chegou para mim na Comissão de Direitos Humanos, chegou à Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República e também à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Que sirva de lição para esse Vereador.

Como eu lamentei muito – vou começar e dizer agora, vou aproveitar o gancho – quando eu soube que um Deputado deu um tapa na cara do motorista do Senador Delcídio, e o motorista, que é maior que você,

só levantou, disse que só fez assim, meio que para se defender, pegou no nariz desse Deputado, ele caiu e foi parar no hospital.

Mas alguém, para chegar e bater na cara de alguém, em hipótese nenhuma. Em hipótese nenhuma!

Então eu lamento. Como lamentei a situação do Vereador, lamentei também a posição desse Deputado. O motorista tentou se defender. É o mínimo que ele tinha que fazer. O que é isso? Onde é que nós estamos? Agora porque o cara acha que é Deputado, ou Senador, ou Vereador, ele acha que é melhor que outras pessoas? Não é. Não é. Nós somos todos iguais. E são eles que nos trazem para cá. Se a gente vira prefeito, vereador, deputado estadual ou federal, senador, é porque o povo vota na gente, e a forma de retribuir tem que ser no mais alto nível, inclusive na aprovação das leis. E o camarada vai e... Eu não conheço o Deputado, não estou aqui nem citando o nome dele, não é essa a minha intenção. Apenas quero lamentar os dois fatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é que é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois é. Infelizmente, o Deputado Mauro Pereira, que está nos visitando, confirma que é verdadeiro. Mauro, eu estava na dúvida quanto ao seu sobrenome, viu? O Mauro Pereira é da minha cidade, lá do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul, é Deputado do PMDB, que eu tenho certeza de que também discorda tanto do Vereador lá de Entre-Ijuís como desse Deputado Federal que agrediu aqui. Então, fica a minha solidariedade ao motorista do Delcídio do Amaral e a todos os profissionais da Casa. O que é isso? Se a moda pega agora, qualquer Senador ou Deputado começa a espancar agora os profissionais ou dar puxada no relho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já pediu desculpa, interessante. Eu acho que a sua contribuição, indiretamente, porque não pode ser no microfone, alerta que ele já pediu desculpa. É isso mesmo. Espero que o Vereador também peça desculpas em público pelo que fez.

Seja bem-vindo, Deputado Mauro Pereira.

Quero também fazer um outro registro, Deputado Mauro, que é singelo, mas é para mim importante.

Eu recebi esta semana também, aqui, no Senado, o prefeito da belíssima cidade de Vista Alegre do Prata, que você deve conhecer, uma cidadezinha pequena, mas bonita – estão fazendo lá um belo trabalho –, que fica lá na encosta superior do nordeste, lá na Serra Gaúcha, distante 200km da capital. A prefeitura teve seu nome elencado no Orçamento da União, para ser atendida por emendas, não só minhas, como de Deputados, mas, principalmente, pelo trabalho que eles vêm fazendo lá.

O Prefeito Ricardo Bidese, que esteve conosco, reeleito no último pleito, tem realizado um belo trabalho na comunidade, de integração de todos os setores, ao contrário de um dos exemplos que eu dei aqui, não é? Mas como todos os entes Federados, tem problemas econômicos neste momento.

Uma das lutas travadas é a busca pelo apoio na pavimentação da RS-411, trecho entre Vista Alegre do Prata e Nova Prata, importante para o escoamento.

Segundo informação da prefeitura, que aqui estou destacando, a produção de flores vem se destacando no Município, abastecendo principalmente as regiões norte e nordeste do Estado, sendo, inclusive, comercializada hoje em todo o Brasil. O acesso ao asfalto tem sido uma das prioridades. Por isso, destaco mais uma vez a relevância do empenho de recursos no orçamento nesse sentido. Eu já fiz a minha parte e sei que outros estão fazendo a mesma coisa. O registro que faço é para expressar a minha expectativa de que tudo dê certo para essa pequena, mas bela, cidade das flores. Faço aqui uma homenagem à cidade e à produção de flores, que vem embelezando o Rio Grande e o Brasil. Ela já está sendo considerada a cidade das flores do Brasil. É bom, numa época de tanta violência, em que falamos de violência e espancamento, falar também de flores, da primavera, da solidariedade, do carinho.

Eu encerro, Sr. Presidente, esse meu registro com uma pequena poesia do Luciano Ambrósio, um menino que trabalha comigo há muitos anos e é deficiente visual. Empolgado com o material que recebeu do prefeito sobre a cidade de Vista Alegre do Prata, ele, que é um poeta, fez uma pequena poesia, que diz o seguinte:

Vou falar das flores

Das cores que cobrem de beleza e perfume a minha Serra

Vou lembrar da primavera

Que traz vida ao campo

Que traz vida ao coração
À mão que a plantou, cuidou e esperou
Vou celebrar o trabalho
O suor que rega a flor
E encharca a terra de fé
Vou passear pelo ar
E andar entre as flores
Sonhos que encantam namorados
E falam aos corações pela delicadeza do gesto
Pela suavidade que elas trazem em si
E que espalham ao simples encontro dos olhares

Essa é uma poesia de um menino que é cego. Vejam como ele descreveu – porque ele acompanhou o relato do prefeito – a beleza das flores, o trabalho daquela comunidade toda, que se dedica principalmente àquela atividade. Eles estão vendendo, hoje, flores para dentro e para fora do Brasil a partir da querida cidade de Vista Alegre do Prata.

Ainda, Sr. Presidente, eu queria fazer outro registro, já que ontem nós nos preparamos tanto para o Congresso em Foco, fomos todos para lá, e o debate aqui acabou sendo a decisão sobre as contas da Presidente, que quase não pudemos usar a tribuna.

Eu quero lembrar que o dia 10 de outubro é o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas. A data foi criada pela Lei Federal nº 12.645, em 2012. Tive o privilégio de ter sido o Relator aqui, no Senado, especificamente na Comissão de Educação, do projeto que sugeriu essa lei. Destaco aqui o grande incentivador dessa lei: o técnico de segurança no trabalho Sr. Orlandino dos Santos, do Rio de Janeiro. Ele veio do Rio de Janeiro e me trouxe uma discussão sobre esse tema, para ver se eu, que já fui técnico de segurança no trabalho, não acataria a sugestão dele de ser Relator desse tema. Fui Relator, e felizmente hoje é lei.

Conforme a cartilha do Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, o 10 de outubro é um dia dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar. Tradicionalmente, as palavras segurança e saúde vêm sendo empregadas em conjunto para lembrar uma problemática associada ao mundo do trabalho, com pouca inserção na realidade das escolas – como deveria ser. Cada vez mais, no entanto, percebe-se que o desafio de promover a segurança e a saúde do trabalhador precisa ganhar novas dimensões e ser estendido a outros agentes, uma vez que as ações convencionais não estão conseguindo responder à altura.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, eu faço esse registro lembrando da importância que foi o movimento que fizemos aqui – e a Câmara também respondeu positivamente – quando retiramos a urgência da NR-12. A NR-12 é uma norma que garante a segurança para o trabalhador no seu local de trabalho. O modelo de proteção ao trabalho está baseado, sobretudo, em estudos, normas, como a NR-12 e a NR-15, fiscalização, multas e indenizações, enfim, um conjunto de ações que vai nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, é importante fazer o registro de que foi através de uma audiência feita por V. Exª na Comissão de Direitos Humanos em que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O autor.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... o próprio autor estava presente que ele foi convencido de que teria que haver mais debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Queremos cumprimentá-lo. É bom lembrar que foi o Deputado Cássio Cunha Lima. Ele apresentou a matéria, mas depois a retirou, porque entendeu que teria de haver um debate maior.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O que é uma raridade e mostra a importância desses debates da Comissão de Direitos Humanos, que, sob a sua Presidência, tem sido, sem demérito algum dos outros Presidentes, o local do grande debate aqui, no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Eu queria, complementando, só dizer que o Sr. Orlandino dos Santos é um paladino. Ele faz uma cruzada nacionalmente para aumentar o nível de consciência, já nas escolas, dos jovens adolescentes, que serão os operários, os trabalhadores, cada um na atividade que escolherem, naturalmente. Uns serão comerciários; outros, bancários; outros, metalúrgicos; outros, quem sabe, vereadores, prefeitos, governadores, Senadores e Deputados. E alguém vai chegar à Presidência da República. Que, desde já, dentro da escola, do jardim de infância até à universidade, eles se preocupem com a segurança no local de trabalho e, naturalmente, também no trânsito.

Eu ainda faço um registro, Sr. Presidente, mais uma vez, fortalecendo a manutenção do *status* de ministério da Controladoria-Geral da União, que tem cumprido um papel fundamental no combate à impunidade e à corrupção. Eu deixo esse depoimento com dados e números de tudo o que a CGU tem feito. Por exemplo, ela recuperou R\$14 bilhões desviados dos cofres públicos; demitiu e puniu cerca de 5 mil pessoas por estarem envolvidas em corrupção; participou da punição de mais de 4 mil empresas por irregularidades na execução de contratos. Ela possui hoje apenas 0,29% dos servidores do Poder Executivo e fez tudo isso com o quarto menor orçamento do Governo. Então, peço que a CGU seja mantida como Ministério.

Por fim, Sr. Presidente, eu tenho que lembrar que, no dia 12, segunda-feira, nós festejamos o Dia da Criança, data instituída no Brasil pelo Presidente Arthur Bernardes, em 1924, ou seja, há quase cem anos.

Esse é um dia em que, tradicionalmente, as crianças do Brasil todo festejam a sua data – e, claro, os familiares também –, mas nós sabemos que 12 de outubro é também dia de refletirmos e agirmos em prol da infância e da juventude. Nunca é demais lembrar a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano. Cada dia mais, a ciência comprova que os primeiros anos de vida e a infância como um todo são essenciais para a formação de pessoas felizes, saudáveis e preparadas para enfrentar o dia a dia ao longo de suas vidas.

Posso mencionar, por exemplo, um estudo recente da Escola de Economia de Londres, que constatou que a estabilidade emocional no lar tem mais influência na felicidade futura de crianças do que o dinheiro ou um bom desempenho acadêmico. Em outras palavras, um lar capaz de promover afeto e apoio adequado à criança produz um adulto mais feliz do que riqueza material ou somente a formação acadêmica. É claro, Sr. Presidente, que não se trata de desmerecer o estudo ou a formação universitária. Pelo contrário, essa criança terá mais facilidade, inclusive, para desenvolver os estudos e chegar ao tão sonhado dia de ter um título universitário. Trata-se, antes, de estabelecer o que é mais primordial, o que é a base de tudo. E a base de tudo, a base de todo desenvolvimento humano reside na infância.

Um outro estudo, esse feito nos Estados Unidos, indica que pessoas que receberam carinho em abundância de suas mães e pais, quando bebês, são mais capazes de lidar com as pressões da sociedade ou da vida adulta. Os cientistas disseram ainda que os abraços, os beijos e as declarações de afeto da mãe e do pai têm efeito em longo prazo e tendem a gerar um vínculo sólido com o bebê, contribuindo para sua saúde emocional naquele momento e depois de adulto. Ainda segundo os pesquisadores norte-americanos, o vínculo sólido entre mãe e bebê não apenas diminui o estresse da criança como também a ajuda a desenvolver recursos que a vão auxiliar em suas interações sociais e na vida de maneira geral.

De outro lado, uma renomada revista da área da neurociência divulgou um estudo científico canadense que afirma que sofrer maus-tratos durante a infância pode provocar a reprogramação de alguns genes, deixando a vítima mais vulnerável a doenças mentais e até a suicídio.

Sr. Presidente, os estudos sugerem que o estresse na infância, provocado pela pobreza ou por abusos, pode levar a doenças cardíacas, inflamação e aceleração do envelhecimento celular, principalmente devido aos maus-tratos. Segundo os responsáveis pelas pesquisas, as experiências no início da vida podem deixar marcas duradouras sobre toda a vida dessa criança.

São estudos científicos importantíssimos, Sr. Presidente, mas, de certo modo, eles só vêm reforçar o que todos nós já sabemos tanto de forma intuitiva quanto pela experiência de vida, ou seja, que uma infância feliz e cheia de afeto é fundamental, é importante para o desenvolvimento de adultos mais capazes, mais realizados e saudáveis, tanto psicológica quanto fisicamente.

Por outro lado, Sr. Presidente, também temos consciência do quanto são prejudiciais o abandono, a ausência de carinho e afeto e, especialmente, os maus-tratos e os abusos contra a criança. E, entre todos os tipos de abuso, o mais odioso e danoso certamente é o que envolve a violência sexual contra crianças e adolescentes. A criança ficará traumatizada, infelizmente, pelo resto de sua vida. E é muito revoltante saber que, na maioria dos casos, o agressor é alguém da própria família ou do seu convívio íntimo.

Um estudo publicado pelo Ipea no ano passado fez um levantamento dos casos de estupro no Brasil, utilizando os dados do Ministério da Saúde. Os dados são de 2011, e os autores destacam o seguinte, sobre os 12.087 estupros notificados naquele ano – abro aspas:

[...] mais da metade [das vítimas] tinha menos de 13 anos de idade, [...] mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes.

Tal dado é absolutamente alarmante, pois as consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima – que se dá exatamente nessa fase – estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos.

Fecho aspas.

Sr. Presidente, é bom lembrar que, do lado dos agressores, o estudo do Ipea constatou que 24,1% dos estupradores das crianças são os próprios pais ou padrastos e que 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Aterrador também é o fato de que, quando o agressor da criança é uma pessoa conhecida, 79% dos estupros ocorreram na própria residência da criança.

É uma verdadeira tortura, é um crime hediondo, que nós infelizmente temos de lembrar no dia de hoje.

Sr. Presidente, finalmente, diante desse quadro, não há como ignorar a pergunta: o que essas crianças terão a festejar no dia 12 de outubro? São crianças traumatizadas, cuja infância foi violentada, roubada, destruída. São crianças com profundas marcas e cicatrizes dos ferimentos que não vão sarar nunca. São crianças que, dentro de 10 a 20 anos, serão adultos, estarão pelas ruas, trabalhando, dirigindo automóveis, tornando-se pais e mães. Quantas delas conseguirão superar os traumas e desenvolver uma vida normal? Quantas delas não reproduzirão a violência que, covarde e injustamente, sofreram, quando queriam carinho, afago, amor? Infelizmente, infelizmente, os dados mostram que são muitas.

Em 2011, cerca de 8,4 mil crianças e adolescentes foram vítimas de estupro. Isso para falar apenas dos casos notificados, que possivelmente são apenas uma fração do número real, que não chega a ser denunciado. Quantas crianças e adolescentes são realmente vítimas desse crime anualmente, no Brasil? Vinte mil? Trinta mil? Uma só já seria muito.

Por fim, Sr. Presidente, neste 12 de outubro, Dia das Crianças, ficamos ainda estarecidos e entristecidos com o quanto nos falta para realmente sermos uma sociedade que ama, que valoriza e que trata seus filhos com todo o carinho que toda criança merece – com o absoluto direito de amar, de ser acariciada, de ser respeitada, de ser valorizada e de ter uma infância digna, decente e acolhedora por parte dos seus familiares.

Não digo com alegria isso da tribuna. Esses números são assustadores, mas vamos sempre torcer para que a sociedade brasileira evolua e para que nossas crianças sejam cada vez mais respeitadas.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi nesta semana uma representação da Alambra (Associação de Mulheres Portadoras da Doença LAM).

Essa enfermidade, rara e incurável, ataca os pulmões das mulheres.

A Alambra solicitou que a doença LAM seja incluída no Projeto de Lei 7713/2013, de minha autoria, e, assim, também os seus portadores sejam beneficiados com isenção de imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma como acontece com os portadores de doenças reumáticas, neuro-musculares e osteo-articulares crônicas ou degenerativas.

Já estamos encaminhando a solicitação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar um verdadeiro absurdo que aconteceu ontem na cidade gaúcha de Entre Ijuis.

O fato é que o Vereador César Eduardo Brissow parou seu carro em uma vaga de deficiente e, não satisfeito com isso, agrediu o agente de trânsito, Nahin Santos, que é presidente do Conselho Municipal de Trânsito do município.

O Vereador César Eduardo Brissow resolveu dar chicotadas no agente de trânsito.

O objeto que ele usou é uma espécie de chicote com tiras de couro usado no campo, que nós chamamos de relho.

O servidor, que ficou com ferimentos no braço porque, logicamente, se defendeu das agressões, disse em reportagem:

“Eu estava conversando com dois moradores sobre o trânsito quando levantei a cabeça e visualizei que vinha uma pessoa, e daí ele somente deu um grito e já veio com um relho. De pronto, já levantei o braço e me defendi”.

Brissow reconheceu ter agredido o servidor público Nahin, e justificou dizendo que ficou irritado após o servidor ter publicado na internet uma foto do carro do parlamentar ocupando metade de uma vaga para deficientes físicos, em frente à Câmara Municipal.

O vereador disse (abre aspas) “Ele tem postado coisas dos meus colegas vereadores e da minha pessoa, sempre tentando denegrir os vereadores e a Câmara. Isso foi acumulando. Na hora, eu tinha um

relho. Nunca usei arma na minha vida, então ‘passei a mão’ no relho e resolvi dar ‘umas puxadas’ nele para ele não fazer mais esse tipo de atitude” (fecha aspas)

A polícia abriu inquérito para apurar a agressão. Nahin entregou à polícia fotos das marcas dos golpes de relho e passou por exame de corpo de delito. O objeto foi apreendido.

Sr. Presidente, eu quero manifestar aqui o meu repúdio a esse tipo de atitude. Isso fere a democracia, a Constituição, os direitos humanos.

As vagas para deficientes, idosos, gestantes são para uso EXCLUSIVO dessas pessoas.

O que ocorreu é um duplo erro, estacionar em vaga destinada para uma parcela da população e agredir um agente de trânsito. Nada justifica isso!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, tive a satisfação de receber o prefeito da belíssima cidade de Vista Alegre do Prata, que fica na Encosta Superior Nordeste, na Serra Gaúcha, distante 200 quilômetros da capital Porto Alegre.

A prefeitura teve o seu nome elencado no Orçamento da União para ser atendida com uma emenda individual de minha autoria, no valor de R\$250.000,00, dentro da política que adoto de atender a todos os municípios do meu Estado, em sistema de rodízio.

O recurso beneficiará a comunidade com obras de infraestrutura, com pavimentação asfáltica, cujos recursos foram alocados no Ministério das Cidades.

O Prefeito Ricardo Bidese, reeleito no último pleito eleitoral, tem realizado um bom trabalho em prol da comunidade, porém, como todos os demais entes federados, tem enfrentado dificuldades econômicas para investimentos.

Uma das lutas travadas é a busca de apoio para a Pavimentação da RS 411 - Trecho entre Vista Alegre do Prata e Nova Prata, importante via de escoamento da produção.

Segundo informações da Prefeitura, a produção de flores vem se destacando no município, abastecendo principalmente a região norte e nordeste do Estado, sendo inclusive comercializada para outras regiões do Brasil.

O acesso ao asfalto tem sido uma das prioridades, por isso destaco mais uma vez a relevância do empenho dos recursos consignados no Orçamento de 2015.

Sr. Presidente, o registro que faço é para expressar minha expectativa de que a emenda que indiquei para o município de Vista Alegre do Prata seja empenhada pelo Executivo Federal, haja vista a relevância desses recursos para a comunidade local.

Mas não é apenas isso, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero fazer aqui, uma homenagem à cidade e à produção de flores, que vem embelezando o meu querido Rio Grande do Sul, espalhando encanto e perfume.

E, não é somente isso, a produção tem fomentado a economia e a geração de emprego no município em uma atividade limpa, sustentável e inspiradora.

Encerro esta fala com uma poesia do meu assessor Luciano Ambrósio, que fala das flores, em uma homenagem a minha terra e ao município de Vista Alegre do Prata:

Vou falar das flores
Das cores que cobrem de beleza e perfume a minha Serra
Vou lembrar da primavera
Que traz vida ao campo
Que traz vida ao coração
À mão que a plantou, cuidou e esperou
Vou celebrar o trabalho
O suor que rega a flor
E encharca a terra de fé
Vou passear pelo ar
E andar entre as flores
Sonhos que encantam namorados
E falam aos corações pela delicadeza do gesto
Pela suavidade que elas trazem em si
E que espalham ao simples encontro dos olhares

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amanhã, 10 de outubro é o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas. A data foi oficializada pela Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012.

Tive o privilégio de ter sido o relator aqui no Senado Federal, especificamente na Comissão de Educação, do projeto que sugeriu esta lei.

Destaco aqui o grande incentivador desta lei, o técnico de segurança do trabalho, senhor Orlandino dos Santos, do Rio de Janeiro.

Conforme a Cartilha do Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, o 10 de outubro é um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

Tradicionalmente, as expressões segurança e saúde vêm sendo empregadas em conjunto para designar uma problemática associada ao mundo do trabalho, com pouca inserção na realidade escolar.

Cada vez mais, no entanto, percebe-se que o desafio de promover a segurança e a saúde dos trabalhadores precisa ganhar novas dimensões e ser estendido a outros agentes, uma vez que as ações convencionais não estão conseguindo promover suficientemente a saúde e a segurança dos trabalhadores.

O modelo de proteção ao trabalhador está baseado, sobretudo, em estudos, regulamentações, fiscalização, multas e indenizações, um conjunto de ações que não tem sido capaz de resolver o problema da alta incidência dos acidentes de trabalho.

Segundo dados da Previdência Social, o número de acidentes de trabalho registrados no Brasil aumentou de 709.474 casos em 2010 para 711.164 em 2011.

Na composição desses números há um enorme contingente de óbitos (2.884 registrados em 2011) e aumento na incidência de casos envolvendo pessoas de até 19 anos (passou de 22.971 em 2010 para 23.850 em 2011, aproximadamente 66 casos por dia).

Esses dados, por si só, mostram o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador.

Por isso, cada vez mais, é importante e necessário que as escolas brasileiras promovam ações como: palestras, concursos de frase ou redação, eleição de cipeiro escolar, e visitas em empresas.

Em recente correspondência recebida do senhor Orlandino dos Santos, ele me disse que “temos que conscientizar e mobilizar os alunos e toda a comunidade escolar dos Municípios e Estados do Brasil através de atividades que visem o estímulo à prevenção de acidentes nas instituições públicas de ensino, bem como atividades que promovam a saúde e o bem estar geral da população.

Estas atividades são de extrema importância pois todos nós sabemos que prevenir é melhor do que remediar, e muitas ações que geram ônus aos governos poderiam ser evitadas se houvessem mais incentivos às atividades de prevenção.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em meio a esse momento tumultuado que temos vivido política, econômica e socialmente, venho defender um Órgão Público pelo qual tenho o maior respeito.

Eu me refiro à Controladoria Geral da União, que é hoje o principal órgão de combate à corrupção no âmbito do governo federal.

O que acontece, meus caros Colegas de Parlamento, é que estou muito preocupado com essas notícias que dão conta da possível extinção da Controladoria-Geral da União bem como da subordinação de suas funções de Controle Interno, de Corregedoria, de Transparência e Prevenção da Corrupção e de Ouvidoria a ministérios distintos.

É importante fazer constar que o Tribunal de Contas da União manifestou sua preocupação neste sentido e, em Comunicação do Presidente do TCU, Aroldo Cedraz de Oliveira, aos Ministros e ao Procurador-Geral da União, pontua: abro aspas “(...) entendo que o rebaixamento da Controladoria-Geral da União não contribuirá para a economia dos recursos públicos e que os prejuízos desta medida serão sentidos por toda a sociedade brasileira, bem como por todos os órgãos que tem a árdua missão do combate à corrupção e da busca pela eficiência do serviço público.” (fecho aspas)

Eu gostaria de lembrar aqui, Sras e Srs. Senadores, que a CGU foi criada, no modelo atual, ainda no 1º mandato do governo Lula, pela Lei nº 10.683/2003.

Desde que foi criada, a CGU já realizou 183 operações especiais, juntamente com a Polícia Federal e outros órgãos, a fim de combater a corrupção.

Foi por meio da atuação da CGU que o Brasil avançou na transparência dos dados do governo. A implementação da Lei de Acesso à Informação no Governo Federal é trabalho de coordenação da CGU.

É importante, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer os dados concretos para que possamos ter uma ideia da importância desse trabalho.

A CGU recuperou 14 bilhões de reais desviados dos cofres públicos.

Demitiu, de 2003 para cá, quase 5 mil servidores envolvidos em corrupção.

Participou da punição de mais de 4 mil empresas por irregularidades na execução de contratos.

A Controladoria-Geral da União, Sr. Presidente, possui apenas 0,29% dos servidores do Poder Executivo Federal e, fez tudo isso com o 4º menor orçamento do Governo.

Sr. Presidente, este senador e diversos outros senadores, defendemos, por meio de Manifesto, nossa defesa pela manutenção da Controladoria-Geral da União nos moldes atuais e salientamos que a atual conjuntura política e econômica requer o fortalecimento dos mecanismos de controle interno.

Nós manifestamos, também, nosso apoio aos dirigentes da CGU que externaram o compromisso de entregar os cargos comissionados caso o Governo insista neste retrocesso.

Este será, de fato, um grande retrocesso, caso se efetive. E eu pergunto para que isso?

Quero aqui, ratificar meu total apoio à manutenção da CGU exatamente nos moldes em que ela se encontra hoje.

Eu não quero acreditar que o Brasil caminhe para trás.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoraremos, na próxima segunda-feira, o Dia das Crianças, data que foi instituída no Brasil pelo Presidente Arthur Bernardes, em 1924, ou seja, há quase 100 anos.

Este é um dia em que tradicionalmente as crianças ganham presentes de suas pessoas queridas, é um dia de alegria e brincadeiras.

Mas, nós sabemos que 12 de outubro é também dia de refletirmos e agirmos em prol da infância e da juventude.

Nunca é demais relembrar a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano.

Cada dia mais, a ciência vem comprovando que os primeiros anos de vida e a infância como um todo são essenciais para a formação de pessoas felizes e saudáveis física e psicologicamente.

Posso mencionar, por exemplo, um estudo recente da Escola de Economia de Londres (LSE), que constatou que a estabilidade emocional no lar tem mais influência na felicidade futura de crianças do que dinheiro ou um bom desempenho acadêmico.

Em outras palavras, um lar capaz de prover afeto e apoio adequados à criança produz um adulto mais feliz do que riqueza material ou uma formação acadêmica.

Obviamente, não se trata de desmerecer os estudos ou a formação universitária. De modo algum!

Trata-se, antes, de estabelecer o que é mais primordial, o que é a base de tudo. E a base de tudo – a base de todo desenvolvimento humano – reside na infância.

Um outro estudo, este feito nos Estados Unidos, indica que pessoas que receberam carinho em abundância de suas mães quando bebês são mais capazes de lidar com as pressões da vida adulta.

Os cientistas disseram que os abraços, beijos e declarações de afeto da mãe têm efeito em longo prazo e tendem a gerar um vínculo sólido com o bebê, contribuindo para a saúde emocional das pessoas.

Ainda segundo os pesquisadores norte-americanos, o vínculo sólido entre mãe e bebê não apenas diminui o estresse da criança como também a ajuda a desenvolver recursos que a auxiliarão em suas interações sociais e na vida de maneira geral.

De outro lado, uma renomada revista da área da Neurociência divulgou um estudo científico canadense que afirma que sofrer maus tratos durante a infância pode provocar a reprogramação de alguns genes, deixando a vítima mais vulnerável a doenças mentais e suicídio.

Sr. Presidente, adversidades e estresse no início da vida não apenas geram nefastas consequências psicológicas, mas podem levar a problemas de saúde no futuro e até mesmo à morte prematura, segundo uma série de estudos apresentados em um encontro da Associação Americana de Psicologia, na Califórnia.

Os estudos sugerem que o estresse na infância provocado pela pobreza ou por abusos pode levar a doenças cardíacas, inflamação e aceleração do envelhecimento celular.

Segundo os responsáveis pelas pesquisas, as experiências no início da vida podem deixar marcas duradouras sobre a saúde no longo prazo.

São estudos científicos muito importantes, Senhor Presidente, mas de certo modo eles só vêm reforçar o que todos nós já sabemos tanto de forma intuitiva quanto pela experiência de vida: ou seja, que

uma infância feliz e cheia de afeto é muito importante para o desenvolvimento de adultos mais capazes, mais realizados e saudáveis, tanto psicológica quanto fisicamente.

Por outro lado, todos nós também temos plena consciência do quanto são prejudiciais o abandono, a ausência de carinho e afeto e, especialmente os maus tratos e os abusos para o desenvolvimento infantil.

E entre todos os tipos de abuso, o mais odioso e danoso certamente é o que envolve a violência sexual contra crianças e adolescentes.

E é muito revoltante saber que na maioria dos casos o agressor é alguém da própria família ou do seu convívio íntimo.

Um estudo publicado pelo Ipea no ano passado fez um levantamento dos casos de estupro no Brasil, utilizando os dados do Ministério da Saúde.

Os dados são de 2011, e os autores destacam que, nos 12.087 estupros notificados naquele ano, (abro aspas) “mais da metade [das vítimas] tinha menos de 13 anos de idade, [...] mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. Tal dado é absolutamente alarmante, pois as consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima – que se dá exatamente nessa fase – estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos” (fecho aspas).

É importante ressaltar que há uma enorme probabilidade de que mesmo esses números – já absurdos! – estejam muito aquém da triste realidade, pois sabemos que há muita subnotificação e que muitas crianças e jovens guardarão na angústia de seus corações as atrocidades sofridas, por vergonha de contar os horrores a que foram submetidos.

Do lado dos agressores, o estudo do Ipea constatou que 24,1% dos estupradores das crianças são os próprios pais ou padrastos e que 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima.

Aterrador também é o fato de que quando o agressor da criança é uma pessoa conhecida, 79% dos estupros ocorreram na própria residência da criança.

Em outras palavras, a pessoa que deveria proteger é a que agride, e o lar que deveria ser um refúgio torna-se a sala de tortura.

Diante desse quadro, não há como ignorar a pergunta: o que essas crianças terão a comemorar no dia 12 de outubro?

São crianças traumatizadas, cuja infância foi violentamente roubada e destruída. São crianças com profundas marcas e cicatrizes de feridas que talvez não saem nunca.

São crianças que dentro de 10 a 20 anos serão adultos, estarão pelas ruas, trabalhando, dirigindo automóveis, tornando-se pais e mães.

Quantas delas conseguirão superar os traumas e desenvolver uma vida normal? Quantas delas não reproduzirão a violência que covarde e injustamente sofreram quando mais necessitavam de afago? Infelizmente eu não acredito que sejam muitas.

Em 2011 cerca de 8.400 crianças e adolescentes foram vítimas de estupro. Isso para falar apenas dos casos notificados, que possivelmente são apenas uma fração do número real.

Quantas crianças e adolescentes são realmente vítimas desse crime anualmente no Brasil? Vinte mil? Trinta mil? Uma só já seria muito.

Neste 12 de outubro, Dia das Crianças, ficamos ainda estarecidos e entristecidos com o quanto nos falta para realmente sermos uma sociedade que ama, valoriza e trata seus filhos com todo o carinho que toda criança merece e tem o absoluto direito de receber.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Isso será considerado, Senador Paulo Paim.

Peço a V. Exª que assuma a Mesa, para que eu possa fazer meu pronunciamento.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, com muita satisfação, para um dos homenageados de ontem, o Senador José Medeiros. E me permita que eu use esse termo. V. Exª ficou entre os dez que receberam dois prêmios. Tive a alegria de estar ao lado de V. Exª mais uma vez.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço as palavras.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado e que nos acompanham também pelas redes sociais, os que nos visitam e estão nas galerias da Casa – sejam bem-vindos! – e toda a imprensa que está aqui.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço as palavras de carinho e, mais uma vez, parablenizo V. Exª por ter sido um dos agraciados, por ter ficado entre os dez melhores Senadores na votação do Congresso em Foco. Creio que essa é mais que uma medida de justiça pelo trabalho que V. Exª apresenta aqui.

Segunda-feira é o Dia das Crianças. No dia 12, como todo mundo conhece e sabe, é comemorado o Dia das Crianças.

Eu já contei esta história aqui, mas quero novamente relembrar. Eu nasci no Sertão de Caicó, Senador Paulo Paim, numa região muito pobre do Rio Grande do Norte. A região de Caicó, o Município de Caicó e os Municípios vizinhos, é considerada como o Sertão do Seridó.

Aliás, é uma região que, neste momento, padece com uma das maiores secas da história do Nordeste. Algumas pessoas têm de ir buscar água a 70 quilômetros de distância.

Eu nasci justamente em um período de muita seca, na década de 70, eu e meus irmãos. E ali havia, naquela época, uma mortalidade infantil imensa. Minha avó, por exemplo, teve 23 filhos, dos quais apenas 13 acabaram escapando, vamos dizer assim, devido à grande mortalidade infantil.

Na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, sem querer interrompê-lo, quero dizer que tem tudo a ver o seu pronunciamento com essa moçada que se encontra nas galerias. É um movimento. Estão passando o Dia das Crianças com um funcionário do Senado. Hoje, vão circular por aqui cerca de 150 crianças.

Sejam todos bem-vindos! S. Exª está fazendo um discurso homenageando vocês, as crianças! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT.) – Sejam muito bem-vindos!

Mas, Senador Paim, como eu dizia há pouco, nasci justamente nessa região do Brasil tão seca e tão pobre. Inclusive, dois dos meus cinco irmãos acabaram falecendo devido à desnutrição infantil, que ali era imensa. A mortalidade infantil no Nordeste, na década de 70, era uma coisa gigantesca!

Mas, justamente fazendo esse *link* com o Dia das Crianças, era disto que eu queria falar, do período da minha infância. Faltava tudo! Venho de uma família... Não falo isso para fazer cara nem perfil de coitadinho, mas para dizer da importância de uma infância com um lar estruturado, com um lar em que há carinho. Acho que é impossível ser mais pobre do que meus pais eram. No Nordeste, as pessoas lutavam para ter alguma coisa para comer, tanto que nossa família acabou indo para Mato Grosso, buscando outras oportunidades e uma forma de fugir daquelas dificuldades.

Mas eu queria ressaltar aqui a forma como foi a minha infância. Neste Dia das Crianças, vejo que há uma corrida desenfreada pelo brinquedo mais caro, pelo brinquedo mais tecnológico. Eu me lembro de que, lá em casa, meu pai fazia brinquedos com ossos de cabra e de gado. Boa parte dos nordestinos, naquela época, dormia em rede, mas, antes de dormir, minha mãe sempre contava uma história.

Dessa forma, a dificuldade financeira era muito grande, faltava tudo, mas uma coisa não faltava: a união familiar, o carinho. E isso guardo como se fosse hoje. Guardo as pequenas coisas que aconteceram. O único presente que me lembro de ter ganhado foi um chapéuzinho de couro. Esse é o único presente que me lembro de ter ganhado na vida. Nem o ganhei dos meus pais, porque eles não tinham condições. Mas isso não me traumatizou, não me deixou aleijado para o resto da vida, porque uma coisa existia: o carinho dos pais.

Isso foi, inclusive, motivo de muito choro depois, Senador Paulo Paim. Fui para Mato Grosso aos nove anos de idade. Obviamente, na zona rural, não havia onde estudar, e um tio meu, visitando a casa dos meus pais, disse: "Esse menino, já com nove anos, tem de estudar". Enfim, decidiram que eu tinha de estudar. Agora, você imagina tirar uma criança de nove anos de perto da mãe! O nordestino tem muito a característica de tratar os filhos como a galinha trata os pintinhos. A dificuldade é muita, mas repartem o que têm e vivem todos ali debaixo da asa. Eu era muito apegado. Quando fui para a cidade, não havia uma noite em que não chorava com saudade dos pais.

Fui morar na casa dos tios, e a dificuldade também era grande. Mas pude estudar, acabei fazendo duas faculdades, entrando depois em concurso para servidor público. Trabalhei por 20 anos na Polícia Rodoviária Federal. O resto da história não interessa tanto, porque estou falando mesmo sobre a infância. O que quero com isso é fazer um *link* com o discurso que V. Exª fez aqui sobre os traumas da primeira infância.

Na verdade, às vezes, as pessoas pensam que o que vai fazer com que um cidadão tenha estrutura para enfrentar a vida depois é o quanto de brinquedo ele teve na infância, o quanto de conforto ele teve, com o melhor videogame ou, talvez, com a melhor TV de plasma ou com qualquer tecnologia que seja. Mas não é isso! Digo, com a certeza de quem viveu, que aquilo de que uma criança precisa é um lar estruturado. Uma criança precisa não ter estresse na sua vida. Não sou eu quem está dizendo isso. O Senador Paim trouxe aqui estudos, e eu quero complementá-los.

No mês passado, através do Senado, fui fazer um curso na Universidade de Harvard, Senador Paim, um curso sobre a primeiríssima infância.

Ali tratei com a nata do Centro de Estudos Avançados de Harvard, com médicos neurologistas, com pedagogos, com os mais gabaritados profissionais, com o *top*, vamos dizer assim, da cadeia da educação mundial. Eles chegaram, alguns anos atrás, à conclusão de que é o estresse crônico na primeira infância que acaba trazendo transtornos ao longo da vida da criança.

Foi feito um estudo, Senador Paim, muito interessante. Aqui, cabe ressaltar o que é a primeira infância. Algumas pessoas não têm ideia do que seja. Qual é o marco temporal que divide isso? Os estudiosos dizem que a primeira infância é aquela compreendida entre 0 e 6 anos de idade – a primeiríssima infância é de 0 a 6 anos – e que o cérebro da criança se estrutura nesse período. É quase como uma programação de um computador. Ou seja, as estruturas, a personalidade, o caráter, tudo é formado ali. Os estudiosos dizem que, se nesse período esse processo não conseguir acontecer dentro da normalidade, a criança fica com o aprendizado comprometido, fica com a parte emocional comprometida, e que há grandes possibilidades de ela ser um adulto problemático.

Eles chegaram a fazer um estudo, pegando um espaço amostral de crianças em vulnerabilidade. Fizeram dois estudos paralelos, Sr. Presidente.

Eles pegaram algumas crianças vindas de uma comunidade muito pobre, em que as políticas públicas eram quase zero, em que o saneamento básico era ruim. Eles começaram a acompanhá-las, não com recursos financeiros, mas com políticas públicas. Fizeram o acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos em um grupo. Para lá ia uma assistente social toda semana, para observar como estava a família, como estava a vida daquela criança, se ela estava indo à escola. Enfim, acompanhava como estava a saúde emocional da criança, como estava o desenvolvimento da criança. Verificava se ela estava num local propício a muito estresse.

Quando se diz do estresse, não é que a criança não vá ficar estressada. Não se trata de dizer que a criança chorou e já está estressada, já está comprometida. Não é isso. Os estudiosos dizem isso da criança que está em um lar onde haja violência todos os dias, onde ela seja abusada de que forma for, psicologicamente ou sexualmente.

Enfim, é esse tipo de estresse que os estudiosos dizem que, reiteradamente, compromete o desenvolvimento da criança.

Então, esse estudo foi feito. Esse grupo de crianças de 0 a 6 anos de idade foi acompanhado. Eles fizeram aquele acompanhamento, de modo que a criança pudesse se desenvolver sem estresse, sem obstáculos.

Outro grupo também foi observado, mas eles não interagiram, o Estado não fez nada naquele grupo, simplesmente deixou a vida seguir.

O certo é que eles acompanharam por 37 anos os dois grupos. O gráfico que, depois, eles apresentaram é estarrecedor: simplesmente parecia uma boca de jacaré. Naquele grupo que foi acompanhado e monitorado com assistente social, com políticas públicas, as crianças tiveram um melhor aprendizado e acabaram galgando melhores posições, socialmente falando. Houve um índice muito pequeno de criminalidade.

Eles fizeram todo um estudo sobre esses dois grupos e chegaram à conclusão de que cada dólar investido no primeiro grupo significou uma economia de US\$7, porque, no outro grupo em que nada foi investido, eles acabaram tendo de gastar US\$7 a mais. Ou seja, a conta é de US\$1 para US\$7. Então, chegaram à conclusão de que o investimento na primeiríssima infância é muito rentável para o Estado.

Obviamente, não estamos falando aqui de uma questão monetária, mas, como geralmente quem conduz a gestão do Estado a conduz sob a ótica de quem paga a conta, ou seja, sob a ótica do planejamento, do orçamento, então, é bom que se ressalte o dado de que investir na primeira infância é um ganho para o Estado.

Então, Sr. Presidente, fiz esse registro aqui para dizer que faremos também no Senado Federal um grande debate sobre esse tema, sobre o tema da criança, sobre o tema do investimento na primeira infância. Inclusive, nesta Casa, está para ser aprovado – espero que assim seja – o Marco Legal da Primeira Infância. Esse projeto nasceu justamente desse estudo desses profissionais na Universidade de Harvard.

A partir desse primeiro estudo – aliás, esse estudo que não foi feito na Universidade de Harvard, foi feito por outra universidade, mas todos esses profissionais começaram um trabalho em Harvard –, começaram a ver que só havia uma forma de mudar esse quadro que era convencendo os gestores, os formuladores de políticas públicas, para que pudessem mudar a situação do mundo. E eles fazem todo ano um curso na Universidade de Harvard, chamando parlamentares e gestores do mundo inteiro – governadores, prefeitos, secretários de saúde. E tive a honra de participar desse curso.

A partir desses estudos, surgiu ali, por iniciativa do Deputado Osmar Terra e também com a parceria da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, uma fundação brasileira, do Luiz, da Isabela e de tantos outros que ombrearam essa luta e começaram a gestar ali um projeto de formar o marco legal da primeira infância. E foi, então, aprovado, na Câmara dos Deputados, esse projeto, que caminhou aqui para o Senado e está agora na

Agenda Brasil. E estamos, inclusive, conversando com o Presidente Renan, para que seja mandado, em regime de urgência, para o Plenário, até porque é um projeto que já está maduro para ser votado, porque foi discutido por mais de um ano, lá na Câmara dos Deputados, foi discutido com audiência nos Estados, então, é um projeto que já passou pela Comissão de Educação, com a relatoria da Senadora Fátima Bezerra, inclusive, e está maduro para ser votado aqui.

Temos tido reuniões com o Presidente Renan, porque é um projeto da maior importância e que, com certeza, vai mudar a forma como os Estados, como os Municípios e como a União encaram as políticas para as crianças. Na verdade, hoje, o que existem são políticas esparsas, políticas públicas em que as crianças são atendidas de forma transversa, mas não existe um olhar ainda do Estado para essas crianças, para esses novos cidadãos, ou seja, não existe um olhar do Estado brasileiro, da União, para o futuro do Brasil. Se não investirmos, se está provado cientificamente que, ao não cuidar, não regar essa plantinha no início da sua existência, ela fica comprometida depois, é certo que, se não estamos olhando assim, estamos virando as costas para o futuro deste País.

Falando sobre o Dia das Crianças, Sr. Presidente, este ano não será um ano tão bom quanto o ano passado. As associações comerciais preveem uma queda de 10% nas vendas. E eu estava falando justamente da primeiríssima infância e falei que não são os brinquedos que fazem uma boa infância, mas as crianças também gostam de brinquedo. Eu disse que eles não são primordiais, não fazem parte da estrutura, mas isso não significa que as crianças não gostem de ganhar um brinquedo.

Como eu estava falando, segundo os dados das associações comerciais, as contratações de mão de obra temporária, ao que tudo indica, serão bastante prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, vou tomar a liberdade...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos recebendo aqui o Senador Mozarildo, um grande Senador da República, que deu uma grande contribuição ao País. Agora ele é Secretário do Governo de Roraima, respondendo por Brasília. Ele estava comentando: “Esse Senador é bom!” Sim, é um jovem Senador. Ontem fomos premiados no Congresso em Foco, estive com ele lá.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Seja muito bem-vindo, Senador Mozarildo! Já assisti muito V. Ex^a na TV Senado.

Visitei o seu Estado recentemente, a bonita cidade de Boa Vista, que é uma cidade, Senador Paim, que não é vertical, mas é incrível como você se sente bem quando chega ali. Pude ter a grata satisfação de caminhar pelas ruas, de sentir aquele clima agradável, o quanto as pessoas são receptivas. De forma que é uma honra recebê-lo aqui, Senador.

Sr. Presidente, se levarmos em conta o desaquecimento de nossa economia, com o perdão do eufemismo, essa realidade já estava contratada. Mas não é sobre isso que quero falar. Quero falar hoje sobre o significado do chamado Dia das Crianças.

O vínculo entre a compra de presentes e o Dia das Crianças, como sabemos, e já repeti aqui hoje, é resultado de uma astuta manobra de *marketing* para turbinar as vendas de brinquedos e produtos infantis. Algumas empresas, ainda na década de 60, tiveram a brilhante ideia de estabelecer essa associação. Hoje em dia é impossível desassociar o Dia das Crianças da compra de presentes.

Isso não é só com o Dia das Crianças. Estamos chegando a dezembro, e é difícil desassociar hoje também o Natal da compra de presentes. Aliás, a figura de Cristo já praticamente desapareceu do Natal: hoje, quando se pergunta para alguns o que representa o Natal para você, ele vai lembrar do presente e da ceia. E é isso que aconteceu, é o *marketing* que acaba fazendo.

Mas, como disse, Sr. Presidente, hoje pobre do pai ou da mãe que tentar convencer seus pequenos de que o Dia da Criança foi criado para que pudéssemos refletir sobre os direitos da criança – como recomendam a ONU e a Unicef –, e não para que eles pudessem ganhar presentes e brinquedos. É claro que as crianças têm o direito de ganhar presentes. Afinal de contas, ser criança é brincar, e é brincando que ela domina as ferramentas necessárias para a vida adulta, mas elas têm direito a muito mais do que isso.

E acaba de chegar aqui uma comitiva nas galerias do Senado. Com certeza, o nosso Presidente vai dar as boas-vindas. Sejam muito bem-vindos!

A criança, como já disse, Sr. Presidente, é o pai dos homens. Se quisermos saber como será o Brasil daqui a 15 ou 20 anos, não é com os especialistas e futurólogos de plantão que devemos conversar. Não!

Basta parar um pouco, respirar fundo e olhar para as nossas crianças. Basta parar e descobrir que tipo de escolas elas estão frequentando. Basta parar e descobrir que tipo de assistência médica elas estão recebendo. Basta parar e ver até onde se estende o braço forte do Estado no cumprimento do dever de proteção integral à infância.

Se pararmos e olharmos para as nossas crianças, para esses milhões de brasileirinhos e brasileirinhas, o que veremos? Eu sei o que vejo e devo dizer que a imagem a mim não me agrada, como disse Albert Einstein. Ou, pelo menos, como dizem que ele disse, abro aspas: “A palavra progresso não faz nenhum sentido enquanto ainda houver crianças infelizes”, fecho aspas.

Boa vontade não falta e não faltam declarações, convenções, estatutos e leis. Em 20 de novembro de 1959, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a ONU, adotou a Declaração dos Direitos da Criança, refletindo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, considerada a Carta Magna das crianças, deu *status* legal a esses direitos e instituiu um instrumento jurídico considerado lei internacional, ratificado por 193 países.

No Brasil, a Constituição de 1988 já ordenava que déssemos prioridade absoluta para as crianças. Seu art. 227 disse que elas devem ter – e enfatizo a expressão – prioridade absoluta no que se refere ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além disso, o Estado também tem a obrigação de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. É isso o que nos diz o texto constitucional.

E aí vocês, de repente, perguntam-me: “Senador, mas você está defendendo aqui a criação de mais uma lei? Isso, porque, se for cumprido o que está dizendo a Constituição, está perfeito.” Mas é justamente para isso que nós temos que fazer aqui o marco legal.

E eu explico: algumas leis, algumas diretrizes, alguns princípios que foram colocadas na Constituição precisam justamente serem regulamentados, para que tenham eficácia – é o que se chama de *longa manus*, a mão longa do Estado –, para que cheguem lá na ponta. E é justamente por isso que nós estamos lutando aqui, ou seja, para especificar, para dizer o que tem que ser feito, o que cada Secretário de Educação, o que cada Secretário lá no Município o ou no Estado tem que fazer, para que esse comando normativo da Constituição possa chegar onde deve chegar, para que não fique simplesmente como uma retórica, como uma coisa bonita, e como uma letra morta.

No rastro do modelo da prioridade absoluta, surgiu, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, a despeito pequenas imperfeições é um marco indiscutível no reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente em nosso País. Em suma, já reconhecemos aqui e alhures que as crianças são sujeitos de direitos, que esses direitos são inalienáveis e que não é possível tratá-las de outra forma que não seja como prioridade absoluta na formulação e na execução das políticas públicas. Acredito que ninguém, em sã consciência, discordaria da ênfase que a legislação brasileira dá às crianças, mas a pergunta que faço é: Conseguiremos transformar essa ênfase de papel em ênfase real, feita de ações? Será que nossas crianças estão recebendo o tratamento que merecem, sem o qual não há esperança de um Brasil melhor daqui a 15, 20 anos?

Como disse Nelson Mandela – e, hoje, faço questão de recorrer a alguns iluminados da História, porque muitas vezes pequenas frases dizem mais do que longos discursos –, abro aspas: “Não há revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças.” Como estaremos tratando as nossas crianças? Como estaremos revelando a nossa alma?

Uma das respostas a essa pergunta – e há muitas formas de respondê-la, apesar de só haver uma resposta honesta – eu li recentemente em um artigo, Sr. Presidente, do Senador Cristovam Buarque, que foi um dos premiados ontem, para o jornal *O Globo*. O Senador Cristovam nesse artigo conta uma história de triste beleza. Beleza de ver como seria fácil nos transformarmos num País que queremos ser e tristeza de constatar como tem sido difícil, politicamente falando, viabilizar um projeto que poderia transformar nosso destino em pouco mais de uma década.

Há dez anos, nos idos de 2005, o helicóptero Super Puma, de prefixo FAB 8740, da Presidência da República, Senador Paim, fez um pouso forçado no interior de Pernambuco, próximo à cidade de Caruaru. Imaginem os senhores a festa que não fizeram as crianças do local. E aqui eu consigo imaginar um cenário, porque lembro o estado em que fiquei na primeira vez em que vi um carro, Senador Paim: era uma coisa do outro mundo, aquele motor funcionando, aquelas coisas vermelhas que eram as lanternas, e eu fiquei extasiado em ver aquilo.

Hoje em dia, se se fala isso para uma criança, ela vai dizer: “Que otário!” (*Risos*.)

Ela vai dizer isso, está acostumada com isso. Mas para uma criança lá do interior do Nordeste aquilo era uma maravilha, ver aquela coisa andando, parecendo que estava viva – essa foi a sensação que tive, na primeira vez em que vi um automóvel.

Agora, imagine para as crianças, creio que seja a mesma realidade, lá do interior de Pernambuco, baixar de repente, no seu quintal, uma máquina, um helicóptero da FAB. E a festa e a surpresa não paravam por aí. Imagine para as crianças, para quem tudo é novidade, e não é toda hora que se poussa um helicóptero no quintal.

Mas a maior novidade ainda estava por vir, Senador Paulo Paim. E veio, quando, do helicóptero, desembarcou, nada mais, nada menos, do que o Presidente Lula e sua comitiva. Esse fato talvez alguns se lembrem, foi um pouso forçado que o helicóptero oficial da Presidência da República fez.

O fato ficou registrado em uma foto histórica. Do lado esquerdo de uma cerca de arame farpado, agachado e pensativo, está o Presidente e, do outro, dezenas de crianças, algumas sorridentes, e outras desconfiadas. Naquele momento... E, quanto ao termo desconfiadas, eu quero fazer um parêntese, Senador Paim. Menino de roça, não digo os de hoje, mas antigamente alguns de nós, quando víamos gente que chegava, corríamos para nos esconder, ou no mato, se não desse para chegar, ou então nos escondíamos atrás das portas e ficávamos olhando pelas frestas, desconfiados. Então, imagine essas crianças aqui.

Naquele momento, aquelas crianças tiveram sobre si os olhos do poder. Naquele momento, elas se tornaram visíveis para o Brasil. Isso aconteceu há uma década.

E uma década, convenhamos, é muito tempo na vida de uma criança. Depois que crescemos, Senador Paim, parece que as décadas passam na velocidade da luz, mas para uma criança dez anos é muito tempo. É o tempo que leva, Senador Paim, para se transformar no adulto que será pelo resto de sua vida.

Pois bem, o que o Brasil fez com aquelas crianças ao longo desses dez anos? Em que o Brasil as transformou? O artigo do Senador Cristovam Buarque responde a essas perguntas de forma contundente.

Taciana, que era uma das crianças, tinha 6 anos, deixou a escola aos 14 e engravidou aos 15. O seu irmão, conhecido como Cambiteiro, também deixou a escola e acabou assassinado. Rubinho, de 7 anos, não completou a quinta série e hoje já tem filhos. O irmão dele, que teria hoje 15 anos, já foi preso, jurado de morte, esfaqueado e acabou fugindo e desaparecendo. Jaques largou a escola com 13 anos. Jailson e Josivan não completaram a quarta série. Nego não foi à escola e hoje já tem dois filhos.

A quem se perguntou o que o Brasil fez com aquelas crianças essa é a resposta. Foi isso que o Brasil fez com aquelas crianças. Foi isso que nós fizemos.

Às vezes, olhar para trás pode ser triste, mas o passado é o manual de instruções do futuro. E temos a obrigação de interpretá-lo. O nascimento de uma criança, segundo dizem, é como uma mensagem de que Deus não perdeu as esperanças e de que ele ainda acredita nos homens.

Aquelas crianças, Sr. Presidente, nos oferecem hoje seus filhos. Taciana, Rubinho, Nego e tantas outras ex-crianças do Brasil nos oferecem hoje, por meio de seus filhos, a oportunidade da redenção, a oportunidade, como dizia Saramago, de não nos envergonharmos das crianças que fomos.

Dentro de 10 ou 15 anos, quando olharmos para o dia de hoje, o que veremos, o que diremos, o que sentiremos? Tristeza, vergonha, desalento? Não, não há motivo, não há razão ou justificativa para que os sentimentos não sejam de alegria, de orgulho e de esperança. Basta que, em nossas opiniões, palavras e votos, demos de fato prioridade absoluta às meninas e meninos do Brasil. Basta isso!

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E já me encaminho para a conclusão, Sr. Presidente. Os brinquedos, neste dia 12 de outubro, eu digo aos pais, são importantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, fique à vontade para o seu pronunciamento, pelo tempo que for necessário! Eu irei a um Congresso em Alagoas, representando o Senado num Congresso de Aposentados, Pensionistas e Idosos de todo o Brasil, em que provavelmente o Presidente Warley vai ser reeleito, mas o meu voo só sai às 13 horas. Então, fique tranquilo!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço, Sr. Presidente.

E queria dizer aos pais que, na segunda-feira, dia 12, Dia das Crianças, os brinquedos são importantes. Não deixem de dar. Se puderem dar, deem!

Eu fui criança e sei como isso é importante. Mas muito mais importante que isso é o carinho, é o apoio, é aquela coisa de o filho saber que tem segurança, que o pai e a mãe dele estão ali. Eu me lembro de uma música do Padre Zezinho, chamada Utopia, Senador Paim, em que ele dizia que lembrava-se dos seus tempos de criança, em que, ao fim do dia, via o seu pai:

Eu tantas vezes
Vi meu pai chegar cansado
Mas aquilo era sagrado
Um por um ele afagava
E perguntava
Quem fizera estripulia
A mamãe nos defendia

E tudo aos poucos se ajeitava

E por aí vai, é uma música linda! No final, ele diz:

Correu o tempo
E hoje eu vejo a maravilha
De se ter uma família
Quando tantos não a tem
Agora falam
Do desquite ou do divórcio
O amor virou consórcio
Compromisso de ninguém
Há tantos filhos
Que bem mais do que um palácio
Gostariam de um abraço
E do carinho entre seus pais [...].

E por aí vai, é uma música linda! E a síntese dessa música é justamente do que estamos falando: do que a criança precisa, na verdade, é de um lar saudável. As outras coisas se ajeitam.

E aí, de repente, diz-se: "Olha, mas vocês estão falando de leis, de marco legal. Não é muito o Estado se inferir nessas coisas?" Não, o Estado pode fazer, porque, quando há políticas públicas, o Estado tem como ajudar, para que esse lar seja saudável, porque o amor é forte, mas, quando a necessidade é demais, corre-se o risco de ele sair pela janela.

Então, dia 12 é o dia, na verdade, do futuro do Brasil, Senador Paim. E aqui fica este desafio do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, das Prefeituras, dos Estados, de lutar para que esse futuro não fique comprometido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, lembrando que segunda-feira é o Dia das Crianças e do compromisso de todos nós com o futuro do País. E o futuro do País naturalmente passa pelas nossas crianças.

Estão visitando a Casa os filhos dos funcionários. É a terceira turma que aqui chega hoje, lembrando dessa data tão importante que é segunda-feira. Aqui à nossa frente estão outros convidados que vêm conhecer a Casa.

Senador Medeiros, eu vou encerrar só lembrando que... Lembrando e até informando lá para o nosso povo querido de Alagoas. Eu sou do Rio Grande do Sul, mas me comprometi em estar no Congresso de Aposentados e Pensionistas que se realiza em Maceió.

Não estou na abertura, porque havia o Congresso em Foco hoje à noite e tinha um compromisso de estar aqui hoje pela manhã, mas, em torno de 14h30, estarei chegando a Maceió. E vou participar, então, à tarde do 3º Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, realizado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), cujo Presidente é o líder Warley. Estarão lá todos os Estados da Federação, todos confirmaram presença, e espera-se lá a presença de em torno de 1,5 mil líderes.

O evento termina no dia 12, mas eu voltarei no sábado, porque tenho um compromisso aqui em Brasília também, para falar numa plenária sindical sobre a minha indignação em relação àquela emenda que tentaram colocar e que nós vamos reverter na Câmara e no Senado, para que não prevaleça mais a CLT e que prevaleça só o negociado entre as partes. Estou convicto de que os Deputados votarão contra essa emenda, para garantir a nossa CLT e o direito de todos os trabalhadores.

Então, digo a Brasília que voltarei e participarei da plenária amanhã à tarde. Enfim, lá eu farei palestras sobre a conjuntura e naturalmente quanto à questão do direito dos trabalhadores aposentados e pensionistas do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por fim, a Presidência comunica ao Plenário que recebeu, em 8 de outubro de 2015, a **Mensagem nº 384, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 43, de 2015**, parcial, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015** (oriundo da MPV 675, de 2015), que dispõe sobre as condições para isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM no Nordeste e na Amazônia, entre outros.

É essa a mensagem e as razões do veto:

Veto Parcial nº 43, de 2015

aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015

(oriundo da Medida Provisória nº675, de 2015)

Mensagem nº 384

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (MP nº 675/15), que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nos 9.808, de 20 de julho de 1999, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.484, de 31 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios dos Transportes e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 3º

"Art. 3º O caput do art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 4º Será concedida aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2020, a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

.....' (NR)"

Razões dos vetos

"O dispositivo resultaria em renúncia de receita não condizente com o contexto econômico atual. Além disso, a medida não veio acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como o art. 108 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO). Por fim, tal renúncia afetaria negativamente o Fundo da Marinha Mercante - FMM, podendo comprometer sua capacidade de fomento do setor."

O Ministério da Fazenda opinou, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Arts. 5º e 6º

"Art. 5º O art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 5º

IV - cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

.....

§ 3º O disposto no inciso IV do caput não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.' (NR)"

"Art. 6º O art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 6º
.....

IV - cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

.....
§ 5º O disposto no inciso IV do caput não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.' (NR)"

Art. 11

"Art. 11. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

'Art. 13-A. Nas sociedades cooperativas, são dedutíveis, para efeito de apuração do resultado das aplicações financeiras e incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos incorridas.

Parágrafo único. Nas sociedades cooperativas de crédito, os ingressos auferidos em aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro não estão sujeitos à incidência do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins."

Art. 13

"Art. 13. O art. 109 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 109. As pessoas jurídicas que se encontrem inativas desde o ano-calendário de 2009 ou que estejam em regime de liquidação ordinária, judicial ou extrajudicial, ou em regime de falência, poderão apurar o imposto de renda e a CSLL sem a aplicação dos limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, durante o período em que estiverem no referido regime.

§ 1º A aplicação do disposto no caput restringir-se-á à apuração do imposto de renda e CSLL sobre as seguintes operações:

I - ganho de capital resultante da alienação de bens ou direitos ou qualquer ato que enseje a realização de ganho de capital;

II - reversão de provisões;

III - resultado de aplicação de saldos de caixa;

IV - rendimentos auferidos sobre os ativos existentes.

§ 2º Caso o regime previsto no caput seja cessado a partir de 1º de janeiro de 2017, os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2016 não sofrerão a aplicação dos limites desde que sua utilização não ultrapasse o ano-calendário de 2020.' (NR)"

Art. 16

"Art. 16. Fica reaberto por quinze dias, contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, de que trata a Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014, às instituições de ensino superior

integrantes do sistema federal de ensino para requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema.”

Razões dos vetos

“Os dispositivos resultariam em significativa renúncia de receita não condizente com o contexto econômico atual. Além disso, as medidas não vieram acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como o art. 108 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).”

Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda solicitaram veto aos seguintes dispositivos:

Art. 9º e Anexo II

“Art. 9º Ficam reduzidas a zero, por um prazo de cinco anos, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, do PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Cofins-Importação incidentes sobre os produtos constantes do Anexo II desta Lei e respectivas classificações na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, utilizados exclusiva ou principalmente para fabricação de itens na microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Aneel.”

“ANEXO II

	PRODUTO	NCM
I	Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00
II	Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90
III	Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10
IV	Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06	7308.90.90
V	Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00
VI	Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00
VII	Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00
VIII	Outras arruelas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.22.00
IX	Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço	7318.23.00
X	Cabos de cobre para uso elétrico	7413.00.00
XI	Estruturas de suporte - Barras e perfis de alumínio	7604.21.00
XII	Estrutura de suporte fixa em alumínio	7606.12.90
XIII	Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, alumínio, exceto 94.06	7610.90.00
XIV	String box e data logger - Outros aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	8404.90.90
XV	Bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua	8413.81.00
XVI	Gerador fotovoltaico de potência não superior a 750 W	8501.31.20
XVII	Gerador fotovoltaico de potência superior a 750 W, mas não superior a 75 kW	8501.32.20
XVIII	Gerador fotovoltaico de potência superior a 75 kW, mas não superior a 375 kW	8501.33.20
XIX	Gerador fotovoltaico de potência superior a 375 kW	8501.34.20
XX	Inversor de frequência híbrido	8504.40.29
XXI	Conversores de corrente contínua - Inversores	8504.40.30
XXII	Inversores - Outros	8504.40.90
XXIII	Conectores para sistemas FV - Outros	8536.69.90
XXIV	Conectores elétricos	8536.90.10
XXV	Conectores elétricos	8536.90.90
XXVI	Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000 V	8537.10.90

XXVII	Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000 V	8537.20.90
XXVIII	Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)	8541.40.32
XXIX	Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis	8541.40.39
XXX	Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais	8544.20.00
XXXI	Cabos para tensão não superior a 1000 V com peças de conexão	8544.42.00
XXXII	Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão	8544.49.00
XXXIII	Outros cabos para tensão superior a 1000 V	8544.60.00
XXXIV	Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.	9026.80.00
XXXV	Outros instrumentos, aparelhos e máquinas	9031.80.99
XXXVI	Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas	9032.89.89

"

Razões dos vetos

"Os dispositivos resultariam em renúncia de receita não condizente com o contexto econômico atual. Além disso, a medida não veio acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como o art. 108 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO). Por fim, da forma prevista, poderia dificultar o desenvolvimento de uma indústria nacional voltada para a produção de insumos fotovoltaicos."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 6 de outubro de 2015 - **Dilma Rousseff**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015

(oriundo da Medida Provisória nº675, de 2015)

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nºs 9.808, de 20 de julho de 1999, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.484, de 31 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

I – 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II – 17% (dezessete por cento), no período compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

III – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.”(NR)

Art. 2º Ficam isentos e remidos do laudêmio, do foro e das taxas de ocupação os contribuintes localizados na Área A do antigo Aeroporto de Petrolina, Estado de Pernambuco, identificados no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se a remissão aos débitos patrimoniais devidos à União, constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, executados judicialmente ou não.

Art. 3º O caput do art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Será concedida aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2020, a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

.....”(NR)

Art. 4º O art. 1º da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 1º

.....

§ 3º Na aplicação do regime aduaneiro especial de drawback à industrialização de embarcação de que trata o § 2º, o prazo de suspensão dos tributos poderá ser de até sete anos.”(NR)

Art. 5º O art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

.....

IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

.....

§ 3º O disposto no inciso IV do caput não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”(NR)

Art. 6º O art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

.....

IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

.....

§ 5º O disposto no inciso IV do caput não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 7º O art. 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Os beneficiários do Reporto descritos no art. 15 desta Lei ficam acrescidos das empresas de dragagem definidas na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 - Lei dos Portos, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional de que trata o art. 33 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31 de dezembro de 2020.”(NR)

Art. 8º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a energia elétrica ativa fornecida pela distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica ativa injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica para microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 9º Ficam reduzidas a zero, por um prazo de cinco anos, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, do PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Cofins-Importação incidentes sobre os produtos constantes do Anexo II desta Lei e respectivas classificações na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, utilizados exclusiva ou principalmente para fabricação de itens na microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Aneel.

Art. 10. O caput do art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2020, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2021, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.

.....”(NR)

Art. 11. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. Nas sociedades cooperativas, são dedutíveis, para efeito de apuração do resultado das aplicações financeiras e incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos incorridas.

Parágrafo único. Nas sociedades cooperativas de crédito, os ingressos auferidos em aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro não estão sujeitos à incidência do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins.”

Art. 12. O art. 5º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º

§ 2º Os projetos poderão ser apresentados até 31 de julho de 2020.

.....”(NR)

Art. 13. O art. 109 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 109. As pessoas jurídicas que se encontrem inativas desde o ano-calendário de 2009 ou que estejam em regime de liquidação ordinária, judicial ou extrajudicial, ou em regime de falência, poderão apurar o imposto de renda e a CSLL sem a aplicação dos limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, durante o período em que estiverem no referido regime.

§ 1º A aplicação do disposto no caput restringir-se-á à apuração do imposto de renda e CSLL sobre as seguintes operações:

I – ganho de capital resultante da alienação de bens ou direitos ou qualquer ato que enseje a realização de ganho de capital;

II – reversão de provisões;

III – resultado de aplicação de saldos de caixa;

IV – rendimentos auferidos sobre os ativos existentes.

§ 2º Caso o regime previsto no caput seja cessado a partir de 1º de janeiro de 2017, os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2016 não sofrerão a aplicação dos limites desde que sua utilização não ultrapasse o ano-calendário de 2020.”(NR)

Art. 14. O art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 16:

“Art. 3º
.....

§ 16. Caso na instrução do processo de novação de créditos não seja demonstrado o pagamento dos débitos de que tratam o inciso I do caput e os §§ 14 e 15 deste artigo, o processo não será interrompido se as instituições financeiras cedentes em regular funcionamento firmem declaração de responsabilidade quanto a estes débitos, autorizando o débito automático dos valores estimados na reserva bancária da instituição financeira e a transferência imediata para o Tesouro Nacional, exceto se, no prazo de nove meses, conseguir comprovar o pagamento dos referidos débitos.”(NR)

Art. 15. A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º
.....

§ 12
.....

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.

.....”(NR)

“Art. 28
.....

XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.

.....”(NR)

Art. 16. Fica reaberto por quinze dias, contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, de que trata a Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014, às instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino para requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, em relação à nova redação dada aos incisos I e III do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, conforme o art. 1º desta Lei;

II – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, em relação ao art. 15 desta Lei; e

III – a partir da data de publicação desta Lei, em relação aos demais dispositivos.

ANEXO I

Imóveis registrados no Livro 02 do 1º Ofício de Notas do Registro Geral dos Imóveis de Petrolina, que assim se identificam e se confrontam:

Lote 01: objeto da matrícula 62.998, com área de 1.355,09 m², perímetro de 151,66 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Av. Gilberto Freire; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 02.

Lote 05: objeto da matrícula 63.002, com área de 1.406,96 m², perímetro de 153,80 m, com frente: Rua Projetada 1; lado direito: Lote 04; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 06.

Lote 06: objeto da matrícula 63.003, com área de 1.969,48 m², perímetro de 177,79 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 05; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 07.

Lote 07: objeto da matrícula 63.004, com área de 938,60 m², perímetro de 133,86 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 06; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Rua Lucyanno Patriota.

Lote 08: objeto da matrícula 63.005, com área de 886,87 m², perímetro de 128,39 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Rua Lucyanno Patriota; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 09.

Lote 18: objeto da matrícula 63.015, com área de 4.509,43 m², perímetro de 273,46 m, com frente para área non aedificandi; lado direito: Lotes 19 e 20; fundos: Lote 17; lado esquerdo: Rua Projetada 2.

Lote 22: objeto da matrícula 63.018, com área de 2.577,97 m², perímetro de 231,87 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Lote 23; fundos: Lote 17; lado esquerdo: Lote 02.

Lote 24: objeto da matrícula 63.020, com área de 1.378,39 m², perímetro de 154,91 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Lote 25; fundos: Lote 15; lado esquerdo: Lote 02.

Lote 25: objeto da matrícula 63.021, com área de 969,48 m², perímetro de 135,99 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 05; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 07.

Lote 27: objeto da matrícula 63.023, com área de 2.105,22 m², perímetro de 183,72 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Rua Projetada 1; fundos: Lote 14; lado esquerdo: Lote 26.

ANEXO II

	PRODUTO	NCM
I	Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00
II	Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90
III	Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10
IV	Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06	7308.90.90
V	Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00
VI	Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00
VII	Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00

VIII	<u>Outras arruelas de ferro fundido, ferro ou aço</u>	<u>7318.22.00</u>
IX	<u>Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço</u>	<u>7318.23.00</u>
X	<u>Cabos de cobre para uso elétrico</u>	<u>7413.00.00</u>
XI	<u>Estruturas de suporte - Barras e perfis de alumínio</u>	<u>7604.21.00</u>
XII	<u>Estrutura de suporte fixa em alumínio</u>	<u>7606.12.90</u>
XIII	<u>Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, alumínio, exceto 94.06</u>	<u>7610.90.00</u>
XIV	<u>String box e data logger - Outros aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes</u>	<u>8404.90.90</u>
XV	<u>Bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua</u>	<u>8413.81.00</u>
XVI	<u>Gerador fotovoltaico de potência não superior a 750 W</u>	<u>8501.31.20</u>
XVII	<u>Gerador fotovoltaico de potência superior a 750 W, mas não superior a 75 kW</u>	<u>8501.32.20</u>
XVIII	<u>Gerador fotovoltaico de potência superior a 75 kW, mas não superior a 375 kW</u>	<u>8501.33.20</u>
XIX	<u>Gerador fotovoltaico de potência superior a 375 kW</u>	<u>8501.34.20</u>
XX	<u>Inversor de frequência híbrido</u>	<u>8504.40.29</u>
XXI	<u>Conversores de corrente contínua - Inversores</u>	<u>8504.40.30</u>
XXII	<u>Inversores - Outros</u>	<u>8504.40.90</u>
XXIII	<u>Conectores para sistemas FV - Outros</u>	<u>8536.69.90</u>
XXIV	<u>Conectores elétricos</u>	<u>8536.90.10</u>
XXV	<u>Conectores elétricos</u>	<u>8536.90.90</u>
XXVI	<u>Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000 V</u>	<u>8537.10.90</u>
XXVII	<u>Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000 V</u>	<u>8537.20.90</u>
XXVIII	<u>Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)</u>	<u>8541.40.32</u>
XXIX	<u>Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis</u>	<u>8541.40.39</u>
XXX	<u>Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais</u>	<u>8544.20.00</u>
XXXI	<u>Cabos para tensão não superior a 1000 V com peças de conexão</u>	<u>8544.42.00</u>
XXXII	<u>Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão</u>	<u>8544.49.00</u>
XXXIII	<u>Outros cabos para tensão superior a 1000 V</u>	<u>8544.60.00</u>
XXXIV	<u>Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.</u>	<u>9026.80.00</u>
XXXV	<u>Outros instrumentos, aparelhos e máquinas</u>	<u>9031.80.99</u>
XXXVI	<u>Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas</u>	<u>9032.89.89</u>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 6 de novembro de 2015.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim, nós encerramos a sessão de hoje do Senado da República.

Segunda-feira é Dia da Criança. Que Deus abençoe todas as nossas crianças, no Brasil e no mundo, e que as tratemos com carinho e amor que elas merecem! Com certeza, a criança de hoje é o futuro de todos nós no País.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 24 minutos.)

PARECER
PARECER Nº 75, DE 2015-CN

Da COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 415, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, *que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.*

Relator: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Primeiramente, gostaria de homenagear o nobre e saudoso Senador Luiz Henrique, homem público que deixou um legado político inigualável, governador de Santa Catarina por duas vezes, deputado estadual por inúmeras vezes, Ministro de Ciência e Tecnologia, e senador desta Casa de 2011 até o seu falecimento em maio último. Em suma, uma perda lastimável para o Estado de Santa Catarina. A ele coube a relatoria original da presente matéria no âmbito desta Comissão.

Assim, passemos à análise desta Comissão, nos termos do art. 3º da [Resolução nº 1, de 2011-CN](#). O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 415, de 2012, doravante tratado neste parecer apenas como PLS, dispõe sobre a concessão de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

O PLS é constituído por três artigos:

O art. 1º institui a isenção do IPI sobre as operações com automóveis equipados com motor acionado, exclusivamente, a energia por baterias recarregáveis na rede elétrica.

O art. 2º assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos na lei, bem como ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador da pessoa jurídica fabricante de automóveis de posição 87.03 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI).

O art. 3º traz a cláusula de vigência, estabelecendo a entrada em vigor na data da publicação.

O PLS foi encaminhado à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 415, de 2012.

II – ANÁLISE

É apreciável a iniciativa do nobre Senador Eduardo Amorim, ao elaborar este PLS, que concede isenção do IPI às operações com automóveis equipados com motor acionado exclusivamente por baterias recarregáveis na rede elétrica (carros elétricos), extensiva às matérias-primas, peças e embalagens utilizadas no processo produtivo, bem como à importação de carros elétricos dos países do MERCOSUL.

A iniciativa favorece o objetivo de redução das emissões de gases de efeito estufa, pois tende a favorecer fontes de geração de energia elétrica que dispensam combustíveis fósseis e, destarte, a política de investimentos em tecnologias 'limpas'. Neste sentido, evoca-se o Acordo de Copenhague, conhecido por Cop 15, que aduz haver a necessidade de os Estados combaterem urgentemente a mudança climática de acordo com princípios comuns, mas com responsabilidade. A iniciativa em tela estaria no escopo daquelas ações passíveis de serem encampadas pelo Estado brasileiro em benefício do direito transgeracional e difuso a um meio ambiente equilibrado.

De acordo com o estado da arte da ciência no tocante à mudança climática, no intuito de se estabilizar o efeito estufa e prevenir a elevação da temperatura a níveis não suportáveis para os ecossistemas, a vida e a saúde humana e animal, a variação climática deve manter-se em 2 graus Celsius. Essa meta, embora aparentemente singela, demanda imediatos e profundos cortes nas emissões globais de gases de efeito estufa. Nessa esteira, o Brasil deve promover o uso de tal tecnologia limpa. A iniciativa sob

escrutínio segue esse desiderato e estimula a compra de carros elétricos, ao estipular a queda na alíquota do IPI.

Cabe ressaltar que este PLS assegura a manutenção do crédito das matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, todos utilizados na industrialização dos automóveis em questão. Tal iniciativa assegura o objetivo de reduzir o custo da produção e efetivamente assegura a inserção deste tipo de tecnologia no mercado brasileiro, criando-se novos segmentos econômicos no mercado, tais como postos de abastecimento de carros elétricos, e redes de manutenção e operação dos equipamentos.

Por último, em relação ao desembaraço aduaneiro, mantém-se a isenção para automóveis procedentes de países integrantes do MERCOSUL, incentivando o aumento do comércio entre os países vizinhos, sendo benéfico para o desenvolvimento regional, indo no mesmo sentido do disposto no [art. 11 da Lei n.º 9.779, de 1999](#).

Tal norma permite que o saldo credor do IPI, acumulado em cada trimestre-calendário, decorrente de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e materiais de embalagem, aplicadas na industrialização, inclusive de bem isento ou tributado à alíquota zero, que o contribuinte não puder compensar com o IPI devido na saída de outros produtos, poderá ser utilizado para compensar outros tributos devidos pelo contribuinte. O presente Projeto de Lei tem o efeito de reparar a omissão existente neste diploma legal e contemplar os automóveis, como produto final, fabricados nos demais países integrantes do MERCOSUL.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do PLS nº 415, de 2012.

Sala da Comissão,
, Presidente
, Relator

EMENDA MODIFICATIVA, DO RELATOR PLS nº 415, de 2012 (Do Senhor Eduardo Amorim)

Dê a seguinte redação ao inciso II do Art. 2º do Projeto de Lei nº 415, de 2012, do Senado Federal:

“Art. 2º
I -
.....
II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros produzido nos países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI) com a isenção de que trata o art. 1º.”

JUSTIFICATIVA

A presente alteração, no sentido de substituir a expressão "*originário e procedente*" por "*produzido nos*", proposta pelo ilustre deputado Edio Lopes, foi acolhida por mim, na forma de emenda, durante a discussão desta Peça processual na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, visto que incentivará o aumento do comércio entre os países vizinhos, sendo benéfica, portanto, para o desenvolvimento regional, alinhada ao que prescreve o [art. 11 da Lei n.º 9.779, de 1999](#).

Sala da Representação, em 16 de setembro de 2015

Senador BLAIRO MAGGI
Relator

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2012
(Do Senado Federal)****PARECER DA REPRESENTAÇÃO**

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei do Senado Federal nº 415, de 2012, do Sr. Eduardo Amorim, nos termos do Parecer do Relator, Senador Blairo Maggi.

Estiveram presentes os senhores:

Senadores Roberto Requião, Presidente, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Humberto Costa e Paulo Bauer; e os Deputados Arlindo Chinaglia, Carlos Gomes, Carlos Henrique Gaguim, Dilceu Sperafico, Edio Lopes, Fernando Marroni, Geovania de Sá, Jaime Martins, Jean Wyllys, José Stédile, Moses Rodrigues, Osmar Serraglio, Renato Molling, Rocha e Ronaldo Benedet.

Plenário da Representação, em 16 de setembro de 2015.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Presidente

EMENDA MODIFICATIVA ADOTADA

PLS nº 415, de 2.012
(Do Senhor Eduardo Amorim)

Dê a seguinte redação ao inciso II do Art. 2º do Projeto de lei nº 415, de 2012, do Senado Federal:

"Art. 2º
I -

.....
II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros produzido nos países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI) com a isenção de que trata o art. 1º."

A presente alteração, no sentido de substituir a expressão "*originário e procedente*" por "*produzido nos*", proposta pelo ilustre deputado Edio Lopes, foi acolhida pelo Relator, Senador Blairo Maggi, e aprovada por unanimidade por este Colegiado na reunião desta data.

É de reconhecida importância pois sua implementação incentivará o aumento do comércio entre os países vizinhos, sendo, por conseguinte, benéfica para o desenvolvimento regional, alinhada ao que prescreve o art. 11 da Lei n.º 9.779, de 1999.

Sala da Representação, em 16 de setembro de 2015

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Presidente

REQUERIMENTOS DE LICENÇA**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 10**

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 489/2015	Garibaldi Alves Filho	RISF Art. 43, I	De 01/10/2015 a 15/10/2015	Licença saúde.
RQM nº 490/2015	Renan Calheiros	RISF Art. 13	01/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 491/2015	Wellington Fagundes	RISF Art. 43, II	De 13/10/2015 a 15/10/2015	Licença Particular.
RQM nº 492/2015	Dalirio Beber	RISF Art. 13	07/10/2015 e 08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 493/2015	João Capiberibe	RISF Art. 13	08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 494/2015	Lasier Martins	RISF Art. 13	08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 495/2015	Benedito de Lira	RISF Art. 13	08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 496/2015	Lídice da Mata	RISF Art. 13	07/10/2015 e 08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 497/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	08/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 498/2015	Elmano Férrer	RISF Art. 13	08/10/2015	Atividade parlamentar.

SENADO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

ATA DA 140ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE AGOSTO DE 2015

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 128, de 21 de agosto de 2015)

À página 41, para correção dos horários de início e término da sessão, onde se lê:

“(Inicia-se a sessão às 14 horas e 26 minutos e encerra-se às 19 horas e 6 minutos.)”

Leia-se:

“(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 19 horas e 30 minutos.)”

SENADO FEDERAL

RETIFICAÇÕES

ATA DA 144ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 26 DE AGOSTO DE 2015

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 132, de 27 de agosto de 2015)

À página 3, item 1.2.1.1 do Sumário, por omissão, incluem-se as seguintes Mensagens:

1.2.1.1 – Mensagens da Presidência da República

[—]

Nº 68/2015 (nº 309/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Nº 69/2015 (nº 310/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Após a página 343, por omissão, publiquem-se as Mensagens nº 68 e 69, de 2015:



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 68, de 2015

(Nº 309/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

CURRICULUM VITAE

Aníbal Diniz

Indicado pela presidenta Dilma Rousseff ao cargo de conselheiro da
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Brasília – DF, Agosto de 2015



Aníbal Diniz

Dados pessoais

Aníbal Diniz, 52 anos, nasceu em Campo Mourão – Paraná, em 13 de dezembro de 1962. Transferiu-se para o Estado do Acre em 1977. No Acre desenvolveu sua formação educacional e profissional na área de Comunicação e pelo Acre se tornou Senador da República entre dezembro de 2010 e janeiro de 2015. É casado e pai de duas filhas.

Tem graduação em História pela Universidade Federal do Acre - UFAC e MBA pela Fundação Getúlio Vargas/Faculdade Corporativa Banco do Brasil.

É jornalista provisionado DRT - AC, com experiência na área desde 1983. Atuou como repórter, redator e editor em jornais impressos, rádio e televisão do Acre. Em 1993 iniciou sua trajetória na Comunicação Pública como secretário de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco.

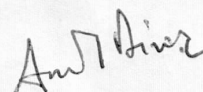
Experiência em destaque

Gestão pública

- Exerceu o cargo de Assessor de Comunicação Social da **Prefeitura de Rio Branco** no período de 1993 a 1996.
- Foi secretário de Comunicação do **Estado do Acre**, por 12 anos, no período de 1999 a 2010, durante os mandatos dos governadores Jorge Viana e Binho Marques.
- Como secretário de Comunicação do Estado do Acre, Aníbal Diniz **gerenciou a implantação do Sistema Público de Comunicação do Estado**, composto por 20 estações de TV, 6 estações de rádio e a Agência de Notícias do Acre.

Legislativo

- **Senador da República, PT – Acre.** Exerceu o mandato de senador da República no período de dezembro de 2010 a janeiro de 2015. Seu

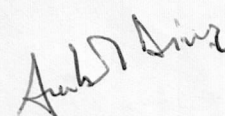


mandato exibiu forte atuação nas áreas de Ciência e Tecnologia, Educação e Telecomunicações.

- Foi relator na Comissão de Avaliação do **Programa Nacional de Banda Larga** (PNBL).
- Foi autor de seis projetos de leis que estabelecem a **banda larga** como serviço essencial. Questões relacionadas à tarifa social, compartilhamento de redes, entre outras definições, foram tratadas, visando à popularização da banda larga no Brasil (PLS: 427, 428, 429, 430, 431 e 432, todos de 2014).
- Foi **vice-presidente do Senado** de setembro de 2012 a janeiro de 2013, durante a presidência do senador José Sarney.
- Na **vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ**, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, pôde acompanhar a tramitação de diversas propostas legislativas que afetavam as comunicações e as telecomunicações no Brasil.
- Exerceu a titularidade em **sete comissões permanentes**: CCT, CCJ, CE, CDH, CMA, CRE e CMO. Foi presidente da Subcomissão de Terras Raras, em 2012.
- É autor do PLS 132/2014, que prevê **equilíbrio de gênero** nas eleições, com duas vagas para o Senado.
- Participou de importantes **eventos nacionais e internacionais** em missão oficial do Senado Federal.

Construção democrática

- Participação ativa no processo de **redemocratização** do Brasil, iniciado na década de 1980, compatibilizando a atuação política em defesa de eleições diretas e da liberdade de expressão com o trabalho na área de Comunicação Social e Jornalismo. Trouxe a experiência adquirida para o Senado Federal, onde se manteve coerente aos princípios que sempre nortearam sua atuação profissional e a vida pública.



- 20ª Conferência do Clima (COP20) Lima/Peru/2014;
- Missões Diplomáticas no Haiti e Cuba/2013;
- Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova York/EUA/2013;
- 57º Painel Sinditelebrasil, Debatedor: Tecnologia de Satélites, Brasília/Brasil/2013;
- 58º Painel Sinditelebrasil, Brasília/Brasil/2014;
- 14º Congresso Latino-Americano de Satélites, Rio de Janeiro/Brasil/2014;
- Futurecom – 2014 - São Paulo;
- Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/DF/fevereiro de 2015.

Contato

- anibaldiniz13@gmail.com
- 061 9949 0553
- Residente à SQN 406, Bloco O, Apartamento 102, Asa Norte, CEP - 70.847-150 - Brasília – DF

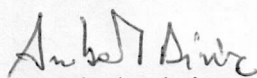
Anibal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “e”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não participei de conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras, nos últimos cinco anos, contados retroativamente à data em que se deu a minha indicação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

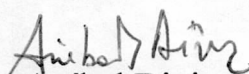

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “d”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não sou autor ou réu em ações tramitando no Poder Judiciário.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

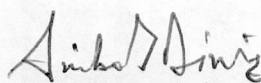

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “c”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), a minha regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, devidamente comprovada pelas certidões emitidas pelos órgãos competentes, em cumprimento ao § 2º, do art. 1º, do citado ato.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

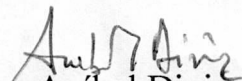

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “b”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

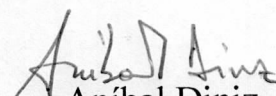

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não possuo parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área das telecomunicações.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015



Aníbal Diniz



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 258-01.058.356/2015
NOME : ANIBAL DINIZ
ENDEREÇO : CONDOMINIO ESTRADA DA USINA
CIDADE : MORADA DO SOL
CPF : 183.210.702-72
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 17 de Novembro de 2015.

Brasília, 19 de Agosto de 2015.

Certidão emitida via internet às 09:12:56 e deve ser validada no endereço
www.fazenda.df.gov.br

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.TL9I.TYGY.QJMV.CYRX.MK7C**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.GLL6.J2QE.6T38.B5WI.MFQC**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.E50Q.GOJZ.TAPY.15IY.2HAX**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.299P.RF2X.9L67.AN2S.WZ8G**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/Cn...>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ANIBAL DINIZ
CPF: 183.210.702-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 09:22:53 do dia 19/08/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2016.

Código de controle da certidão: **AD05.BBFF.8478.068F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ANIBAL DINIZ**

Inscrição: **000524082453** Zona: 1 Seção: 190

Município: 1392 - RIO BRANCO UF: AC

Data de Nascimento: 13/12/1962 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ

JOAO MARIA DINIZ

Certidão emitida às 08:51 de 19/08/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

EIKX.XUKJ.FLK6.BLTX

Tribunal Superior Eleitoral - Ce...

1

Página 1 de 1

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ANIBAL DINIZ**
Inscrição: **000524082453** Zona: 1 Seção: 190
Município: 1392 - RIO BRANCO UF: AC
Data de Nascimento: 13/12/1962 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ
JOAO MARIA DINIZ

Certidão emitida às 08:53 de 19/08/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **MHKW.DR/1.8D4X.PWRU**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
95168392**

Certificamos que contra

Nome: **ANIBAL DINIZ**

CPF: **021.907.102-00**

Data de Nascimento: **13/12/1962**

Nome da mãe: **QUERUBINA DE LOURDES DA ROCHA DINIZ**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 19/08/2015 às 08:55:19 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias**



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
CONTAS JULGADAS IRREGULARES

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANIBAL DINIZ**

CPF: **183.210.702-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, até a presente data, NÃO CONSTA em nome do(a) requerente acima identificado(a), registro de Tomada de Contas Especial, Prestação de Contas ou Tomada de Contas julgada irregular.

A consulta para a emissão desta certidão foi efetuada nos registros do Cadastro de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU - CADIRREG, excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação por parte deste Tribunal.

Certidão emitida às 08h56min49 do dia 19/08/2015, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<http://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/verificaCertidao.faces>

Código de controle da certidão: 21VH.H79D.431C.JC46

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidara este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/08/2015 às 08:58) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 183.210.702-72.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 55D4.6F67.162E.6511

.: Sistema de Emissão de Certi...

1

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Estado do Acre

Nº 33331

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Acre**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Acre (www.jfac.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, 07h04.

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 07h04.

Endereço: Rodovia BR-364, Km 02, Av. 02, s/nº - Centro Administrativo do Estado do Acre
CEP 69914-220, Rio Branco-AC.
Fone: (68) 3214-2044. e-Mail: sepce.ac@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Distrito Federal

Nº 183027

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, 09h05.


Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 09h05.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

.: Sistema de Emissão de Certi...

1

Página 1 de 1

 imprimir

Nº 2777137



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, às 09h03.

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 09h03.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA Diretoria de Administração Tributária	Data Emissão: 19/08/2015 Hora Emissão: 15:25
	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	Número: 490533
<p><i>Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>(Artigo 171 a 177 do Decreto nº 462/87)</i></p> <p><i>* Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa</i></p>		
Nome/Razão Social: ANIBAL DINIZ		
Inscrição Estadual:	Identidade: 125192 SSP AC	
CNPJ:	CPF: 183.210.702-72	
Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL, Nº 351 - BAIRRO: CENTRO, CEP:		
Município: RIO BRANCO	Data da Impressão: Quarta-feira, 19 de Agosto de 2015 , 15:25	
Finalidade: DESTINA-SE A TODOS OS FINS.		
Outras Informações:		
Data de Validade: 17/10/2015		
Código de Autenticidade: 8cd9db8f7fcfb95		

Verificar autenticidade desta CND no seguinte endereço: www.sefaz.ac.gov.br

Emitido pelo Portal Sefaz Online

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**

Secretaria Municipal de Finanças

Gerência de Arrecadação

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND Nº 44650/2015**Tipo:** TRIBUTOS MUNICIPAIS (PESSOA)

Certidão Referente a PESSOA FÍSICA


Contribuinte: ANIBAL DINIZ **CPF:** 183.210.702-72**Endereço:** RIO GRANDE DO SUL **Nº:** 351 **Complemento:****Bairro:** CENTRO**Data de Expedição:** 19/08/2015 **Validade:** 18/10/2015**Nº de Autenticidade:** B6A8.58ED.82B7.DE77.7D1C.FE11.DB13.AC9F.

CERTIFICA, atendente ao pedido constante no requerimento acima protocolado, e de conformidade com as informações prestadas pelo Sistema de Administração Tributária, que o contribuinte acima identificado encontra-se em dia com a Fazenda Pública Municipal até a presente data, com referência a Impostos e Taxas.

Ressalvando-se, porém, o direito da Fazenda Municipal cobrar, a qualquer tempo, as Dívidas do requerente, que por ventura venham a ser apuradas.

Certidão emitida em 19/08/2015.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada nas Centrais de Atendimento ao Cidadão.



Servidor Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Município de Rio Branco

Observações:

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

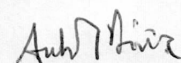
Eu, Aníbal Diniz, 52 anos, brasileiro, casado, pai de duas filhas, RG 125.192 - SSP-AC, CPF nº 183.210.702-72, residente à SQN 406, Bloco O, Apartamento 102, Asa Norte, CEP - 70.847-150 - Brasília – DF, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, do Ato nº1, de 12 de março de 2009 da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, venho, por meio deste documento, apresentar argumentação escrita, de forma sucinta, sobre minha formação acadêmica, experiência profissional e vivência política que comprovam minha aptidão para exercer o mandato de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em substituição ao Sr. Jarbas José Valente, conforme Mensagem Presidencial nº309, de 14 de agosto de 2015.

Nasci na cidade de Campo Mourão – Paraná, em dezembro de 1962, mas concluí o ensino fundamental, médio e superior (Faculdade de História – Universidade Federal do Acre) no Estado do Acre, para onde minha família se transferiu no final da década de 1970. Fui seminarista da Ordem dos Servos de Maria – OSM, entre 1979 e 1981.

Minha atuação na área de Comunicação começou em 1983, há 33 anos, com experiências como repórter, redator e editor de jornalismo impresso, radiofônico e televisivo, além de Assessoria de Imprensa e Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco e do Governo do Estado do Acre.

Como Secretário de Comunicação do Estado do Acre, entre 1999 e 2006, coordenei a implantação do Sistema Público de Rádio e Televisão Educativa – Rádio e TV Aldeia, com transmissão via satélite da programação local para todas as cidades do Estado. Entre 2007 e 2010, participei da implantação da Agência Digital de Notícias do Acre e da Digitalização do Diário Oficial do Estado.

Exerci o mandato de Senador da República pelo Estado do Acre entre dezembro de 2010 a janeiro de 2015. Ocupei cargos importantes como a 1ª vice-presidência do Senado Federal, sob a presidência do Senador José Sarney, entre setembro de 2012 e janeiro de 2013; a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2015; e fui membro titular das



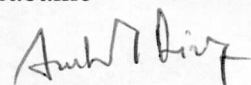
Comissões de Relações Exteriores – CRE, Meio Ambiente – CMA e Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, na qual atuei como relator da Comissão de Avaliação da Política Pública sobre o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, em 2014.

Para elaborar o relatório do PNBL, realizamos audiências públicas no Acre, na Bahia e em Brasília, reunindo subsídios de representantes das operadoras, órgãos governamentais, Telebrás e a própria Anatel, e a representação da sociedade civil por meio de diversas entidades de defesa do consumidor, como o IDEC, além de visitas técnicas ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Embraer, Visiona, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e fóruns qualificados da área das telecomunicações em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, no decorrer de 2013 e 2014.

Como representante do Senado Federal, participei dos seguintes eventos: 18ª Conferência do Clima (COP18) Doha/Catar/2012; 19ª Conferência do Clima (COP19) Varsóvia/Polônia/2013; 20ª Conferência do Clima (COP20) Lima/Peru/2014; Missões Diplomáticas no Haiti e Cuba/2013; Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova York/EUA/2013; 57º Painel Sinditebrasil, Debatedor: Tecnologia de Satélites, Brasília/Brasil/2013; 58º Painel Sinditebrasil, Brasília/Brasil/2014; 14º Congresso Latino-Americano de Satélites, Rio de Janeiro/Brasil/2014; e Futurecom, São Paulo/Brasil/2014, Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/DF/fevereiro de 2015.

O trabalho sistemático na produção do relatório de avaliação do PNBL proporcionou uma experiência adicional importante sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, e a necessidade de interação entre o setor público e a iniciativa privada na área de telecomunicações, para que as políticas públicas voltadas para a inclusão social e inclusão digital logrem êxito.

Além do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga: disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=157729&c=PDF&tp=1>, com um conjunto de recomendações estratégicas, como o fortalecimento da Anatel e da Telebrás, para que seus objetivos e metas sejam plenamente atingidos e milhões de brasileiros que continuam digitalmente excluídos tenham acesso à internet, esse trabalho



que coordenei resultou na proposição de seis Projetos de Lei no Senado Federal: os PLS n°s 427, 428, 429, 430, 431 e 432/2014, todos com contribuições concretas para a popularização da internet de banda larga no Brasil e também disponibilizados na rede.

PLS 427/14 que “Altera a Lei n° 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119541;

PLS 428/14 que “Altera a Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estimular o compartilhamento de infraestrutura por concessionárias e permissionárias de serviço público”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119543;

PLS 429/14 que “Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei n° 9.998, de 17 de agosto de 2000”

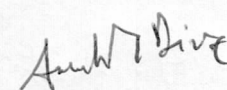
http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119544;

PLS 430/14 que “Altera as Leis n°s 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119545;

PLS 431/14 que “Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119542;

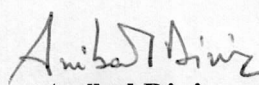


PLS 432/14 que “Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119546.

Ante o exposto, somado o meu conhecimento na área de comunicação, a experiência acumulada em duas décadas de gestão pública e a maturidade política adquirida ao longo de toda minha trajetória de vida pública, coroada com o mandato como senador da República, sinto-me preparado para honrar o mandato de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, atuando com equilíbrio na busca de uma regulamentação que assegure o ordenamento da atividade econômica, o incentivo aos investimentos e à competição, e o cumprimento de obrigações sociais de universalizar o acesso de qualquer pessoa aos serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, nos termos do disposto no inciso II, do art. 81, da Lei Geral das Telecomunicações.

Brasília, DF, 19 de agosto de 2015



Aníbal Diniz

Aviso nº 366 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA)



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 69, de 2015
(Nº 310/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

DILMA ROUSSEFF

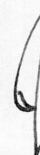
Presidente da República Federativa do Brasil

**Ministério das Comunicações
Agência Nacional de Telecomunicações**

Otavio Luiz Rodrigues Junior

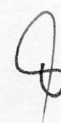
Curriculum Vitae

Agosto/2015



SUMÁRIO

1. Curriculum Vitae.....3 a 62
2. Anexo 1 (Memorial sobre competências para o cargo)
3. Anexo 2 (Versão Resumida do CV)
4. Anexo 3 (ATIVIDADES PROFISSIONAIS)
5. Anexo 4 (DECLARAÇÃO SOBRE PARENTES)
6. Anexo 5 (DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE EMPRESA)
7. Anexo 6 (DECLARAÇÃO SOBRE AÇÕES JUDICIAIS)
8. Anexo 7 (DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM AGÊNCIAS)
9. Anexo 8 (CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL)



Otávio Luiz Rodrigues Junior

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome Otávio Luiz Rodrigues Junior
Nome em citações bibliográficas RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz
Sexo Masculino

Cor ou Raça Branca

Filiação OTAVIO LUIZ RODRIGUES e MARIA LUZINETE LEITE RODRIGUES
Nascimento 23/07/1974 - Crato/CE - Brasil
Carteira de Identidade 90003012048 SSP - CE - 15/08/1994
CPF 438.391.263-04
Passaporte FL381902

Endereço residencial Alameda Joaquim Eugênio de Lima - de 1000 ao fim - lado par
Jardim Paulista - São Paulo
01403002, SP - Brasil
Telefone: 11 31114003
Celular 11 974142903
URL da home page: <http://www.direitocontemporaneo.com/>

Endereço profissional Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito Civil
Largo São Francisco
Sé - São Paulo
01005010, SP - Brasil
Telefone: 11 31114003

URL da home page: <http://www.direito.usp.br/>

Endereço eletrônico

E-mail para contato : olrj@uol.com.br
e-mail alternativo : otavio.luiz@uol.com.br

Formação acadêmica/titulação

- 2002 - 2006** Doutorado em Direito.
Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil
Título: Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro, Ano de obtenção: 2006
Orientador: Antonio Junqueira de Azevedo
Palavras-chave: CLÁUSULA PENAL - REVISÃO - LIMITES - NATUREZA - FU
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Setores de atividade : Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas
- 1997 - 2001** Mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento).
Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil
Título: Da Teoria da Imprevisão: a autonomia da vontade e a intervenção do estado-juiz nos contratos, Ano de obtenção: 2001
Orientador: Raimundo Bezerra Falcão
Palavras-chave: TEORIA DA IMPREVISÃO - REVISÃO - CONTRATOS - ADMIN
Áreas do conhecimento : Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público
Setores de atividade : Política Econômica e Administração Pública em Geral
- 1992 - 1996** Graduação em Direito.
Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil
Bolsista do(a): Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pós-doutorado

- 2011 - 2012** Pós-Doutorado .
Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, MPI, Alemanha
Bolsista do(a): Max-Planck-Gesellschaft
Áreas do conhecimento : Direito Privado
- 2010 - 2011** Pós-Doutorado .
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Privado



Atuação profissional**1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS**

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor convidado , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado)

2. Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso - FESMP-MT

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Professor convidado , Enquadramento funcional: Professor convidado, Regime: Parcial

3. Instituto de Direito Brasileiro da Universidade de São Paulo - IEB

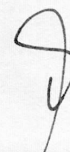
Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Conselheiro Suplente , Enquadramento funcional: Conselheiro, Regime: Parcial
Outras informações:
Membro do Conselho Deliberativo

4. Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo - FDUSP

Vínculo institucional

2013 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Doutor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

05/2015 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Congregação da Faculdade de Direito

Especificação:

Membro suplente da Congregação na classe dos Professores Doutores

01/2014 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Departamento de Direito Civil

Linhas de pesquisa:

Direito Privado Comparado Contemporâneo e Reforma Legislativa

08/2013 - Atual Pós-graduação, Programa de Pós-Graduação em Direito

Disciplinas ministradas:

Código Civil e Código de Defesa do Consumidor: a sua interface

5. Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB

Vínculo institucional

2005 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor mestre , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

02/2005 - Atual Graduação, Direito

Disciplinas ministradas:

Direito Civil I , Direito Civil II , Tópicos Atuais de Direito

6. Faculdade 7 de Setembro - FA7

Vínculo institucional

2002 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Outro (especifique) , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

01/2002 - Atual Graduação, Curso de Direito

Disciplinas ministradas:

DIREITO CIVIL

01/2002 - **Atual** Direção e Administração, Curso de Direito, Coordenação

Cargos ocupados:

Outro

7. **Universidade Federal Fluminense - UFF**

Vínculo institucional

2010 - 2013 Enquadramento funcional: Adjunto II , Carga horária: 20, Regime: Parcial

8. **Universidade Federal da Bahia - UFBA**

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor convidado da Pós-Graduação , Carga horária: 0, Regime: Parcial

9. **Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA**

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Colaborador, Regime: Parcial

10. **Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP**

Vínculo institucional

2007 - 2013 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Professor convidado, Regime: Parcial

11. **Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**

Vínculo institucional

2010 - 2012 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor associado, Regime: Parcial

2004 - 2005 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

07/2004 - 01/2005 Graduação, Ciências Jurídicas
Disciplinas ministradas:
Direito Civil

12. Universidade Estadual do Ceará - UECE

Vínculo institucional

2002 - 2003 Vínculo: professor , Enquadramento funcional: Prestador de serviços , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor do Curso de Pós-Graduação sem vínculo empregatício.

Atividades

01/2002 - 12/2003 Especialização
Especificação:
Teoria Geral do Direito Civil

01/2002 - 12/2003 Especialização
Especificação:
Teoria Geral do Processo

13. Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Vínculo institucional

1998 - 2002 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor licenciado , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Licenciado sem remuneração

Atividades

01/1999 - 01/2001 Especialização
Especificação:
Teoria Geral dos Contratos

01/1998 - 12/2002 Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Direito Processual Civil, Direito Civil

14. Universidade Federal do Ceará - UFC

Vínculo institucional

1996 - 1999 Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento funcional: Professor Substituto, Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

08/1996 - 03/1999 Graduação, Faculdade de Direito
Disciplinas ministradas:
Direito Internacional Privado, Direito Romano, Direito Civil I, Direito Civil II - Obrigações, Direito Civil III - Contratos, Direito Civil IV - Coisas, Direito Civil V - Família e Sucessões

Linhas de pesquisa

1. Direito Privado Comparado Contemporâneo e Reforma Legislativa

Revisor de periódico

1. **Revista de Direito Civil Contemporâneo -RDCC**

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

2. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**

Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial

3. **Revista CEJ (Brasília)**

Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial

Membro de corpo editorial

1. **Revista da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza**

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

2. **Revista dos Tribunais Nordeste**

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

3. **Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil**

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

4. **Revista Jurídica da FEPODI**

Vínculo**2011 - Atual** Regime: Parcial**5. Meritum (FUMEC)**

Vínculo**2011 - Atual** Regime: Parcial**6. Revista Forense (Impresso)**

Vínculo**2011 - Atual** Regime: Parcial**7. Revista de Direito das Comunicações**

Vínculo**2010 - Atual** Regime: Parcial**8. Revista da AGU**

Vínculo**2009 - Atual** Regime: Parcial**9. Revista da OAB-CE**

Vínculo**1998 - Atual** Regime: Parcial

Membro de comitê de assessoramento

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**Vínculo****2013 - Atual** Regime: Parcial**2. Ministério da Educação - MEC****Vínculo****2013 - 2014** Regime: Parcial**Áreas de atuação**

1. Direito
2. Direito Civil
3. Direito Privado
4. Direito Constitucional

Idiomas**Alemão** Lê Razoavelmente**Inglês** Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Bem , Lê Bem**Espanhol** Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Bem**Italiano** Compreende Pouco , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente**Prêmios e títulos****1996** Concurso de Monografias Jurídicas em Direito Comercial - Prêmio Professor Fran Martins, Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará**1995** Prêmio pelo melhor tese apresentada ao IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará (1o. lugar), Pró-Reitoria de

Graduação da Universidade Federal do Ceará

- 1995** Prêmio Professor Amílcar de Araújo Falcão, Associação Brasileira de Direito Financeiro -ABDF
- 1994** Short Story Composition Contest (premição pelo melhor conto apresentado), Instituto Brasil-Estados Unidos
- 1993** Prêmio pela melhor tese apresentada no III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará (3o. lugar), Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará
- 1991** Honorable Mention (desempenho acadêmico excepcional), Instituto Brasil Estados Unidos

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. O Direito (Lisboa). , v.147, p.45-110 - 110, 2015.

Palavras-chave: BGB, Direito Civil, História do Direito Privado, Direito alemão

Áreas do conhecimento : Direito Civil,História do Direito

Referências adicionais : Português.

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Entrevista com Nelson Nery Jr.. Revista de Direito Civil Contemporâneo (Journal of Contemporary Private Law). , v.1, p.367 - 388, 2014.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito do Consumidor, Ação civil pública

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.938, p.79 - 155, 2013.

Palavras-chave: Direito alemão, Direito Civil, BGB

Áreas do conhecimento : Direito Civil,História do Direito

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. O Direito (Lisboa). , v.143, p.43 - 66, 2011.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Dogmática e crítica da jurisprudência (ou da vocação da doutrina em nosso tempo). Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.891, p.65 - 106, 2010.

Palavras-chave: doutrina, doutrinadores, jurisprudência, fontes do Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Atividades profissionais, científicas e técnicas

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de Civil Law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. Meritum (FUMEC). , v.5, p.13 - 52, 2010.

Palavras-chave: Princípios, Contrato, Casamento, Ativismo

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estudo dogmático do contrato de comodato no Código Civil alemão. Revista Jurídica da FA7. , v.7, p.217 - 222, 2010.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito alemão, Contrato, Comodato

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Propriedade, função social e Constituição. Exame crítico de um caso de “constitucionalização” do Direito Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. , v.51, p.207 - 236, 2010.

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União. Revista de Direito das Comunicações. , v.1, p.155 - 160, 2010.

Palavras-chave: Radiodifusão, Telecomunicações, Propaganda, Publicidade

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Administrativo

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Advogados da União travam guerra sem quartel contra corrupção. Consultor Jurídico (São Paulo. Online). , v.1, p.1 - 1, 2008.

Palavras-chave: Legitimidade, AGU, Ação civil pública

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Segurança Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.conjur.com.br/2008-dez-10/advogados_uniao_travam_guerra_quartel_corrupcao]

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Crise americana não permite revisão de contratos cíveis.. Consultor Jurídico (São Paulo. Online). , v.1, p.2 - 2, 2008.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT, Cláusula rebus sic stantibus

Áreas do conhecimento : Direito,Direito Civil,Direito Privado

Setores de atividade : Intermediação Financeira

Referências adicionais : Português. Home page: [http://www.conjur.com.br/2008-nov-25/crise_americana_nao_permite_revisao_contratos_civeis]

12. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Proposta de critério científico para distinção entre os cargos de provimento em comissão e os cargos de natureza especial, quanto ao Direito Administrativo Disciplinar. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.865, p.36 - 53, 2007.

Palavras-chave: Agente público, Natureza jurídica, Função, Cargo de natureza especial, pena disciplinar

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional,Direito Administrativo

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

Trabalho baseado em parecer aprovado pelo Advogado-Geral da União

13. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Causalidade, imputação objetiva e novos paradigmas da dogmática penal. Revista dos Tribunais (São Paulo). , v.849, p.435 - 444, 2006.

Palavras-chave: Imputação objetiva - Causalismo - Dogmática - Pena

Áreas do conhecimento : Direito Penal,Direito Processual Penal

Setores de atividade : Outro

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise da evolução das Escolas Penais. Passagem do causalismo ao funcionalismo. Imputação objetiva e sua influência na dogmática penal pós-moderna.

14. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Considerações sobre a coação como elemento accidental a estrutura da norma jurídica: a idéia de pena e sanção premial. Arquivos do Ministério da Justiça. , v.190, p.287 - 310, 2006.

Palavras-chave: SANÇÃO, SANÇÃO PREMIAL, NORMA FUNDAMENTAL, COAÇÃO

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outros Setores

Referências adicionais : Albanês. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.mj.gov.br/institucional/biblioteca/rev_arquivos190.pdf]

Versão adaptada de capítulo da inédita tese de doutorado "Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro", apresentada e defendida pelo autor junto à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, aprovada por unanimidade, com sugestão de publicação.

15. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav. Revista de Informação Legislativa. , v.170, p.287 - 309, 2006.



Palavras-chave: Radiodifusão - Telecomunicações - Concessões - Anc

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário

Setores de atividade: Outro

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudo sobre o regime constitucional dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações no direito brasileiro atual. Manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações sobre a inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav.

16. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Causalidade, imputação objetiva e novos paradigmas da dogmática penal. . Revista de Direito Renovar. , v.32, p.77 - 87, 2005.

Palavras-chave: Causalismo - Imputação Objetiva - Escolas Penais -

Áreas do conhecimento: Direito Penal, Direito Processual Penal

Setores de atividade: Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise da evolução das escolas penais, com ênfase no Causalismo e Imputação Objetiva.

17. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional. . Revista de Direito Privado (São Paulo). , v.6, p.241 - 250, 2005.

Palavras-chave: RADIODIFUSÃO - CONCESSÕES - PERMISSÕES - RENOVAÇÃO

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Administrativo

Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise as hipóteses excepcionais de renovação de concessões e permissões de serviços de radiodifusão. Cuida das diferenças entre os serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

18. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio *res inter alios acta*, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos.. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.821, p.80 - 98, 2004.

Palavras-chave: DIREITO CIVIL - OBRIGACOES - TERCEIRO CÚMPLICE - R

Áreas do conhecimento: Direito Civil

Setores de atividade: Outros

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

Pesquisa relacionada à doutrina do terceiro cúmplice e à superação do princípio da relatividade dos efeitos do contrato ("res inter alios acta"). Objetiva estudar os efeitos das relações contratuais em face da interferência ilícita de terceiros. Valoração dos princípios contratuais, especialmente, o princípio da função social do contrato. Análise de direito comparado.

19. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação: notas sobre a evolução de um conceito na modernidade e na pós-modernidade. Revista de Informação Legislativa. , v.163, p.113 - 130, 2004.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT

Áreas do conhecimento: Direito Civil

Setores de atividade: Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Analisa a evolução da autonomia da vontade nos séculos XIX e XX, até sua adaptação aos novos princípios contratuais e sua releitura como autonomia privada. Enfoca as insuficiências do novo conceito e os desafios da pós-modernidade e do resgate do valor do indivíduo na relação jurídico-obrigacional. Aborda o problema da autodeterminação.

20. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estudo dogmático da forma dos atos processuais : princípios e espécies. Revista Jurídica (Guarapuava). , v.52, p.51 - 72, 2004.

Palavras-chave: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ATOS PROCESSUAIS - FORM

Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudo dos princípios inerentes aos atos processuais, colocando-os sob o enfoque da teoria geral dos atos e negócios jurídicos. Perspectiva dogmática, adotando a jurisprudência como índice de aplicação das teorias. Explicitação das formas dos atos processuais e suas espécies.

21. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aposentadoria aos 55 anos : impossibilidade de aplicação retroativa do limite etário aos associados de entidades fechadas de previdência privada. Revista de Previdência Social. , v.206, p.10 - 14, 1998.

Palavras-chave: Previdência Social - Previdência Complementar- Apo

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Previdenciário

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

22. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Da Interpretação da Lei Tributária. Revista da Oab Ce. , v.2, p.245 - 302, 1998.

Palavras-chave: Tributário - Hermenêutica - Interpretação - Integr

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Filosofia do Direito, Direito Tributário

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalho laureado pela Associação Brasileira de Direito Financeiro, em 1995.

23. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Coisa Julgada e Constituição: da Lei Nova, da Mudança de Interpretação dos Tribunais e das Emendas Constitucionais sobre a Coisa Julgada. Nomos (Fortaleza). , v.16-18, p.86 - 101, 1997.

Palavras-chave: Constituição, Coisa Julgada, Direito adquirido, Ato jurídico perfeito, Emenda Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Civil

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

24. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Desconstitucionalização da previdencia socia. Revista de Previdência Social. , v.19, p.803 - 806, 1995.

Palavras-chave: PREVIDÊNCIA SOCIAL - DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO - DIR

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Privado

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Livros publicados

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório. v.6, t.1.. São Paulo : Atlas, 2008, v.1. p.652.

Palavras-chave: Compra e venda, Permuta, Contrato estimatório

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522450626

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Revisão Judicial dos Contratos: Autonomia da Vontade e Teoria da Imprevisão.. São Paulo : Atlas, 2006, v.1. p.309 (XXVIII).

Palavras-chave: DIREITO CIVIL - CONTRATOS- REVISÃO - REBUS SIC STA

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Administrativo, Direitos Especiais

Setores de atividade : Outros, Outro, Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil, de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas

Referências adicionais : Brasil/Árabe. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 8522431434

Analisa a evolução da cláusula "rebus sic stantibus" (Direito Medieval) ao conceito de teoria da imprevisão (França) e suas modernas manifestações sob a teoria da onerosidade excessiva (Itália) e da teoria da alteração das circunstâncias (Alemanha). O problema é enfocado sob a óptica do Direito Civil, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Econômico e Direito Internacional Público.

Capítulos de livros publicados

1. SILVA, Rafael Peteffi da, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Dano reflexo ou por ricochete: Ponto de partida para a diferenciação dos sistemas brasileiro e português de responsabilidade civil extracontratual In: I Encontro de Internacionalização do CONPEDI-Barcelona-ES: Direito Mercantil, Direito Civil, Direito do Consumidor e nova tecnologias aplicadas ao Direito. 1 ed. Barcelona : Laborum, 2015, v.1, p. 1-110.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Dano reflexo, Dano por ricochete

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788492602865

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive a intimidade In: Direito Civil: Estudos em homenagem a José de Oliveira Ascensão. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2015, v.2, p. 3-13.

Palavras-chave: Direito Privado, Direitos da Personalidade, Intimidade, Nome

Áreas do conhecimento : DIREITO CIVIL

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522498512

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro no século XX In: 1988 a 2002: A constitucionalização do Direito Civil brasileiro. 1 ed. Fortaleza : Unichristus, 2014, p. 119-133.

Palavras-chave: BGB, Direito Civil, Codificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil, História do Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788599562468

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Responsabilidade civil e Internet: Problemas de qualificação e classificação de conflitos nas redes sociais In: Responsabilidade Civil e inadimplemento no Direito brasileiro: Aspectos Polêmicos. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2014, v.1, p. 283-302.

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Internet, Redes sociais

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522482252

5. MAMEDE, G., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Uma introdução ao Direito da Arte In: Direito da Arte. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2014, v.1, p. 8-16.

Palavras-chave: Arte, Direito da Arte, Cultura, Bens

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522491568

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Do príncipe Bismarck à princesa Carolina de Mônaco: vida privada das pessoas célebres e as liberdades comunicativas no Direito Civil In: 10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: Estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf. 1 ed. São Paulo : Saraiva, 2013, v.1, p. 111-125.

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, LIBERDADES COMUNICATIVAS

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788502201620

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Exceções no Direito Civil: um tema em busca de um autor? In: Prescrição e decadência: Estudos em homenagem a Agnelo Amorim Filho. 1 ed. Salvador : JusPodium, 2013, v.1, p. 411-422.

Palavras-chave: Prescrição, Exceção

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Processual Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8577618919

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Um "modelo de revisão contratual por etapas" e a jurisprudência contemporânea do Superior Tribunal de Justiça In: Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2013, v.1, p. 469-514.

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522474646

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Liberdade de expressão e controle de propaganda de medicamentos e das advertências na ordem jurídica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (parecer) In: Direitos da Personalidade. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2012, v.1, p. 152-170.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade, Direitos fundamentais, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, Advertências Administrativas

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Constitucional, Direito Administrativo
Setores de atividade : Atividades administrativas e serviços complementares, Saúde humana e serviços sociais
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788522471348

10. MIRANDA, Jorge, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, FRUET, Gustavo Bonato
Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no direito comparado
In: Direitos da Personalidade. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2012, v.1, p. 1-24.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade, Direitos fundamentais
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788522471348

11. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Propriedade e função social: Exame crítico de um caso de "constitucionalização" do Direito Civil
In: Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda: Volume 3 - Direito Constitucional e Justiça Constitucional. 1 ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2012, v.3, p. 61-90.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Direito Constitucional, Constitucionalização
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Setores de atividade : Administração pública, defesa e segurança social
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 0870311600

12. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio res inter alios acta, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos In: Obrigações e contratos: princípios e limites. 1 ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011, v.3, p. 1225-1250.

Palavras-chave: Contrato, Função social, DIREITO CIVIL - OBRIGACOES - TERCEIRO CÚMPLICE - R
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Privado
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788520340

13. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
A doutrina do terceiro cúmplice nas relações matrimoniais In: Grandes Temas de Direito de Família e das Sucessões. 1 ed. São Paulo : Saraiva, 2011, v.1, p. 262-282.

Palavras-chave: Direito de Família, Responsabilidade Civil, Direito Civil
Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil, Direito Privado
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. ISBN: 9788502102675

14. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Dogmática e crítica da jurisprudência (ou da vocação da doutrina em nosso tempo) In: Doutrinas Essenciais: Direito Civil. Parte Geral. Teoria Geral do Direito.. 1 ed. São Paulo : RT, 2011, v.1, p. 829-872.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, doutrina
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788520341711

15. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ALVES, Alessandra Vanessa, CARVALHO, Maria Cristina, NEVES, E. A., GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro, ALCÂNTARA, Guilherme

O marco regulatório da vigilância sanitária In: Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. 1 ed. Brasília : IP, 2011, v.1, p. 369-390.

Palavras-chave: Direito Administrativo, Vigilância Sanitária, Direito Sanitário

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Administrativo

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Saúde humana e serviços sociais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788564404007

16. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Responsabilidade Civil no Direito Romano In: Responsabilidade Civil Contemporânea: em homenagem a Sílvia de Salvo Venosa. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2011, v.1, p. 1-16.

Palavras-chave: Responsabilidade, Responsabilidade Civil, Direito Romano

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522462049

17. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Cláusula penal: natureza e função no Direito Romano In: O sistema contratual romano: de Roma ao direito actual. 1 ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, v.1, p. 911-926.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT, CLÁUSULA PENAL - REVISÃO - LIMITES - NATUREZA - FU

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 0000000000000

18. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Propriedade e Constitucionalização do Direito Civil In: Propriedade e meio ambiente: da inconciliação à convergência. 1 ed. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2010, v.1, p. 118-142.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Constituição

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Constitucional

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788578400279

19. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Artigo 5, incisos IV a IX In: Comentários à Constituição Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 95-108.

Palavras-chave: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, LIBERDADES COMUNICATIVAS, LIBERDADE RELIGIOSA

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Informação e comunicação, Artes, cultura, esporte e recreação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

20. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, MONTENEGRO FILHO, Misael

Artigo 5, incisos LXIX e LXX In: Comentários à Constituição Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 245-276.

Palavras-chave: Ações Constitucionais, Mandado de Segurança

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. ISBN: 9788530929237

9

21. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Artigos 104 e 105, caput, incisos I e II In: Comentários à Constituição Federal de 1988.1 ed.Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 1397-1436.

Palavras-chave: Superior Tribunal de Justiça, Recursos no STJ

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Constitucional

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

22. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, ROCHA, Maria Vital da

Artigos 239 e 240 In: Comentários à Constituição Federal de 1988.1 ed.Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 2443-2446.

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Constitucional

Setores de atividade: Transporte, armazenagem e correio

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

23. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Guarda compartilhada: discricionariiedade, situação jurídico-física do menor, alimentos e modificação do regime de guarda pela alteração do Código Civil In: Guarda Compartilhada.1 ed.São Paulo : Método, 2009, p. 281-296.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito de Família

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530928414

24. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Autonomia da Vontade, o princípio da relatividade dos efeitos do contrato e a doutrina do terceiro cúmplice. In: A autonomia da vontade e as condições gerais do contrato. De Roma ao Direito Atual. Anais do Congresso Iberoamericano de Direito Romano.1 ed.Fortaleza : Universidade de Fortaleza, 2003, v.1, p. 191-217.

Palavras-chave: DIREITO ROMANO - RES INTER ALIOS ACTA - DIREITO CI

Áreas do conhecimento: Direito Civil,Direito Privado

Setores de atividade: Outros

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8575640720

Estudo do princípio "res inter alios acta" no Direito Romano. Evolução jurídica do terceiro em Roma e no Direito Civil atual. Exceções ao princípio "res inter alios acta": contrato com pessoa a declarar, estipulação em favor de terceiro, contrato em dano de terceiro. Doutrina do terceiro cúmplice.

Livros organizados

1. FIUZA, C. A. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, SILVA, Rafael Peteffi da
Direito Civil: (Re)pensando o Direito: Desafios para a construção de novos paradigmas.
Florianópolis : Conpedi/UFSC, 2014, v.1. p.569.

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento: Direito Civil

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=148>

2. FIUZA, C. A. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, CARVALHO NETO, F. C.
Direito Civil: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. João Pessoa : Conpedi/UFPB, 2014, v.1.
p.378.

Palavras-chave: Direito Civil, Codificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=241>

3. MAMEDE, G., FRANCA FILHO, M. T., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Direito da Arte. São Paulo : Atlas, 2014, v.1. p.449.

Palavras-chave: Arte, Direito da Arte, Cultura

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. LOPEZ, Teresa Ancona, LEMOS, P. F. I., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo :
Atlas, 2013, v.1. p.742.

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MIRANDA, Jorge, FRUET, Gustavo Bonato
Direitos da Personalidade. São Paulo : Atlas, 2012, v.1. p.462.

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Intimidade, Nome, Direitos fundamentais

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ROBERTO, G. B. S., PINTO, N. L.
Relações privadas e democracia. Florianópolis : Funjab, 2012, v.1. p.506.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=98>

7. PONTES DE MIRANDA, F. C. , GUEDES, J. C. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Tratado de Direito Privado: Direito das Coisas, Ações Imobiliárias, Perda da Propriedade. tomo 14..
São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.624.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Ação Reivindicatória, Usucapião

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil, Direito Processual Civil

Setores de atividade : Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, Atividades imobiliárias

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. PONTES DE MIRANDA, F. C. , GUEDES, J. C. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Tratado de Direito Privado: Direito das Coisas, Condomínio, Terras Devolutas. tomo 12.. São Paulo
: Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.768.

Palavras-chave: Direito Civil, Condomínio, Terras Devolutas, Bem de família

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil

Setores de atividade : Atividades imobiliárias, Construção de edifícios

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. PONTES DE MIRANDA, F. C. , **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, QUARCH, T.,
GUEDES, J. C. C.

Tratado de Direito Privado: Exceções, exercício dos direitos, prescrição. tomo 6.. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.832.

Palavras-chave: Direito Civil, Prescrição, Exceção, Ação

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Processual Civil

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

10. PONTES DE MIRANDA, F. C. , **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GUEDES, J. C. C. Tratado de Direito Privado: Propriedade Mobiliária. tomo 15.. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.848.

Palavras-chave: Propriedade, Pesca, Caça, Tesouro, Especificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

11. GUEDES, Jefferson Carús, HAUSCHILD, Mauro Luciano, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. Brasília : IP, 2011, v.1. p.496.

Palavras-chave: Direito Público, Direito Privado, Ciência da Administração

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

12. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Direito portuário: contratos, regulação e mercado. Conclusões do III Seminário sobre Direito Portuário. Brasília : IP, 2011, v.1. p.192.

Palavras-chave: Mercado, Regulação, Propriedade, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Transporte, armazenagem e correio

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

13. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Meio ambiente, propriedade e agronegócio. Brasília : IP, 2011, v.1. p.186.

Palavras-chave: Direito Privado, Direito Agrário, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

14. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MAMEDE, G., ROCHA, Maria Vital da Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Sílvia de Salvo Venosa. São Paulo : Atlas, 2011, v.1. p.766.

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Responsabilidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

15. BONAVIDES, Paulo, MIRANDA, Jorge, AGRA, Walber de Moura, BILAC PINTO FILHO,

Francisco, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1. p.2526.

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Atividades administrativas e serviços complementares, Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Atuou como coordenador editorial.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Os Tribunais de Contas e o Poder Executivo In: Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, 2004, Fortaleza.

Anais do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas. Edições do Banco do Nordeste do Brasil, 2004. v.1. p.193 - 206

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Previdenciário

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Direito de Greve dos Servidores Públicos e sua Relação com os Direitos Coletivos na Constituição Federal de 1988 In: 10 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, 1995, São Paulo.

Jornal do 10 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTR, 1995. p.49 - 59

Palavras-chave: Servidor Público, Greve, Direitos Coletivos, Direito do Trabalho

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Constitucional

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Os Programas Sociais de Trabalho Educativo e as Questões Laborais Relativas ao Uso da Mão-de-obra Adolescente In: 3 Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, 1995, São Paulo.

Jornal do 3 Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho. São Paulo: LTR, 1995. p.36 - 38

Palavras-chave: Direitos Sociais, Criança e Adolescente, Relação de Trabalho, Educação

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Imunidade Tributária das Entidades Fechadas de Previdência Privada em face da Constituição In: 7º Congresso Brasileiro de Previdência Social, 1994, São Paulo.

Jornal do 7º Congresso Brasileiro de Previdência Social. São Paulo: LTR, 1994. p.62 - 65

Palavras-chave: Previdência Complementar, Imunidade Tributária, Isenção, Limitações constitucionais ao poder de tributar, entidades fechadas de previdencia complementar

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Previdenciário, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

As Funções do Sindicato na Sociedade Pós-Industrial In: 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, 1994, São Paulo.

Jornal do 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. São Paulo: LTR, 1994. p.61 - 64

Palavras-chave: Direito do Trabalho, Direitos Coletivos, Direitos Sociais, Sindicato

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Considerações acerca do Registro Sindical em face da Instrução Normativa n.3 do Ministério do Trabalho In: 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, 1994, São Paulo.

Jornal do 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. São Paulo: LTR, 1994. p.37 - 38

Palavras-chave: Direito do Trabalho, Sindicato, Registro Sindical

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aspectos Jurídicos do Programa de Monitorias e a Necessidade de sua Normatização In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.50 - 51

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aspectos Jurídicos do Programa de Monitorias e a Necessidade de sua Normatização In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.50 - 51

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Direito Constitucional I e a Utilização de Métodos Específicos na sua Aprendizagem In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.56 - 57

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Imunidade Tributária das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Face da Constituição Federal de 1988 In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do

Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.132 - 132

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Monitoria na Construção da Ciência Jurídica: Análise das Metodologias Didáticas Específicas e Sugestões de Aprimoramento na Aprendizagem In: III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.157 - 157

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Terceirização em Face do Enunciado n.331 do Tribunal Superior do Trabalho e sua Influência sobre os Julgados dos Tribunais Regionais Brasileiros no ano de 1994 In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Imprensa Universitária: Imprensa Universitária, 1994. p.137 - 137

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular - Resultados Preliminares In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.139 - 139

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Monitoria e Pesquisa Científica In: II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1993, Fortaleza.

Revista de Teses do II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1993.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular In: XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1993, Fortaleza.

Revista de Teses do XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Imprensa Universitária: Imprensa Universitária, 1993. p.124 - 124

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Artigos em jornal de notícias

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Energia binacional: Revisar acordo sobre Itaipu fere Direito Internacional. Consultor Jurídico. www.conjur.com.br, 2008.

Palavras-chave: Direito Internacional, Tratado, Cláusula rebus sic stantibus

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.conjur.com.br/static/text/67728,1#null>

Apresentação de trabalho e palestra

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A prática do ensino jurídico nos diversos países, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Direito do Recife; Cidade: Recife; Evento: II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) - 8 a 11 de junho; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, GOZZO, D.

Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Boa-fé, Cláusula geral, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Sede da Escola Paulista da Magistratura; Cidade: São Paulo; Evento: Curso Sistema de Direito Civil; Inst.promotora/financiadora: Escola Paulista da Magistratura

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O ensino do Direito Civil no Direito Comparado, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Comparado, Direito Civil, Ensino jurídico

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Auditório da UFMT (25.5.2015); Cidade: Cuiabá; Evento: Seminário Jurídico e Congresso da Unasul; Inst.promotora/financiadora: Coordenação de Ensino de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Privado, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional, Constitucionalização

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Palestra no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CAGGIANO, M. H. S., GALLUPO, M. C.

Direito Educacional: a pós-graduação em Direito no Brasil, 2013. (Conferência ou

palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Educacional, Pós-Graduação em Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba; Cidade: Curitiba; Evento: XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI; Inst.promotora/financiadora: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Cidade: Brasília; Evento: Projeto Direito Integral (ProDi) - Docência Temática; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Demais produções bibliográficas

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Prefácio ao livro Direito de Construir: Perfil Constitucional e Restrições. Curitiba:Juruá, 2012. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade, Função social

Áreas do conhecimento : Direito Civil,Direito Administrativo

Setores de atividade : Atividades imobiliárias

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação dos Coordenadores do livro Meio ambiente, propriedade e agronegócio. Brasília:IP, 2011. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Privado, Direito Agrário, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Prefácio à 1a. edição do livro O discurso constituinte. Belo Horizonte:Fórum, 2009. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. FIUZA, C. A. C., SILVA, Rafael Peteffi da, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação do livro Direito Civil: (Re)pensando o Direito: Desafios para a construção de novos paradigmas. Florianópolis:Conpedi/UFSC, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação e Linha Editorial da Revista de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo: ThomsonReuters/Revista dos Tribunais, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. FIUZA, C. A. C., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CARVALHO NETO, F. C.

Direito Civil: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Conpedi/UFPB, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=241>

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

JournAL of Contemporary Private Law's presentation and general editorial guidelines. São Paulo: ThomsonReuters/Revista dos Tribunais, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

8. LOPEZ, Teresa Ancona, LEMOS, P. F. I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação do livro Sociedade de risco e Direito Privado. São Paulo: Atlas, 2013. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, ROBERTO, G. B. S., PINTO, N. L.

Apresentação do livro Relações Privadas e democracia. Florianópolis: Funjab, 2012. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ficha/39/98.pdf>

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação ao livro Curso de Direito Administrativo: Segundo a jurisprudência do STJ e do STF. São Paulo: Atlas, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação ao livro Responsabilidade Civil Contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Responsabilidade. Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

12. GUEDES, Jefferson Carús, HAUSCHILD, Mauro Luciano, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Nota dos Coordenadores ao livro de Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. Brasília: IP, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

6

Palavras-chave: Direito Público, Direito Administrativo, Direito Privado
Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Administrativo
Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

13. MAMEDE, G., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, FRANCA FILHO, M. T.
A note from the organizers (Art Law). São Paulo:Atlas, 2014. (Introdução, Prefácio, Posfácio)
Palavras-chave: Direito da Arte, Arte, Cultura
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

14. MAMEDE, G., FRANCA FILHO, M. T., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Nota dos Organizadores (Direito da Arte). São Paulo:Atlas, 2014. (Introdução, Prefácio, Posfácio)
Palavras-chave: Direito da Arte, Cultura, Arte
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Referências adicionais : Brasil/Português.

15. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, DIAS TOFFOLI, José Antonio
Hans Kelsen: o jurista e suas circunstâncias (Estudo introdutório à edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Estudo introdutório à edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2011. (Outra produção bibliográfica)
Palavras-chave: Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, História
Áreas do conhecimento : Direito, Filosofia, História
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

16. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Revisão técnica da edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Revisão técnica da edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2011. (Outra produção bibliográfica)
Palavras-chave: Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, História
Áreas do conhecimento : Direito, Filosofia, História
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Produção técnica **Demais produções técnicas**

1. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Curso de Especialização em Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial, 2014. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
Palavras-chave: Contrato, Contratos imobiliários
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Português. 30 horas. Meio de divulgação: Outro

2. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito

Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Civil e eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares (Drittwirkung): visão crítica da dogmática e da jurisprudência, 2010. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. 15 horas. Meio de divulgação: Outro

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, MIRANDA, Jorge

Constitucionalização do Direito Privado, Direito Civil-Constitucional, Eficácia dos Direitos Fundamentais (Drittwirkung): apontamentos iniciais, 2010. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Portugal/Português. 3 horas. Meio de divulgação: Outro

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Regime de Bens no Código Civil, 2009. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito de Família

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Outro

Produção artística/cultural

Outra produção artística/cultural

1. JANTALIA, Fabiano, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, RUFINO, Victor

Evento: Programa Academia - A revisão judicial de taxas de juros em contratos bancários: uma análise crítica sob o prisma do Direito Econômico, 2010. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. DELGADO, Mário Luiz, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, GUEDES, Jefferson Carús

Evento: Programa Academia - Codificação, descodificação e recodificação do Direito Civil brasileiro, 2010. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. MARTINS, Marcelo Guerra, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ALMEIDA NETO, Manoel Carlos

Evento: **Programa Academia - Democracia fiscal e seus fundamentos à luz do Direito e Economia**, 2010. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, COUTO FILHO, Reinaldo

Evento: **Defenda sua Tese - Reparação civil na separação e no divórcio**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, NORONHA, João Otávio de, VENOSA, Sílvio de Salvo

Evento: **Programa Academia - Revisão judicial dos contratos**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Evento: **Programa Iluminuras - Encontro com o autor**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 30.

Referências adicionais : Brasil/Português.

Educação e Popularização de C&T Apresentação de trabalho e palestra

1. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

A prática do ensino jurídico nos diversos países, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Direito do Recife; Cidade: Recife; Evento: II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) - 8 a 11 de junho; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco

2. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GOZZO, D.

Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Boa-fé, Cláusula geral, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Civil



Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Sede da Escola Paulista da Magistratura; Cidade: São Paulo; Evento: Curso Sistema de Direito Civil; Inst.promotora/financiadora: Escola Paulista da Magistratura

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O ensino do Direito Civil no Direito Comparado, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Comparado, Direito Civil, Ensino jurídico

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Auditório da UFMT (25.5.2015); Cidade: Cuiabá; Evento: Seminário Jurídico e Congresso da Unasul; Inst.promotora/financiadora: Coordenação de Ensino de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Privado, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional, Constitucionalização

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Palestra no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CAGGIANO, M. H. S., GALLUPO, M. C.

Direito Educacional: a pós-graduação em Direito no Brasil, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Educacional, Pós-Graduação em Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba; Cidade: Curitiba; Evento: XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI; Inst.promotora/financiadora: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Cidade: Brasília; Evento: Projeto Direito Integral (ProDi) - Docência Temática; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Curso de curta duração ministrado

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

Demais produções técnicas

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado : co-orientador

1. Adriana da Fontoura Alves. **Anencefalia: aborto e interrupção voluntária da gestação. Uma análise sob a perspectiva constitucional, com ênfase para o discurso jurídico aplicado**. 2014. Dissertação (Constituição e Sociedade) - Instituto Brasileiro de Direito Público

Palavras-chave: Anencefalia, Vida, Aborto, Nascimento

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

A orientadora principal foi a Professora Doutora Mariana Maurmann Ximenes (IDP)

2. Arthur Maximus Monteiro. **O controle de constitucionalidade das omissões legislativas pelo Supremo Tribunal Federal: os problemas dos instrumentos de fiscalização e as propostas de solução**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade de Lisboa

Palavras-chave: Mandado de injunção, Controle de constitucionalidade

Áreas do conhecimento : Direito Público, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

O orientador principal foi o Professor Catedrático Carlos Blanco de Moraes (Universidade de Lisboa)

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Eduardo Teixeira Magalhães. **Da validade dos conhecimentos fortuitos obtidos por intermédio de interceptações telefônicas legalmente autorizadas**. 2009. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação
Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Geralda Aparecida Teixeira. **Desvios na política de Comunicação Social em Radiodifusão Comunitária**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações
Áreas do conhecimento : Direito
Setores de atividade : Informação e comunicação
Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Kiyomi Maezoe. **Licitação de Serviços de Radiodifusão no Brasil: a alteração contratual no curso do procedimento licitatório**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações
Áreas do conhecimento : Direito
Setores de atividade : Informação e comunicação
Referências adicionais : Brasil/Português.

4. Marianne dos Santos Abe. **Limites ao controle judicial do ato regulatório da ANATEL**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações
Áreas do conhecimento : Direito
Setores de atividade : Informação e comunicação
Referências adicionais : Brasil/Português.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Simone Santos Guimarães. **A penhora do bem de família do fiador no contrato de locação**. 2006. Curso (Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito Civil, Locação Predial Urbana, Fiador, Bem de família
Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil
Setores de atividade : Outros Setores
Referências adicionais : Brasil/Português.

Orientações e supervisões em andamento

Dissertações de mestrado : orientador principal

1. Paulo Eduardo Campanella Eugênio. **Dano de privação de uso: Perspectivas do Direito brasileiro**. 2014. Dissertação (Direito Civil) - Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Dano de privação de uso, Responsabilidade Civil
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Português.

Teses de doutorado : orientador principal

1. Jorge Cesa Ferreira da Silva. **Discriminação no Direito Contratual brasileiro**. 2015. Tese (Direito Civil) - Universidade de São Paulo
Palavras-chave: Contrato, Autonomia da vontade, Drittwirkung
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Português.

Teses de doutorado : co-orientador

1. Paulo Roberto Roque Antonio Khouri. **O direito à informação e o risco contratual**. 2014. Tese (Curso de Doutorado em Ciências Jurídico-Civis) - Universidade de Lisboa
Palavras-chave: Risco, Informação, Boa-fé
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Português.
O orientador principal é o Professor Catedrático Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez (Universidade de Lisboa)

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Augusto César Lukascheck Prado. **Retrocessão na compra e venda**. 2015. Curso (Direito) - Universidade de São Paulo
Palavras-chave: Compra e venda, Retrocessão, Cláusulas especiais, Desapropriação
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Administrativo
Referências adicionais : Brasil/Português.

Eventos**Eventos****Participação em eventos**

1. Conferencista no(a) **X Congresso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina**, 2015. (Congresso)
A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares: uma visão crítica à luz da jurisprudência alemã.
2. Conferencista no(a) **II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife**, 2015. (Congresso)
A prática do ensino jurídico nos diversos países.
3. Conferencista no(a) **A Universidade e as Profissões (Faculdade de Direito da USP)**, 2015. (Encontro)
As carreiras jurídicas.

4. Simposista no(a) **Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, 2015. (Outra)
Discussão do Projeto de Lei 5921/2001, que trata sobre a publicidade e propaganda de produtos infantis.
5. Moderador no(a) **XXIV Encontro Nacional do CONPEDI**, 2015. (Congresso)
Grupo de Trabalho de Direito Civil Contemporâneo.
6. Conferencista no(a) **Curso Sistema de Direito Civil**, 2015. (Outra)
Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa.
7. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico e Congresso da Unasul**, 2015. (Congresso)
O ensino do Direito Civil no Direito Comparado.
8. Conferencista no(a) **Semana do Calouro 2015 (Centro Acadêmico Hugo Simas e Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná)**, 2015. (Encontro)
Os desafios do ensino jurídico no Brasil.
9. Moderador no(a) **Conferência de Direito Comparado**, 2015. (Outra)
Tortious apples and criminal oranges: Comparing tort and crime.
10. Conferencista no(a) **Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra**, 2014. (Simpósio)
A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos privados: recentes decisões do Tribunal Constitucional alemão.
11. Conferencista no(a) **II Congresso Luso-Brasileiro de Direito: O Direito no Século XXI. Novas Perspectivas**, 2014. (Congresso)
A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro.
12. Conferencista no(a) **Encontro do Curso de Pós-Graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense**, 2014. (Oficina)
A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro.
13. Conferencista no(a) **III Encontro Catarinense de Direito de Família e III Encontro Nacional de Juízes de Família**, 2014. (Encontro)
Alimentos compensatórios: perspectivas no Direito Comparado.
14. Simposista no(a) **Como a mediação e a arbitragem podem ajudar no acesso e na agilização da Justiça?**, 2014. (Simpósio)
Arbitragem: Temas controvertidos 2.
15. Moderador no(a) **Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra**, 2014. (Simpósio)
Cadência Histórica do Constitucionalismo Lusobrasileiro (conferência inaugural).
16. Moderador no(a) **Ciclo de Estudos de Direito Privado Contemporâneo**, 2014. (Seminário)
Dez anos do art.422 do Código Civil: Luz e sombra na aplicação do princípio da boa-fé objetiva na prática judicial brasileira.

17. Conferencista no(a) **XXIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2014. (Congresso)
Direito Civil Contemporâneo e suas dimensões.
18. Conferencista no(a) **III Congresso Nacional da FEPODI**, 2014. (Congresso)
Educação jurídica e a pós-graduação no século XXI.
19. Conferencista no(a) **III Congresso Nacional da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito**, 2014. (Congresso)
Educação jurídica e a pós-graduação no século XXI.
20. Moderador no(a) **III Congresso Nacional da FEPODI**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho - Direito Civil.
21. Moderador no(a) **XIII Congresso Nacional do CONPEDI - Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho - Direito Civil I.
22. Moderador no(a) **III Congresso Nacional da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho de Direito Civil.
23. Moderador no(a) **VIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI**, 2014. (Congresso)
O papel das escolas profissionais na educação jurídica.
24. Simposista no(a) **A terra como objeto de direito na Rússia e no Brasil**, 2014. (Congresso)
O regime jurídico das terras indígenas: um "carrefour" entre o Direito Privado e o Direito Público.
25. Simposista no(a) **Repensando o Direito (Colegiado do Curso de Direito da UFES)**, 2014. (Simpósio)
Reforma da matriz curricular do curso de Direito.
26. Conferencista no(a) **Encontro dos Professores da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, 2014. (Encontro)
Reforma do marco regulatório do ensino jurídico brasileiro e a construção das diretrizes curriculares.
27. Moderador no(a) **XIII Semana FA7 de Direito**, 2014. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos e a jurisprudência do STJ.
28. Simposista no(a) **II Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil**, 2014. (Congresso)
Titularidades, empresa e garantias.
29. Conferencista no(a) **II Encontro Catarinense de Direito de Família**, 2013. (Seminário)
A doutrina do terceiro cúmplice nas relações matrimoniais.
30. Conferencista no(a) **Jornadas Pontes de Miranda**, 2013. (Encontro)
A influência do Código Civil alemão no Direito brasileiro e a obra de Pontes de Miranda.



31. Simposista no(a) **VI Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal**, 2013. (Seminário)
A publicização do regime privado das relações de trabalho na jurisprudência.
32. Conferencista no(a) **Curso de Formação Continuada para Magistrados da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, 2013. (Outra)
A responsabilidade civil do Estado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
33. Moderador no(a) **Encontro Regional da ABEDI - Associação Brasileira de Ensino do Direito - Região Sul e II Seminário de Acesso à Pesquisa e Informação: As publicações científicas na área do Direito**, 2013. (Encontro)
Carreiras jurídicas e o repensar dos concursos públicos.
34. Conferencista no(a) **XIV ENAU-Encontro Nacional dos Advogados da União e X Seminário Nacional sobre Advocacia de Estado**, 2013. (Seminário)
Conflitos sociais e políticas públicas: o papel da advocacia pública nesse jogo de sombras.
35. Conferencista no(a) **IV Simpósio de Direito Empresarial da Aliança de Advocacia Empresarial**, 2013. (Simpósio)
Constituição e segurança jurídica.
36. Moderador no(a) **XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2013. (Oficina)
Desafios do Direito Civil na sociedade global.
37. Simposista no(a) **XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2013. (Congresso)
Direito Educacional.
38. Simposista no(a) **Mesa de diálogo entre Direito Público e Direito Privado**, 2013. (Oficina)
Direito Privado e Direito Público: Distinções e aproximações.
39. Conferencista no(a) **III Congresso de Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito**, 2013. (Congresso)
Direito público e direito privado em Kelsen.
40. Simposista no(a) **Docência Temática Conjunta no Projeto Direito Integral**, 2013. (Oficina)
Dogmática e crítica da jurisprudência: qual o papel da doutrina em nosso tempo?.
41. Simposista no(a) **10 Seminário sobre relações de consumo**, 2013. (Seminário)
Recall de alimentos e a consulta pública n.21/13 da ANVISA.
42. Conferencista no(a) **XXI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 2012. (Congresso)
Direito Civil Constitucional e Autonomia Privada.
43. Conferencista no(a) **X Semana do Direito do Centro Universitário Christus**, 2012. (Seminário)
Direitos da personalidade e direitos fundamentais.



44. Simposista no(a) **Universitas e Direito 2012: I Congresso Internacional de Direito, Democracia e Inclusão**, 2012. (Congresso)
Direitos humanos e democracia na América Latina.
45. Conferencista no(a) **Seminário Nacional de Direito Comercial**, 2012. (Seminário)
Função Social da Empresa e a experiência do Direito Privado.
46. Conferencista no(a) **II Seminário de Altos Estudos sobre Administração Pública**, 2012. (Seminário)
O controle da Administração Pública no Estado de Direito.
47. Conferencista no(a) **Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Empresarial, Contratos e Responsabilidade civil e Família**, 2012. (Outra)
O Direito Civil de nosso tempo: Desafios e perspectivas.
48. Conferencista no(a) **Conferência na Escola Superior de Advocacia da OAB de Santa Catarina**, 2012. (Outra)
O Direito Civil está morto?.
49. Conferencista no(a) **VII Semana de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará**, 2012. (Seminário)
Relações paracontratuais.
50. Moderador no(a) **Seminário Franco-Brasileiro de Transportes**, 2012. (Seminário)
Serviço público: definição, princípios e regimes de exploração no Brasil e na França.
51. **Workshop sobre Ciência da Informação Jurídica - Escola da Advocacia-Geral da União**, 2012. (Oficina)
52. Conferencista no(a) **Conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, 2011. (Outra)
Direito Privado, Direitos Fundamentais e Direito Civil-Constitucional: Refutações e Críticas Metodológicas.
53. Conferencista no(a) **VII Conferência dos Advogados do Distrito Federal - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal**, 2011. (Congresso)
"Duty to mitigate the loss" no Direito Civil brasileiro: possibilidades e imprecisões.
54. Apresentação Oral no(a) **V Jornada de Direito Civil - 10 anos do Código Civil de 2002**, 2011. (Simpósio)
Enunciado sobre a Parte Geral do Código Civil - cláusula geral dos bons costumes.
55. Conferencista no(a) **Fóruns Funcionalização do Direito Privado: Direito Privado, Obrigações, Propriedade e Posse**, 2011. (Seminário)
Funcionalização do Direito Privado: Obrigações.
56. Simposiasta no(a) **Mesa redonda e lançamento do livro Autobiografia de Hans Kelsen**, 2011. (Outra)

Hans Kelsen: o jurista e suas circunstâncias.

57. Conferencista no(a) **VIII Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente: Justiça e Direito do Ambiente**, 2011. (Simpósio)

Jurisprudência ambiental: uma visão dos julgados dos tribunais no Brasil e o seu diálogo com o direito civil.

58. Simposista no(a) **VIII Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente: Justiça e Direito do Ambiente**, 2011. (Simpósio)

Justiça e Direito do Ambiente.

59. Conferencista no(a) **XVI Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina**, 2011. (Congresso)

Obrigação de mitigar os danos sofridos: análise crítica da jurisprudência.

60. Conferencista no(a) **X Jornada FA7 de Direito e Cultura - Faculdade 7 de Setembro**, 2011. (Seminário)

Responsabilidade civil contratual e extracontratual: aproximação entre as experiências brasileiras e alemã.

61. Conferencista no(a) **Semana Jurídica da Faculdade Processus**, 2010. (Outra)

A doutrina do terceiro cúmplice nas relações familiares.

62. Conferencista no(a) **Semana Jurídica do Centro Universitário UNIEURO**, 2010. (Seminário)

A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares.

63. Conferencista no(a) **I Circuito de Direito Constitucional**, 2010. (Seminário)

Análise crítica do Direito Civil Constitucional.

64. Moderador no(a) **IV Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente**, 2010. (Simpósio)

Apresentação do mapa da injustiça ambiental.

65. Conferencista no(a) **Semana do Advogado da OAB-DF**, 2010. (Simpósio)

Aspectos controvertidos da revisão contratual no Direito Civil e no Direito Consumidor.

66. Conferencista no(a) **II Congresso de Interesses Difusos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2010. (Congresso)

Dever de informação, consumidor e advertências na sociedade de risco.

67. Conferencista no(a) **VI Semana Jurídica da Faculdade Anhanguera de Anápolis**, 2010. (Seminário)

Direito das Obrigações: novos valores, novos institutos.

68. Conferencista no(a) **II Curso de Capacitação Pro Bono - Noções de Direito - da Escola da Advocacia-Geral da União**, 2010. (Outra)

Noções de Direito Civil.

69. Moderador no(a) **II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado: O papel das**

carreiras jurídicas de Estado para o desenvolvimento do País, 2010. (Congresso)

O marco regulatório da vigilância sanitária e da saúde.

70. Conferencista no(a) **XIV Semana de Direito da Universidade Regional do Cariri -URCA e IV Semana de Estudos Jurídicos da OAB Crato**, 2010. (Seminário)

O novo regime jurídico da guarda compartilhada.

71. Conferencista no(a) **I Conferência do Desenvolvimento do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2010. (Congresso)

O papel da procuradoria no desenvolvimento.

72. Apresentação Oral no(a) **Congreso Iberoamericano de Derecho Romano**, 2010. (Congresso)

Os bons costumes no Direito Romano.

73. Conferencista no(a) **I Fórum Atlas de Direito Civil**, 2010. (Seminário)

Responsabilidade civil do terceiro cúmplice nas relações conjugais.

74. Conferencista no(a) **Aula Especial da Pós-Graduação em Direito do Instituto de Magistrados do Distrito Federal**, 2010. (Outra)

Revisão Judicial dos Contratos.

75. **Palestra de Jeffrey Jowell no Supremo Tribunal Federal sobre "A nova estrutura do Poder Judiciário no Reino Unido após as recentes modificações da Constituição Inglesa e o papel da Comissão de Veneza**, 2010. (Outra)

76. **VIII Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Parte do MERCOSUL e Associados**, 2010. (Encontro)

77. Conferencista no(a) **Seminário 150 anos de Clóvis Beviláqua**, 2009. (Seminário)

A relevância de Clóvis Beviláqua para o Direito Civil e sua polêmica com Rui Barbosa.

78. Simposiasta no(a) **Programa de Estudos Avançados - As Mudanças no Setor de Telecomunicações e sua Repercussão no Direito**, 2009. (Simpósio)

As novas formas de prestação de serviço em telecomunicações e a sua relação com o direito dos consumidores.

79. Conferencista no(a) **Programa de Estudos Avançados "As mudanças no setor de Telecomunicações e sua repercussão no Direito"** da Escola da Magistratura Federal da 2a. Região - EMARF, 2009. (Encontro)

As novas formas de prestação de serviços em telecomunicações e a sua relação com os direitos dos consumidores.

80. Conferencista no(a) **I Seminário Jurídico do IESB**, 2009. (Seminário)

Cinco teses contra o Direito Civil Constitucional.

81. Conferencista no(a) **I Seminário Jurídico do Instituto de Educação Superior de Brasília -IESB**, 2009. (Seminário)

Cinco teses contra o Direito Civil-Constitucional.

82. Apresentação Oral no(a) **XIV Congresso Ibero-americano de Direito Romano**, 2009. (Congresso)
Cláusula penal no Direito Romano: pena privada e função ressarcitória.
83. Conferencista no(a) **II Simpósio Internacional de Propriedade e Meio-Ambiente**, 2009. (Simpósio)
Constitucionalização do Direito Civil: novos parâmetros para a compreensão da propriedade.
84. Simposiasta no(a) **I Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo**, 2009. (Simpósio)
Propostas para atuação integrada e coordenada entre os órgãos de consultivo e de contencioso.
85. Conferencista no(a) **Curso de Extensão de Regime de Bens no Código Civil do Instituto de Educação Superior de Brasília**, 2009. (Outra)
Regime de Bens no Código Civil.
86. Conferencista no(a) **Semana do Advogado da OAB-11 Subseção de Minas Gerais - Montes Claros**, 2009. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos.
87. **Capacitação dos Avaliadores do BASis no Instrumento de Autorização de Curso**, 2009. (Oficina)
88. Conferencista no(a) **I Fórum de Direito Ambiental do Pontal do Paranapanema**, 2008. (Congresso)
Biodiversidade e uso sustentável da propriedade.
89. Conferencista no(a) **Seminário Direito e Cidadania 2008 - Instituto Camilo Filho**, 2008. (Seminário)
Constitucionalização do Direito Privado: Críticas e perspectivas.
90. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico da Faculdade do Instituto Brasil -FIBRA**, 2008. (Seminário)
O moderno Direito dos Contratos.
91. Conferencista no(a) **Encontros Jurídicos da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG**, 2008. (Encontro)
Revisão judicial dos contratos bancários.
92. Conferencista no(a) **II Semana Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Católica do Tocantins**, 2007. (Seminário)
A boa-fé objetiva e a revisão judicial dos contratos.
93. Conferencista no(a) **VII Semana Jurídica do CESUPA - Centro Universitário do Pará**, 2007. (Seminário)
A função social do contrato.
94. Conferencista no(a) **Semana Jurídica do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – FACITEC**, 2007. (Seminário)



Estado de perigo e lesão.

95. Simposiasta no(a) **I Fórum de Liberdade Religiosa do Distrito Federal**, 2007. (Outra)
Liberdade religiosa.

96. Conferencista no(a) **VII Congresso Tributário do Nordeste Brasileiro e Congresso Brasileiro de Direito Municipal**, 2007. (Congresso)
O Poder Judiciário e a Função Social.

97. Conferencista no(a) **Direito 2007 – 5. Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes de Direito**, 2007. (Congresso)
Questões controvertidas e atuais sobre o recurso especial.

98. Conferencista no(a) **II Seminário de Estudos Jurídicos do Cariri da OAB-Crato**, 2007. (Seminário)
Recurso especial: Atualidades e requisitos constitucionais.

99. Conferencista no(a) **Palestra da Escola Superior de Advocacia da OAB- Santa Catarina**, 2007. (Outra)
Revisão judicial dos contratos.

100. Conferencista no(a) **VIII Semana Jurídica do Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhangüera**, 2007. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos no Código Civil e no Código do Consumidor: novas tendências.

101. Conferencista no(a) **I Ciclo de Palestras Jurídicas**, 2006. (Seminário)
Revisão Judicial dos Contratos.

102. Conferencista no(a) **Grandes Encontros Jurídicos**, 2006. (Encontro)
Revisão Judicial dos Contratos.

103. Conferencista no(a) **Direito 2006 -Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes de Direito, IV Ciclo de Debates da Comissão de Apoio ao Advogado em Início de Carreira e Seminário Nacional sobre o Ensino Jurídico**, 2006. (Congresso)
Revisão Judicial dos Contratos: Causa e Relações Paracontratuais.

104. **Curso Fórum em Servidor Público e Processo Disciplinar**, 2006. (Outra)

105. **Conferência inaugural da IV Jornada de Direito Civil: “Os efeitos jurídicos da morte**, 2006. (Encontro)

106. **Programa de Capacitação do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliadores da Educação Superior**, 2006. (Outra)

107. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico sobre o Contrato no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor sob o Enfoque Constitucional**, 2005. (Seminário)
A Revisão Judicial dos Contratos.

108. Conferencista no(a) **IX Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro**, 2005. (Congresso)

Direito das Telecomunicações: Prorrogação dos Contratos de Concessão.

109. Simposiasta no(a) **23 Congresso Brasileiro de Radiodifusão**, 2005. (Congresso)

Legalidade na radiodifusão.

110. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico da Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo**, 2005. (Seminário)

Revisão judicial dos contratos.

111. Conferencista no(a) **III Semana FA7 de Direito**, 2004. (Seminário)

Estudo dogmático da forma dos atos processuais.

112. Conferencista no(a) **Encontro Nacional dos Tribunais de Contas**, 2004. (Congresso)

Os Tribunais de Contas e o Poder Executivo.

113. Conferencista no(a) **Telecomunicações e Cidadania**, 2004. (Seminário)

Radiodifusão e Telecomunicações: o panorama jurídico e as perspectivas em face da convergência.

114. Moderador no(a) **V Congresso Nacional dos Procuradores Federais**, 2004. (Congresso)

Sessão Solene de Abertura.

115. **V Congresso Nacional dos Advogados da União e dos Advogados da Entidades Federais**, 2004. (Congresso)

116. **XVIII Conferência Nacional dos Advogados**, 2002. (Congresso)

117. **III Seminário Cearense de Filosofia do Direito**, 1994. (Seminário)

118. **II Fórum de Estudos Penais e Penitenciários**, 1994. (Seminário)

119. **II Seminário de Direito Constitucional**, 1994. (Seminário)

120. **I Simpósio de Epistemologia Jurídica**, 1994. (Simpósio)

121. Apresentação Oral no(a) **II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará**, 1993. (Encontro)

Monitoria e Pesquisa Científica.

122. Apresentação Oral no(a) **XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará**, 1993. (Encontro)

O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular.

123. **III Fórum de Debates de Direito Público**, 1993. (Seminário)
124. **Seminário sobre a Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil**, 1993. (Seminário)
125. **IV Congresso Brasileiro de Advocacia (Direito 93)**, 1993. (Congresso)
126. **Seminário de Estudos Clássicos: a Grécia Antiga**, 1993. (Seminário)
127. **I Fórum de Direito Penal e Penitenciário**, 1993. (Seminário)
128. Apresentação Oral no(a) **I Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará**, 1992. (Encontro)
Aspectos sociais da monitoria: críticas e sugestões.
129. **I Simpósio de Interpretação do Brasil**, 1992. (Simpósio)
130. **Seminário Cearense de Filosofia do Direito**, 1992. (Seminário)
131. **Encontros Internacionais sobre Regimes Presidencialistas e Parlamentaristas de Governo**, 1992. (Encontro)
132. **XI Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará**, 1992. (Encontro)
133. **Seminário de Direitos Fundamentais**, 1992. (Seminário)

Organização de evento

1. **POVEDA, I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Ciclo de Estudos de Direito Privado Contemporâneo com Reinhard Zimmermann e Jan Peter Schmidt, 2015. (Exposição, Organização de evento)
Palavras-chave: Boa-fé, Direito Civil, Direito alemão, Responsabilidade Civil, Direito europeu
Áreas do conhecimento: Direito Civil
Referências adicionais: Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso
2. **POVEDA, I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Palestra de Matthew Dyson sobre Tortious apples and criminal oranges: Comparing tort and



crime, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Responsabilidade Criminal

Áreas do conhecimento: Direito Civil, Direito Penal

Referências adicionais: Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Vários

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra, 2014.

(Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Constituição, Direito Civil, Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Privado

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. AGUIAR, A. K. V., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, FONTAINHA, F. C.

VIII Congresso Nacional da ABEDi, 2014. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

5. FRAZÃO, Ana, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, KHOURI, Paulo Roque, SANSEVERINO, Paulo de Tarso, AGUIAR JÚNIOR, Rui Rosado de, TEPEDINO, G.

VI Jornada de Direito Civil: 10 anos de vigência do Código Civil, 2013. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, DIAS TOFFOLI, José Antonio, VERA-CRUZ, Eduardo
Jornadas Luso-Brasileiras - Em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda - A
separação entre o Direito Privado e o Direito Público, 2011. (Congresso, Organização de
evento)

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, AGUIAR JÚNIOR, Rui Rosado de, NORONHA, João
Otávio de, FRAZÃO, Ana, KHOURI, Paulo Roque, SANSEVERINO, Paulo de Tarso

V Jornada de Direito Civil - 10 anos do Código Civil de 2002, 2011. (Congresso, Organização
de evento)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Responsabilidade Civil, Contrato, Direito de
Família, Direito das Coisas, Direito das Sucessões, Teoria Geral do Direito Civil

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

I Simpósio de Epistemologia Jurídica, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

II Seminário de Direito Constitucional, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

III Seminário Cearense de Filosofia do Direito, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**I Fórum de Direito Penal e Penitenciário**, 1993. (Outro, Organização de evento)*Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro***Bancas****Bancas****Participação em banca de trabalhos de conclusão****Mestrado**1. MARTINS, S. P., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, JUCA, F. P.Participação em banca de Patrícia Cândido Alves Ferreira. **Direito fundamental à saúde: A questão da exigibilidade**, 2015

(Direito do Trabalho) Universidade de São Paulo

*Palavras-chave: Saúde, Judicialização, Direitos fundamentais, Contrato**Áreas do conhecimento : Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Constitucional**Referências adicionais : Brasil/Português.*2. LEONARDO, R. X., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, NUNES, L. N. B. T.Participação em banca de Gustavo de Revorêdo Pugsley. **O efeito modificativo do fato jurídico sobre a relação jurídica obrigacional**, 2015

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

*Palavras-chave: Direito Civil, Direito dos Contratos, Obrigações**Áreas do conhecimento : Direito Civil**Referências adicionais : Brasil/Português.*3. XIMENES, J. M., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, QUINTAS, F. L.Participação em banca de Adriana da Fontoura Alves. **Anencefalia: aborto e interrupção voluntária da gestação. Uma análise sob a perspectiva constitucional, com ênfase para o discurso jurídico aplicado**, 2014

(Constituição e Sociedade) Instituto Brasiliense de Direito Público

*Palavras-chave: Aborto, Anencefalia, Vida, Nascituro**Áreas do conhecimento : Direito Constitucional**Referências adicionais : Brasil/Português.*4. GEDIEL, J. A. P., LEONARDO, R. X., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**Participação em banca de Rafael dos Santos Pinto. **As associações não personificadas no plano da existência**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade Federal do Paraná

*Palavras-chave: Associação, Plano da existência, Pessoa jurídica**Áreas do conhecimento : Direito Civil**Referências adicionais : Brasil/Português.*5. ARRUDA ALVIM NETTO, J. M. , CAMBLER, E. A., CAHALI, C. E. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Arthur Rabay. **Promessa de compra e venda de bens imóveis**, 2014
(Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Palavras-chave: Promessa de compra e venda, Compra e venda, Contratos imobiliários

Áreas do conhecimento: Direito Civil

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. ESTELLITA, H., BOTTINI, P. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Raphael Cunha Melo. **Lei 11.705, de 19 de junho de 2008, e os fatores determinantes de seu advento: uma abordagem constitucional penal à luz do princípio da proporcionalidade e das garantias fundamentais**, 2012

(Constituição e Sociedade) Instituto Brasiliense de Direito Público

Palavras-chave: Embriaguez, Trânsito, Proporcionalidade

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Penal

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. BORGES, Antônio de Moura, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes

Participação em banca de Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior. **Tribunais de Contas no Brasil e na União Europeia**, 2011

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Palavras-chave: Tribunal de Contas, União Europeia, Direito Comparado

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Outras atividades de serviços

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. BORGES, Antônio de Moura, FERNANDES, Arinda, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fabíola de Moura Sérvulo. **A Constituição Brasileira de 1988 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**, 2010

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. ROCHA, Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, CHICHOVSKI, Patricia Kristiana Blagitz

Participação em banca de Raimundo Rolim de Mendonça Júnior. **Jurisdição Constitucional e Súmula Vinculante: a Lei n.11.417/2006 e o controle de constitucionalidade**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Palavras-chave: Constituição, Controle de constitucionalidade, Judicial review

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional

Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais: Brasil/Português.

10. TUPINAMBÁ NETO, Hermes Afonso, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ARAÚJO, João Henrique Mouta

Participação em banca de Fernando Antônio Galvão Martins. **O Dano Moral nas Relações de Trabalho: Reconhecimento e a sua Efetivação**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. TUPINAMBÁ NETO, Hermes Afonso, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ARAÚJO,

João Henrique Mouta

Participação em banca de Hermes da Silva Feitosa. **Os Direitos Trabalhistas do Servidor Público Temporário**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Referências adicionais : Brasil/Português.

12. FALCÃO, Raimundo Bezerra, MACEDO, D., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fabriccio Quixadá Steindorfer Proença. **A Licitação na Sociedade de Economia Mista**, 2001

(Direito (Direito e Desenvolvimento)) Universidade Federal do Ceará

Referências adicionais : Brasil/Português.

Doutorado

1. BASSO, M., NANNI, G. E., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, LEE, J. B., HIRONAKA, G. M. F. N.

Participação em banca de Clávio de Melo Valença Filho. **A arbitragem em juízo**, 2015

(Direito Internacional) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Arbitragem, Lex Mercatoria

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. MORAES, M. C. B., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, BINENBOJM, G., MONTEIRO FILHO, C. E. R., FACCHINI NETO, E.

Participação em banca de Fernanda Nunes Barbosa. **Biografias e liberdade de expressão: Critérios legitimadores frente à tutela da personalidade humana**, 2015

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Biografias, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, Direitos da Personalidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. LEAL, L. M. M., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, COSTA FILHO, V. T., BELTRAO, S. R., BOAVIAGEM, A. A.

Participação em banca de Ticiane Benevides Xavier Correia. **Contratos empresariais assimétricos e a tutela do contratante vulnerável**, 2015

(Direito) Universidade Federal de Pernambuco

Palavras-chave: Contrato, Autonomia da vontade, Vulnerabilidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Comercial

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. BASSO, M., MAGALHAES, J. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, BRAGHETTA, A., CRETILLA NETO, J.

Participação em banca de Alexandre Buono Schulz. **A boa-fé nos contratos comerciais internacionais**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Boa-fé, Lex Mercatoria, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. LOPEZ, Teresa Ancona, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, SCAFF, F. C., FERNANDES, W., NANNI, G. E.

Participação em banca de Giuliana Bonanno Schunck. **Contratos de longo prazo e o dever de cooperação**, 2013

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. LEONARDO, R. X., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GEDIEL, J. A. P., LEAL, L. M. M., LOBO, P. L. N.

Participação em banca de Venceslau Tavares Costa Filho. **Um código "social" e "impopular": Uma história do processo de codificação civil no Brasil (1822-1916)**, 2013

(Direito) Universidade Federal de Pernambuco

Palavras-chave: Direito Civil, História do Direito Privado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. VIANNA, Luiz Jorge Werneck, SALGADO, Lúcia Helena, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, RIBEIRO, Carlos Antônio Costa, COELHO, César Guimarães

Participação em banca de por Alexandre Kehrig Veronese Aguiar. **A judicialização das políticas públicas de telecomunicações e as demandas dos consumidores: o impacto da ação judicial**, 2011

(Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Agência reguladora, Judicialização, Mercado, Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Sociologia

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, GODOY, Claudio Luiz de Bueno, MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo, NERY JÚNIOR, Nelson, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Wanderley Fernandes. **Cláusulas de exoneração e limitação de responsabilidade**, 2011

(Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Contrato, Cláusula Penal

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. SANTOS, M. O. F. F., PORTA, M. L., SILVA, R. B. D., Marcelo Lamy, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de ANDRÉ BRAWERMAN. **Mecanismos de revitalização do controle difuso no Brasil**, 2009

(Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Referências adicionais : Brasil/Português.

Exame de qualificação de doutorado

1. NEVES, E. A., SILVA, R. P. M., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Vanila Cardoso André de Moraes. **A construção da igualdade (formal e material) nas demandas repetitivas em que se postulam direitos fundamentais sociais**, 2014

(Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense

Palavras-chave: Direito e Sociologia

Áreas do conhecimento : Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. DINIZ, G. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, NUNES, L. N. B. T.

Participação em banca de Augusto Jorge Hirata. **Dever de informar nos contratos derivativos**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contratos derivativos, Boa-fé, Dever de informar

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. SILVEIRA, P. A. C. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, RUARO, R. L.

Participação em banca de Fabriccio Quixadá Steindorfer Proença. **Direitos da minoria societária e políticas públicas nas sociedades de economia mista controladas pela União: Solução jurídica viável**, 2014

(Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Palavras-chave: Sociedade de economia mista, Controle da União, Acionistas minoritários

Áreas do conhecimento : Direito Comercial, Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. LOPEZ, Teresa Ancona, SCAFF, F. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Tom Alexandre Brandão. **O direito de ri e de fazer rir: reflexões sobre o humor e o direito**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Humor, Direitos da Personalidade, LIBERDADES COMUNICATIVAS

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. ZANETTI, C. S., MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Renata Carlos Steiner. **Reparação de danos: interesse negativo e interesse positivo**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: BGB, Boa-fé, Interesse positivo, Interesse negativo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. TOMASEVICIUS, E., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MARQUES NETO, F. P. A.

Participação em banca de Andrea Silva Rasga Uedau. **A valoração da energia elétrica e sua comercialização: uma análise a partir do inciso I do artigo 83 do Código Civil**, 2013

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Energia elétrica, Bens

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. LOPEZ, Teresa Ancona, MORSELLO, M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Guilherme Henrique Lima Reinig. **Críticas ao nexos de causalidade como critério de imputação no Direito Civil**, 2013

(Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo) Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ZANETTI, C. S.

Participação em banca de Daniel Amaral Carnaúbad. **Ensaio sobre a noção de prejuízo na responsabilidade civil**, 2013

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

Curso de aperfeiçoamento/especialização

1. AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MOTTA, Luís Eduardo

Participação em banca de Cláudia Cesar de Paula. **Defensoria Pública da União: evolução histórica e perspectiva**, 2011

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Defensoria Pública, História, Direitos fundamentais, Acesso à Justiça

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MOTTA, Luís Eduardo

Participação em banca de Roberto Drago Pelosi Jucá. **Regulação do mercado audiovisual**, 2011

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Audiovisual, Regulação, Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Eduardo Magalhães Teixeira. **Da validade dos conhecimentos fortuitos obtidos por intermédio de interceptações telefônicas legalmente autorizadas**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Geralda Aparecida Teixeira. **Desvios na política de comunicação social em radiodifusão comunitária**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., MARTINI, Renato da Silveira

Participação em banca de Jadson Santana de Sousa. **Estudo comparativo das normas do MERCOSUL sobre tecnologia da informação e comunicação em face do ordenamento jurídico pátrio**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Informação e comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. AGUIAR, A. K. V., SIQUEIRA, R. L., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Gizele Corrêa de Alencar. **Governança regulatória: o caso AICE - Telefone Social**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Informação e comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Kiyomi Maezoe. **Licitação de serviços de radiodifusão no Brasil**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Informação e comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., CAPUTO BASTOS, Gustavo Henrique

Participação em banca de Marianne dos Santos Abe. **Limites ao controle judicial de ato regulatório da ANATEL**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Informação e comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. SIQUEIRA, R. L., AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Ariette Thais. **Agência Nacional de Telecomunicações: Natureza jurídica do procedimento de arbitragem e mecanismos de controle**, 2007

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Agência reguladora, Natureza jurídica, Controle

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Transporte, Armazenagem e Comunicações

Referências adicionais: Brasil/Português.

Graduação

1. SARDINHA JUNIOR, Roberto, PLASTINA, Antonio, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Olavo Ribas. **A denúncia da lide e o Código de Defesa do**

Consumidor, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. VAL, Eduardo Manuel, FERREIRA, Gustavo Sampaio Telles, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Fernanda da Silva Martins. **Apontamentos sobre o Direito da Concorrência no MERCOSUL conforme o Protocolo de Fortaleza**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. GIORDANI, José Acir Lessa, PLASTINA, Antonio, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Guilherme Salgueiro Pacheco de Aguiar. **Mitigação do princípio da reparação integral do dano na responsabilidade civil objetiva**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. FRAGALE FILHO, Roberto, LOBÃO, Ronaldo, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Laís Moura Simões. **O papel da prática jurídica no Curso de Direito**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. BORGES, Antonio de Sousa, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Elias Milhomens de Araújo. **A assunção do ônus de defesa judicial do agente público quando age nessa condição à luz da teoria da imputação civil objetiva estatal**, 2006

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. BORGES, Antonio de Sousa, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Ana Cláudia Vieira. **Medidas destinadas a solucionar o problema da dupla tributação internacional**, 2006

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Referências adicionais : Brasil/Português.

Exame de qualificação de mestrado**1. MORSELLO, M. F., TOMASEVICIUS, E., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Renato Rodrigues Costa Galvano. **A boa-fé objetiva nos contratos relacionais**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contrato relacional, Boa-fé

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. LOPEZ, Teresa Ancona, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, FERNANDES, W.

Participação em banca de Pedro Gonzaga de Oliveira Carvalho e Silva. **Aplicação da teoria do adimplemento substancial no ordenamento jurídico brasileiro**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Adimplemento substancial, Boa-fé

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. MORAES, B. B. Q., MADEIRA, H. M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de João Costa Neto. **"Damnum iniuria datum" e "obligationes quasi ex delicto": A convivência de formas objetiva e subjetiva de responsabilidade civil no Direito Romano**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Damnum iniuria datum, Obligationes quasi ex delicto, Responsabilidade Civil objetiva

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Romano

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. BASSO, M., CARMONA, C. A., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fernanda Sirotsky Scaletscky. **O consensualismo e a arbitragem comercial**, 2014

(Direito Internacional) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contrato, Consensualismo, Arbitragem

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. CHINELLATO, S. J. A., MORATO, A. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Tauanna Gonçalves Vianna. **Pacto antenupcial: delimitações de seu objeto**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito de Família, Pacto antenupcial, Autonomia da vontade

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. MORSELLO, M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, TOMASEVICIUS, E.

Participação em banca de Victor Gualda de Freitas Rodriguez. **Responsabilidade civil das corretoras de títulos e valores mobiliários**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Boa-fé, Valores mobiliários, Corretora, Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. ZANETTI, C. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo

Participação em banca de Julio Gonzaga Andrade Neves. **A supressio no Direito Civil brasileiro: Afetação de situações jurídicas subjetivas por seu exercício deslealmente retardado**, 2013

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, ZANETTI, C. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de André Felipe Kunigonis Alves. **Natureza jurídica do direito subjetivo atribuído ao licenciado pelo contrato de licenciamento de programa de computador**, 2013



(Curso de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo
Palavras-chave: Direito Civil, Direito dos Contratos
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Setores de atividade : Atividades de prestação de serviços de informação
Referências adicionais : Brasil/Português.

Participação em banca de comissões julgadoras

Concurso público

1. Concurso público ao magistério superior classe de professor Adjunto A de Direito Civil da UFBA, 2015

Universidade Federal da Bahia

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Concurso público para o cargo de Advogado da União, 2012

Advocacia-Geral da União

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Concurso público para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, 2012

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. Concurso Público para o cargo de Professor Adjunto de Direito Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. Concurso público para Professor Assistente de Direito Civil do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito, 2011

Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: Direito Privado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Civil da Faculdade de Direito, 2002

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito, 2001

Universidade Estadual Vale do Acaraú

*Palavras-chave: Direito Civil, Direito Processual**Áreas do conhecimento: Direito**Setores de atividade: Educação**Referências adicionais: Brasil/Português.***8. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Comercial do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito, 1998**

Universidade Federal do Ceará

*Palavras-chave: Direito Comercial**Áreas do conhecimento: Direito**Setores de atividade: Educação**Referências adicionais: Brasil/Português.***Outra****1. III Concurso de Monografias em Advocacia Pública Federal da Advocacia-Geral da União, 2010***Referências adicionais: Brasil/Português.***2. II Concurso de Monografias em Advocacia Pública Federal da Advocacia-Geral da União, 2009**

Escola da Advocacia-Geral da União

Referências adicionais: Brasil/Português.

Totais de produção**Produção bibliográfica**

Artigos completos publicados em periódico.....	24
Livros publicados.....	2
Capítulos de livros publicados.....	24
Livros organizados ou edições.....	13
Livros organizados ou edições.....	2
Jornais de Notícias.....	1
Trabalhos publicados em anais de eventos.....	15
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra).....	6
Prefácios(Livro).....	3
Apresentações (Revistas ou periódicos).....	2
Apresentações (Livro).....	7
Introduções (Livro).....	2
Demais produções bibliográficas.....	2

Produção técnica

Curso de curta duração ministrado (extensão).....	1
Curso de curta duração ministrado (especialização).....	1
Curso de curta duração ministrado (outro).....	3

Orientações

Orientação concluída (dissertação de mestrado - co-orientador).....	2	
Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização).....	4	4
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	1	
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal).....	1	
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal).....	1	
Orientação em andamento (tese de doutorado - co-orientador).....	1	
Orientação em andamento (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	1	

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	36	
Participações em eventos (seminário).....	43	
Participações em eventos (simpósio).....	15	
Participações em eventos (oficina).....	6	
Participações em eventos (encontro).....	16	
Participações em eventos (outra).....	17	
Organização de evento (congresso).....	5	
Organização de evento (exposição).....	1	
Organização de evento (outro).....	5	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....	12	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado).....	9	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado).....	8	8
Participação em banca de trabalhos de conclusão (curso de aperfeiçoamento/especialização).....	9	9
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação).....	6	
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....	8	
Participação em banca de comissões julgadoras (outra).....	2	

Produção cultural

Outra produção artística/cultural.....	6
--	---

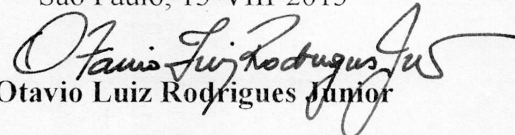
Outras informações relevantes

- 1 - Membro da Asociación Iberoamericana de Derecho Romano (Oviedo, Espanha).
 - Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo.
 - Membro da Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française (Paris, França)
 - Secretário-Geral da Associação Brasileira de Ensino do Direito - Abedi (2014-2016)
 - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Ensino do Direito - Abedi (2012-2014)
 - Membro do Conselho Consultivo da Escola da AGU (Port. n.1, de 19.4.2012, BS n. 16, 20.4.2012)
 - Consultor "ad hoc" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES do MEC.
 - Consultor "ad hoc" da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC).



- Membro da Câmara Consultiva Temática - CCT de Política Regulatória do Ensino Jurídico, com a finalidade de propor uma nova Política Regulatória, a revisão das DCN's e a Avaliação do Curso de Direito (MEC)
- Membro do Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (GTAI-SP), com a finalidade de propor medidas de melhoria da prestação jurisdicional no TJSP, designado por meio da Portaria n. 9089/2014, DJSP 1751, de 9.10.2014, p. 7.
- Presidente da Comissão de Orientação Científica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, designado por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, Portaria 172, de 25.4.2014, publicada no DOU 2 Seção de 29.4.2014.
- Indicado para o Prêmio Jabuti 2009 - Categoria Melhor Livro Jurídico, com a obra Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório.
- Indicado para o Prêmio Jabuti 2010 - Categoria Melhor Livro Jurídico, com a obra Comentários à Constituição Federal de 1988.-

São Paulo, 15-VIII-2015


Otavio Luiz Rodrigues Junior

ANEXO 1

Memorial sobre competências para o cargo



MEMORIAL AO COLENDO SENADO FEDERAL
OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

Senhores Senadores,

Um pouco de minha trajetória

Nasci em 23 de julho de 1974, no município do Crato, no Estado do Ceará, no qual concluí minha formação escolar no antigo Primeiro Grau. Mudei-me para a capital em 1984 e, em Fortaleza, estudei os antigos Ginásio e Segundo Grau, em ótimas escolas particulares, mas com bolsas de estudo, pois, do contrário, não as poderia ter frequentado por causa da condição financeira de minha família.

Aprovado em exame vestibular, na quinta colocação, ingressei em 1992 na centenária Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Em meu período como estudante, militou no movimento estudantil e fui diretor do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua (CACB) em duas gestões, além de ter sido monitor, bolsista de pesquisa e do Escritório Modelo Alcântara Modelo, que exercia a assistência judiciária aos necessitados.

Graduado em 1996, com a honra universitária *magna cum laude* concedida pela Reitoria da UFC, no mesmo ano, iniciei a carreira docente, após aprovação em primeiro lugar no concurso público, como professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFC.

Em 1997, ingressei no Curso de Mestrado em Direito da UFC, concluído em 2001 (*summa cum laude*), com a defesa da dissertação *Da Teoria da Imprevisão: a autonomia da vontade e a intervenção do estado-juiz nos contratos*, orientado pelo Professor Adjunto Raimundo Bezerra Falcão.

Entre 1996 e 2001, militei na Ordem dos Advogados do Brasil –Seção do Ceará e fui diretor-executivo e primeiro-secretário, por dois mandatos, da Fundação Escola Superior de Advocacia da OAB-CE.

Aprovado em concurso público para a Advocacia-Geral da União, mudei-me para São Paulo em 2001. Nesse mesmo período, ingressei no Doutorado em Direito Civil da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 2002, tendo como orientador o Professor Titular Antonio Junqueira de Azevedo. Defendi, em 2006, a tese *Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro*.



Na Advocacia-Geral da União, de modo direto ou cedido para outros órgãos do Estado brasileiro, exerci diversos cargos.

Em São Paulo, fui Assessor Jurídico do 8º. Comando Naval. Em 2003, removi-me para Brasília, Distrito Federal. Nesses quase 10 anos de permanência em Brasília, ocupei os cargos e encargos de *Assessor do Consultor Jurídico do Ministério da Justiça*, *Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações*, *Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça*, *Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça*, *Adjunto do Advogado-Geral da União*, *Assessor e Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal* e *Consultor da União*. Todas as datas de início e fim dessas atividades estão descritas em anexo à documentação oferecida ao Senado Federal.

No 2009, fui aprovado em primeiro lugar no concurso público para Professor Adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense- UFF, com banca presidida pelo Professor Titular Leonardo Greco (UFRJ e UERJ). Em Brasília, como professor associado, regi disciplina e coorientei alunos no Curso de Mestrado em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público.

Dando prosseguimento a minha vocação acadêmica, realizei estágio pós-doutoral em Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2010-2011, períodos intercalados), dirigido pelo Professor Catedrático Jorge Miranda, de quem fui assistente nas aulas de Pós-Graduação e onde coorientei alunos.

Entre 2011-2012, após ter-se exonerado do cargo de Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal, cursei estágio pós-doutoral na área do Direito Privado Comparado no *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, em Hamburgo (Alemanha), instituição dirigida pelo Professor Catedrático Reinhard Zimmermann, um dos maiores privatistas do mundo contemporâneo. Desses estágios resultaram três artigos, posteriormente publicados em Portugal e no Brasil.

Em 2013, fui aprovado em primeiro lugar, com indicação unânime da Banca Examinadora, presidida pela Professora Titular Odete Medauar (USP), para o cargo de Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, após o que me exonerei dos cargos de Consultor da União e de Professor Adjunto da UFF e me removi para São Paulo. Tornei-me, com muito orgulho, o primeiro cearense a ser professor de Direito da tradicional Faculdade de Direito Largo São Francisco, fundada por decreto imperial de 1827.

Na USP, sou membro suplente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito (2014-2015) e também Conselheiro Suplente do Instituto de Estudos Brasileiros da



Universidade de São Paulo. Em 2015, fui eleito Membro suplente da Congregação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

No período de julho de 2013 a junho de 2014, por designação do Ministério da Educação, fui membro e coordenador setorial da Comissão Consultiva Temática de Política Regulatória do Ensino Jurídico Brasileiro, tendo relatado o anteprojeto de nova resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito no Brasil. Atua como consultor da CAPES, na Coordenação da Área de Direito, tendo sido consultor ad hoc na Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito do Brasil em 2013.

Por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, fui designado coordenador do Conselho de Orientação Acadêmica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ-CJF), ao lado dos professores titulares José Rogério Cruz e Tucci e Roberto Rosas.

Sou membro da *Asociación Iberoamericana de Derecho Romano* (Oviedo, Espanha), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi) e da *Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française*.

Participa, na condição de conselheiro editorial, consultivo ou parecerista da Revista Forense, da Revista da Advocacia-Geral da União, da Revista de Direito Civil Contemporâneo, da Revista dos Tribunais Nordeste e outras.

Coordeno a Revista de Direito Civil Contemporâneo -RDCC, periódico trimestral, publicado pela Thomson Reuters-Revista dos Tribunais, que tem como editores Ignacio Poveda, José Antonio Peres Gediell, Rodrigo Xavier Leonardo e Rafael Peteffi da Silva. Dirige, ao lado ministro José Antonio Dias Toffoli, a Coleção Paulo Bonavides, da Editora Forense Universitária.

Sou autor de artigos, capítulos e livros, de entre eles dois finalistas do Prêmio Jabuti, tendo sido atualizador de 4 tomos do Tratado de Direito Privado, de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda.

Juntamente com o Professor Titular Ignacio Poveda de Velasco, sou pesquisador-líder do grupo de pesquisa “*Direito Privado Contemporâneo e Reforma Legislativa*”. E coordeno ao lado de outros professores, a *Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo*, integrada por grupos de pesquisa devidamente registrados no CNPq, oriundos da Universidade de São Paulo-USP, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, Universidade Federal do Paraná -UFPR, Universidade Federal do Ceará -UFC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, no Brasil, além da Universidade de Lisboa – UNL (Portugal) e da Universidade de Girona – UG (Espanha).

A trajetória descrita acima é fruto de uma combinação da generosidade de muitas pessoas e do povo brasileiro, que me permitiram estudar em escolas privadas com bolsas de estudo e, posteriormente, em instituições públicas, nas quais completei minha formação superior, sem o que, em razão de minhas limitações financeiras e familiares, isso jamais teria sido possível. Expresso minha gratidão permanentemente com o exercício de minha condição de docente em universidades públicas, que se completará, no próximo ano, 20 anos, quase metade de minha vida.

Na Advocacia-Geral da União e em todas as instituições públicas onde servi, aprendi a compreender o Estado brasileiro, suas idiossincrasias, seus problemas e suas dificuldades, ao tempo em que pude admirar a grandeza, o civismo e o patriotismo de todos os que dedicam suas vidas ao povo, às instituições e à sociedade, muitas vezes incompreendidos ou difamados, nos três Poderes da República.

Minha ligação com a área das Telecomunicações

A honrosa indicação para o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações exige que eu ponha ênfase em minhas ligações com o objeto das atividades dessa agência reguladora.

Na qualidade de Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, elaborei o parecer que considerou inconstitucional o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual – ANCINAV. Foi um dos momentos mais importantes de minha carreira profissional na área, pois defendi valores essenciais do Estado Democrático de Direito, como a liberdade de expressão e a vedação à censura, além de haver defendido que a ANATEL era uma agência constitucionalmente diferenciada e que suas atribuições não poderiam ser assumidas por outra agência.

Ainda no Ministério das Comunicações, atuei em questões relevantes como a manutenção do programa de inclusão digital do Governo brasileiro, ameaçado por disputas judiciais. Passei madrugadas a fio elaborando teses, petições e estratégias para manter em funcionamento nosso sistema de internet gratuito, o GESAC, e conduzi os colegas advogados da União em uma luta judicial vitoriosa.

Atuei ainda na elaboração do decreto de reestruturação do Ministério das Comunicações. Fui designado conselheiro fiscal da Telebras e participei de grupos de trabalho presidenciais sobre radiodifusão e telecomunicações.

Emito centenas de notas, despachos e pareceres em diversos processos de



Telecomunicações e de Radiodifusão, mantendo a Consultoria Jurídica imune a pressões e obediente a critérios de impessoalidade.

Nesse período e mesmo após ter deixado a Consultoria Jurídica do Ministério, coordenei o Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações, uma excelente oportunidade de aprofundar os conhecimentos na área. Sou membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito das Comunicações*, da Revista dos Tribunais-ThomsonReuters.

Meus pareceres e artigos na área de Telecomunicações e Radiodifusão são hoje utilizados como fundamento em vários acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (RO 139/CE; AgRg no REsp 1070923/SP; AgRg no REsp 942.697/SP e outros). Uma das mais importantes teses que defendi na área de Telecomunicações e de Radiodifusão foi a de que o Poder Judiciário não pode se substituir ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo para a outorga de concessões e autorizações de serviços, o que tem sido acatado em julgados da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Nos *Comentários à Constituição*, que coordenei com Paulo Bonavides e Jorge Miranda, defendi teses em favor das chamadas *liberdades comunicativas* e contra a censura, as quais também hão merecido o favor de citação em acórdãos de alguns tribunais, dentre eles do Supremo Tribunal Federal.

Minha produção intelectual na área de Telecomunicações, de Radiodifusão e de Agências Reguladoras é relevante. Pode-se destacar ainda a participação em eventos, conferências e cursos, além da orientação de teses, dissertações e monografias sobre o tema em cursos de pós-graduação. Cito alguns de meus escritos mais importantes no setor: *Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União* (Revista de Direito das Comunicações, v. 1, p. 155-160, 2010), *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual – Ancinav* (Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 170, p. 287-309, 2006), *Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional* (Revista de Direito Privado (São Paulo), São Paulo, v. 6, n.22, p. 241-250, 2005) e *Liberdade de expressão e controle de propaganda de medicamentos e das advertências na ordem jurídica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA* (MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato. (Org.). *Direitos da Personalidade*. 1ed. São Paulo: Atlas, 2012, v. 1, p. 152-170).

Como Adjunto do Advogado-Geral da União, fui autor de pareceres sobre a competência das agências reguladoras e a publicidade de medicamentos e sobre a



natureza jurídica dos serviços de radiodifusão educativa.

Outro aspecto digno de nota está em minha atuação na área de Direito do Consumidor. Como professor de Direito Privado, o estudo do Direito do Consumidor é central para minhas atividades e creio que isso pode auxiliar e muito nas atividades da ANATEL, dada a existência de sérios problemas envolvendo essa área. Dessa maneira, coordenei a publicação do livro *Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais* (São Paulo: Atlas, 2013. v. 1. 742p), ao lado de Patrícia Iglecias e Teresa Ancona Lopez. Lecionei, coordenei ou proferi palestra em: a) *Curso de Especialização em Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial* (2014, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso); b) *II Congresso de Interesses Difusos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: Dever de informação, consumidor e advertências na sociedade de risco* (2010); c) *Programa de Estudos Avançados - As Mudanças no Setor de Telecomunicações e sua Repercussão no Direito. As novas formas de prestação de serviço em telecomunicações e a sua relação com o direito dos consumidores* (2009); d) *Programa de Estudos Avançados "As mudanças no setor de Telecomunicações e sua repercussão no Direito" da Escola da Magistratura Federal da 2a. Região - EMARF. As novas formas de prestação de serviços em telecomunicações e a sua relação com os direitos dos consumidores* (2009).

Palavras finais

Esses anos de experiência pública tornaram-me consciente de minhas limitações e das dificuldades de se conduzir qualquer projeto de transformação institucional. No entanto, só aumentaram em mim a resiliência e a fé em nosso povo e em nossas instituições.

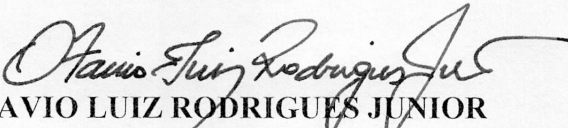
A experiência internacional, especialmente em Portugal e Alemanha, permitiu-me aprender com as lições de outros povos e observar que nossos problemas devem ser vistos em perspectiva. Nem com exagero do derrotismo de alguns, nem com o ufanismo de outros. A gratidão ao Governo e ao povo da Alemanha também merece uma nota neste texto. Com o apoio financeiro da Sociedade Max-Planck, pude estudar por um período extremamente enriquecedor na nação que é o centro jurídico mais desenvolvido do mundo ocidental.

No Poder Executivo e no Poder Judiciário, aprendi muito sobre o Brasil, o Direito e o Estado. Devo a pessoas como os ministros Humberto Martins, Dias Toffoli, Marcio Thomaz Bastos, Antonio Carlos Ferreira, Mauro Campbell, Luis Felipe Salomão, Luís Inácio Adams e aos professores Antonio Junqueira de Azevedo (*in memoriam*), Reinhard Zimmermann, Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Raimundo Bezerra Falcão muito dessa formação e desse aprendizado. Ao senador Eunício Lopes de Oliveira, que em mim confiou em 2004 para ajudá-lo no Ministério das Comunicações, deixo



também o reconhecimento pelo papel de centralidade do Senado Federal em nossa democracia. Identifico o Congresso Nacional como depositário da vontade popular e venho a esta casa apresentar-me aos detentores do mandato conferido pelos eleitores para, com humildade, receber vosso escrutínio.

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 2
***CURRICULUM VITAE* RESUMIDO**



CURRICULUM VITAE RESUMIDO

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

DADOS PESSOAIS

Nome: Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Data do Nascimento: 23.07.1974.

Endereço Profissional: Largo São Francisco, 95 - 14º andar do prédio anexo, CEP 01005-010 - São Paulo-SP, Brasil, Tel. (11) 3111-4003 - Tel./Fax (11) 3111-4018.

Contatos: otavio.lui@uol.com.br. (11) 97414-2903. (61) 9101-2903.

FORMAÇÃO SUPERIOR

- Pós-Doutorado como bolsista pesquisador-visitante (*Gastwissenschaftler mit Stipendium*) do Instituto Max-Planck para o Direito Privado Comparado e Internacional (*Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht*), de Hamburgo, Alemanha, com pesquisa sobre o tema “Die Natur und Funktion der guten Sitten im brasialischen Zivilrecht: die Deutsche Efahrung, die gemeinsamen Grundlagen des römischen Rechtes und eine neue theoretische Systematisieurng”, tendo como professor anfitrião Prof. Dr. Dr. h.c. mult., FBA FRSE Reinhard Zimmermann, no período de 2011-2012.

- Pós-Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientado pelo Professor Catedrático Jorge Miranda, com o tema de pesquisa “Autonomia privada e a eficácia dos direitos fundamentais: a existência de um núcleo essencial intangível” no período de 2010-2011.

- Doutor em Direito Civil - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2001-2006), orientado pelo Professor Titular Antonio Junqueira de Azevedo, com a tese “Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro”, no período de 2001-2006.

- Mestre (2001) e graduado (1996) em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Professor Livre-Docente Raimundo Bezerra Falcão.

TÍTULOS PROFISSIONAIS

- Advogado da União de Categoria Especial (licenciado)
- Consultor da União da Consultoria-Geral da União (2012-2013)
- Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal (2011)
- Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (2009-2011)
- Adjunto do Advogado-Geral da União (2009)
- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (2006-2009)
- Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça (2006)



- Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações (2004-2005)

TÍTULOS ACADÊMICOS

- Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2013-até hoje)
- Professor Adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, (2010-2013).
- Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações – IESB-UniverCidade (2005-2008)
- Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito das Telecomunicações e editor da Revista de Direito Civil Contemporâneo (ThomsonReuters)

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA MAIS RELEVANTE

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. O Direito (Lisboa), v. 147, p. 45-110-110, 2015.

MAMEDE, G. (Org.) ; FRANCA FILHO, M. T. (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Direito da Arte. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1.

LOPEZ, Teresa Ancona (Org.) ; LEMOS, P. F. I. (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1. 742p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) ; MIRANDA, Jorge (Org.) ; FRUET, Gustavo Bonato (Org.) . Direitos da Personalidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1. 462p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. O Direito (Lisboa), v. 143, p. 43-66, 2011.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) ; MAMEDE, G. (Org.) ; ROCHA, Maria Vital da (Org.) . Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1. 766p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União. Revista de Direito das Comunicações, v. 1, p. 155-160, 2010.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Propriedade, função social e Constituição. Exame crítico de um caso de ?constitucionalização? do Direito Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, v. 51, p. 207-236, 2010.

BONAVIDES, Paulo (Org.) ; MIRANDA, Jorge (Org.) ; AGRA, Walber de Moura (Org.) ; BILAC PINTO FILHO, Francisco (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Comentários à Constituição Federal de 1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.



RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório. v.6, t.1.. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1. 652p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Proposta de critério científico para distinção entre os cargos de provimento em comissão e os cargos de natureza especial, quanto ao Direito Administrativo Disciplinar. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 865, p. 36-53, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 170, p. 287-309, 2006.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Revisão Judicial dos Contratos: Autonomia da Vontade e Teoria da Imprevisão.. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. 309 (XXVIII)p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional.. Revista de Direito Privado (São Paulo), São Paulo, v. 6, n.22, p. 241-250, 2005.

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E COMISSÕES GOVERNAMENTAIS

- Coordenador da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo, que congrega as seguintes universidades: USP, Lisboa, Girona, UFPR, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFC e UFMT.

-Membro da *Asociación Iberoamericana de Derecho Romano* (Oviedo, Espanha).

-Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo.

- Membro da *Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française* (Paris, França) -

-Secretário-Geral da Associação Brasileira de Ensino do Direito -Abedi (2014-2016)

-Membro do Conselho Consultivo da Escola da AGU (Port. n.1, de 19.4.2012, BS n. 16, 20.4.2012)

-Consultor "ad hoc" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ? SINAES do MEC.

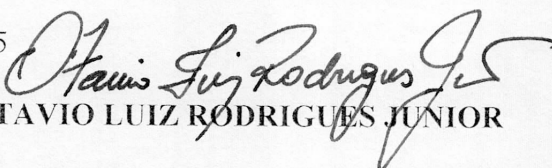
-Consultor "ad hoc" da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC).

- Membro da Câmara Consultiva Temática - CCT de Política Regulatória do Ensino Jurídico, com a finalidade de propor uma nova Política Regulatória, a revisão das DCN's e a Avaliação do Curso de Direito (MEC)

- Membro do Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (GTAI-SP), com a finalidade de propor medidas de melhoria da prestação jurisdicional no TJSP, designado por meio da Portaria n. 9089/2014, DJSP 1751, de 9.10.2014, p. 7.

- Coordenador da Comissão de Orientação Científica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, designado por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, Portaria 172, de 25.4.2014, publicada no DOU 2 Seção de 29.4.2014.

São Paulo, 20-VIII-2015


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 3

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

- Advogado da União de Categoria Especial, aprovado em concurso público de provas e títulos, nomeado em fevereiro de 2001 e empossado aos 22 de março de 2001, por força da Portaria no 160, inciso II, de 16 de março de 2001, publicada no Diário Oficial, 2ª Seção, de 19 de março de 2001, até a presente data, tendo sido promovido para a Primeira Categoria (6º. lugar) e para a Categoria Especial (1º. lugar) por merecimento, conforme Portaria n.886, de 25 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 27 de julho de 2007. Licenciado para atividades de interesse particular (sem proventos) e com autorização para exercício da advocacia privada desde a publicação no Boletim de Serviço da AGU de 1º.10.2014, Suplemento A, da Portaria 369, de 30.9.2014, do Advogado-Geral da União.

- Consultor da União da Consultoria-Geral da União (Advocacia-Geral da União), código DAS 102.5, na gestão do Advogado-Geral da União Ministro Luís Inácio Lucena Adams, nomeado aos 8 de fevereiro de 2012 e empossado aos 8 de março de 2012, por força da Portaria no 103, de 8 de fevereiro de 2012, da Exma. Senhora Ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, 2ª. Seção, de 9 de fevereiro de 2012.

- Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal, lotado no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, cargo CJ-3, nomeado por força da Portaria no 178, do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 26 de agosto de 2011, p. 51.

- Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal, lotado no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, por força da Portaria no 244, de 6 de novembro de 2009, do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 9 de novembro de 2009.

- Adjunto do Advogado-Geral da União, código DAS 101.6, na gestão do Advogado-Geral da União Ministro José Antonio Dias Toffoli, desde 1º de junho de 2009, nos termos da Portaria no 235, de 28 de maio de 2009, da Exma. Senhora Ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 29 de maio de 2009, até sua exoneração a pedido em 6 de novembro de 2009, nos termos da Portaria no 531, de 5 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 6 de novembro de 2009.

- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, lotado no Gabinete do Ministro Humberto Martins, cargo CJ-3, por força da Portaria no 217, de 20 de novembro de 2006, do Exmo. Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 21 de novembro de 2006 até 30 de maio de 2009.

- Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça, na gestão do Ministro Marcio Thomaz Bastos, por força da Portaria no 65, de 24 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 25 de janeiro de 2006.

- Coordenador-Geral de Processos Judiciais e Disciplinares da Consultoria Jurídica do Ministério da



Justiça, código DAS 101.4, na gestão do Ministro Marcio Thomaz Bastos, nomeado aos 19 de janeiro de 2006, por força da Portaria no 57, 18 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 19 de janeiro de 2006, até sua exoneração, a pedido, aos 4 de dezembro de 2006, conforme Portaria no 1.332, de 6 dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 6 dezembro de 2006.

- Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, código DAS 101.5, na gestão do Ministro Eunício Lopes de Oliveira, nomeado aos 12 de fevereiro de 2004, por força da Portaria no 166, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 12 de fevereiro de 2004, até sua exoneração, a pedido, aos 8 de julho de 2005, por força da Portaria no 486, de 7 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 8 de julho de 2005.

- Membro da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa - Comando da Marinha, na qualidade de Advogado da União, lotado em São Paulo, exercendo as funções de Assessor Jurídico do 8o Distrito Naval, desde sua posse até a 22 de setembro de 2003, com intervalos.

- Assessor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante cessão requerida à Advocacia-Geral da União pelo Tribunal de Justiça, no período de maio de 2001 a 3 de fevereiro de 2003.

- Assessor da Subcomissão de Reforma Judiciária e Legislativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no período de 1997 a 1999, com intervalos.

- Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Fortaleza, mediante vínculo contratual, no ano de 1997.

- Assistente da Assessoria Jurídica (ASJUR) da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, no período de 1995 a 1996.

NA DOCÊNCIA SUPERIOR

- Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, RTC, habilitado e classificado em 1o lugar no concurso público homologado na sessão da Congregação de 28 de fevereiro de 2013, conforme publicado no DOESP 123(40), Seção 1, de 2 de março de 2013, desde sua posse e exercício em 17 de maio de 2013, até a presente data.

- Professor Adjunto de Direito Civil, 20 horas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, nomeado conforme Portaria no 42.585, de 6 de julho de 2010, publicada no DOU de 7 de julho de 2010, habilitado e classificado em 1o lugar no concurso público homologado pelo Edital no 327/2009, publicado no DOU de 27 de julho de 2009, desde sua posse em 12 de julho de 2010 até sua exoneração, a pedido, nos termos da Portaria no 49.834, de 18 de julho de 2013, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense no 17, Seção 2, de 8 de agosto de 2013, página 10.

- Professor Doutor do Curso de Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional – Constituição e Sociedade, do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, como prestador de serviços, sem vínculo de emprego, regendo a disciplina “Direitos Fundamentais e Relações Privadas”, em Brasília, Distrito Federal, desde agosto de 2012 até 17 de maio de 2013.

- Professor Associado do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do UNICEUB –

Centro Universitário de Brasília, desde dezembro de 2010 até 2012, sem vínculo empregatício, como prestador de serviços eventual.

- Professor da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, Brasília, Distrito Federal, desde 2010 até a presente data.

- Professor do Curso de Direito do IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília, lecionando as disciplinas Teoria Geral do Direito Privado, Direito dos Contratos, Direito das Coisas, Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito Processual Civil I, em Brasília, Distrito Federal, desde janeiro de 2005 até a presente data, licenciado sem remuneração.

NA ADVOCACIA PRIVADA (após a licença da AGU)

- Parecerista no Processo Recurso Especial nº 1.413.998/SP, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça, com honorários sobre o êxito.

- Parecerista no Processo nº 70038585303 (0446245-48.2010.8.21.7000), em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com admissão para o Superior Tribunal de Justiça, com honorários parciais sobre o êxito.

- Parecerista no Processo Agravo em Recurso Especial Nº 573.802- CE, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça, com honorários parciais sobre o êxito.

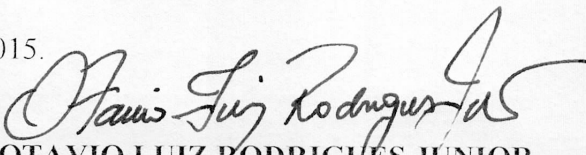
- Parecerista para a Caixa Econômica Federal em caso envolvendo contrato de seguro habitacional, sem vínculo com processo específico, com honorários mediante entrega do parecer.

- Árbitro nos seguintes painéis:

- a) Procedimento arbitral nº 04/14, administrado pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, para dirimir controvérsia existente entre as Partes Advance Construções e Participações Ltda e Socializa Empreendimentos e Serviços de Manutenção Ltda.
- b) Procedimento CAM nº 47/14, administrado pela CAM - Câmara de Arbitragem do Mercado, para dirimir controvérsia entre as partes Guaçu Geração de Energia S.A. e Areva Renewables Brasil S.A.
- c) Procedimento CMA 354, administrado pela Câmara de Arbitragem da CIESP-FIESP, envolvendo as partes CSA – Cia de Securitização de Ativos e Gestão Arquitetura e Gerenciamento Ltda. e 3IS Consultoria, Empreendimentos e Administração Ltda.
- d) Procedimento Arbitral 84-2015, administrador pela AMCHAM Brasil, tendo como partes SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. e Assurant Seguradora S.A.

(*) Em caso de nomeação, todas essas atividades serão interrompidas.

São Paulo, 20-VIII-2015.

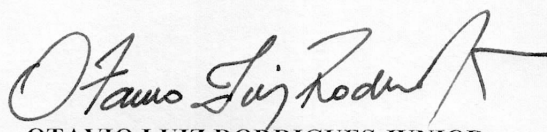

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR

ANEXO 4

DECLARAÇÃO SOBRE PARENTES

Declaro, para os devidos fins, que não possuo parentes, em afins ou colaterais, em qualquer grau, com interesses, cargos, ações, quotas ou empregos em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, pessoas jurídicas com interesses ligados à ANATEL ou subordinados a pessoas naturais em idêntica situação.

São Paulo, 20-VIII-2015.

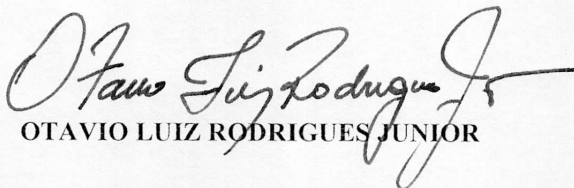


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE EMPRESA

Declaro, para os devidos fins, que fui cotista da NCAP CONSULTORIA – EIRELI, CNPJ 20.826.834/0001-68, no período de 13/08/2014 até sua baixa definitiva na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de julho de 2015.

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

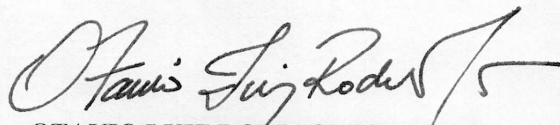
ANEXO 6

DECLARAÇÃO SOBRE AÇÕES JUDICIAIS

Declaro, para os devidos fins, que não sou autor, réu, interveniente ou afim em qualquer ação judicial em tramitação na Justiça brasileira, em todos os seus níveis e graus de jurisdição.

Declaro, ainda, que não patrocino qualquer ação judicial, salvo na condição de Advogado da União, e que não possuo qualquer atuação como advogado em processos envolvendo agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, especialmente na Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL, seja como consultor, advogado ou parecerista.

São Paulo, 20-VIII-2015.



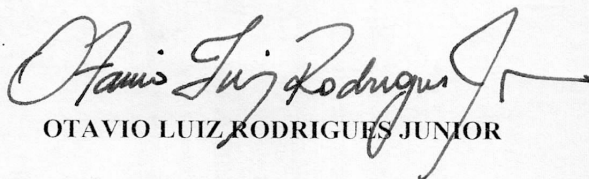
OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 7 DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM AGÊNCIAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que não possuo qualquer atuação em agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, especialmente na Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL, seja como consultor, advogado ou parecerista.

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

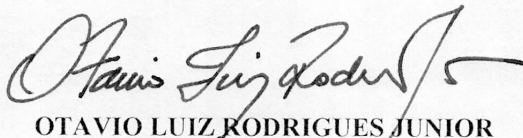
ANEXO 8

CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E DE ANTECEDENTES

Seguem nas folhas seguintes as **certidões negativas**:

- Certidão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- Certidão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União
- Certidão de não inscrição na dívida ativa do Município de São Paulo
- Certidão de não inscrição na dívida ativa do Estado de São Paulo
- Certidão negativa de débitos trabalhistas

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

26/08/2015

Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visualizar Certidão



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2015.0000360989

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **438.391.263-04**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2015, às 08:48.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **82289e3c ecdc8d1f 9cbb9296 c924cc5a dd144567**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



26/08/2015

5518512

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8406633**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

- Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DA FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 25/08/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, RG: 90003012048, CPF: 438.391.263-04, nascido em 23/07/1974, natural de Crato - CE, filho de Rodrigues Junior e Otavio Luiz, conforme indicação constante do pedido de certidão: *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

SÃO PAULO, 26 de agosto de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5518512



26/08/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR
CPF: 438.391.263-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 08:05:05 do dia 26/08/2015 <hora e data de Brasília>.

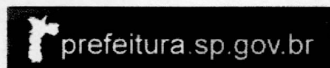
Válida até 22/02/2016.

Código de controle da certidão: **0DC5.E797.620C.52EF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

26/08/2015

Resultado da Consulta Simplificada de Dívida Ativa



Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos

Início - Secretarias - Negócios Jurídicos / Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA - Consulta Simplificada de Débitos CPF

Nº do CPF : 438.391.263-04

Devedor inexistente na dívida ativa para o número: 438.391.263-04

[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)

[Copyright](#) [Expediente](#) [Fale Conosco](#) [SAC](#)

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or 'I'.



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 438.391.263-04

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 15080025493-61

Data e hora da emissão 26/08/2015 08:21:44

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pre.razenda.sp.gov.br

7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

CPF: 438.391.263-04

Certidão n°: 125106842/2015

Expedição: 26/08/2015, às 08:41:12

Validade: 21/02/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR**, inscrito(a) no CPF sob o n° **438.391.263-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Aviso nº 367 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA)

SENADO FEDERAL

RETIFICAÇÕES

ATA DA 145ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2015

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 133, de 28 de agosto de 2015)

À página 3, no Sumário, por omissão, inclua-se o seguinte:

1.2.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem Interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 309/2012 e 536/2013.

[—]

À página 29, por omissão, inclua-se o seguinte:

TÉRMINO DE PRAZOS

Esgotou-se no dia 26 de agosto o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem Interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 309, de 2012 e 536, de 2013.

Apreciados terminativamente pela CAE, o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2013, rejeitado, vai ao Arquivo.

[...]

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-6 / PP-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Wilder Moraes.	PP / GO
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO

Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (20,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (12,16,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (18)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (13,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (22,28)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,28)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (25,29)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delecidio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

2) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).

5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSB)

Senadora Marta Suplicy (PMDB)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*, O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**, O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***, O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****, O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*, O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**, O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***, O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** . Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lidice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).

10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Wilder Moraes (PP) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. VAGO ^(2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMD).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽²³⁾

Notas:

*, Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**, Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***, Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****, Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****, Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Wilder Moraes (PP) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. n° 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. n° 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of. 15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**.. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.
	2.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30min -

Telefone(s): 61 33032024

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
VAGO	
PP	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffê (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO ⁽⁸⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁸⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)

Bloco / Partido	Membros
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Airton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA ⁽¹⁸⁾
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. Rosângela Curado - MA ⁽²⁰⁾
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 284 páginas
(O.S. 13245/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

